UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
DOUTORADO EM ENSINO

PROFESSORES NÔMADES: A TRAJETÓRIA DO ENSINO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO PURUS, LÁBREA, AMAZONAS, BRASIL

Fábio Teixeira Lima

Lajeado, dezembro de 2022

Fábio Teixeira Lima

PROFESSORES NÔMADES: A TRAJETÓRIA DO ENSINO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO PURUS, LÁBREA, AMAZONAS, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Doutor em Ensino, na linha de pesquisa em Ciência, Sociedade e Ensino.

Orientadora: Profª. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado

Lajeado, dezembro de 2022

Fábio Teixeira Lima

PROFESSORES NÔMADES: A TRAJETÓRIA DO ENSINO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO PURUS, LÁBREA, AMAZONAS, BRASIL

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutor em Ensino, na área de concentração Ciência, Sociedade e Ensino:

Drª. Neli Teresinha Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Dr. Hélio Rodrigues Rocha – Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Drª. Valeska Fortes de Oliveira – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Dr. Everton Ferrer de Oliveira – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Dr. José Claudio Del Pino – Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Lajeado, dezembro de 2022

Para Antônio Venâncio Castelo Branco, Valdinei Vidal de Lima e Pedro Pires da Silva (*in memorian*), que acompanharam o início desta jornada e sempre foram incentivadores.

AGRADECIMENTO

À Prof.ª Drª. Neli Teresinha Galarce Machado, por toda a sua acolhida e confiança desde o início do curso de doutorado, pela orientação desta pesquisa, pelo seu constante incentivo e pelas palavras de confiança.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino, pelas maravilhosas aulas e por todos os conhecimentos compartilhados.

Aos colegas do curso, pelas conversas e trocas, pelos momentos de descontração e incentivo. Ao Prof. Dr. Hélio Rodrigues Rocha e ao Prof. Dr. Rogério José Schuck, pelas suas valiosas contribuições na qualificação do projeto desta tese. A ambos e à Profa. Drª. Valeska Fortes de Oliveira, que tão prontamente se dispuseram a colaborar com este trabalho, participando da banca avaliadora.

À Univates, pela oportunidade de minha qualificação profissional e valorização da minha caminhada.

Ao IFAM e aos servidores dos campi Lábrea, Coari, Humaitá e Manacapuru, por todo o apoio recebido.

Aos meus pais Manoel Brito Lima e Maria de Fátima Teixeira Lima e aos meus irmãos, bem como a minhas irmãs e ao meu cunhado, por todo o auxílio, conforto e encorajamento.

À minha ex-esposa Rosângela Viana da Silva, por toda a sua calma, compreensão, disponibilidade e parceria incondicional.

Aos meus filhos Flávia de Almeida Lima, Fábio Júnior Viana Lima e Maria Rafaelle Viana Lima, que sempre me incentivaram.

Ao meu netinho João Miguel Lima Tabosa, que veio alegrar nossas vidas, com seu carisma, carinho e alegria.

Ao meu tio Oscar Brito Lima, ao primo Valdeci Nogueira, ao amigo Inglin Carlos da Rocha, ao amigo Marcos Sabóia, ao amigo Elias Bezerra de Souza, ao amigo Walter Claudino da Silva Júnior, ao amigo Hilton Barros de Castro, ao amigo Gabriel de Souza Leitão, ao amigo Ricardo Lima da Silva, pelo apoio na pesquisa de campo.

A minha querida amiga Iracema Gomes Martins, pela correção ortográfica e meu amigo/aluno Emerson dos Santos Souza por uma parte da formatação.

A todos os familiares, amigos e colegas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho que, além de constituir um passo importante em minha vida acadêmica e profissional, é também a concretização de um sonho.

Muito obrigado.

O PURUS É MAIS QUE UM RIO...
(**Elias Bezerra de Souza**)

"É isso mesmo...
O Purus comanda a vida nômade ribeirinha,
Abriga às suas margens
A epistemologia do viver caboclo.
É rio, estrada e caminho,
Fio condutor de multiculturas.
É aqui mesmo...
NO PURUS SERPENTEADO
Que nômades educadores
Transitam na dialética vida ribeirinha
Refutando a tese da improdutividade,
Na síntese da poética, da literatura, do conhecimento
E da ciência ocultada na falta de olhar
De quem insiste em não ver as epistemologias do Norte.
É nas águas do Purus que mato minha sede,
É do seu leito que provêm o meu sustento,
É nas suas margens que armo o meu anfiteatro,
De onde contemplo ímpares noites amazônidas.
O PURUS É GUARDIÃO
Da nossa epistemologia cabocla,
Da nossa cultura ribeirinha,
Da nossa fauna e da nossa flora,
Da dor da mata que chora
Diante da depredação.
O PURUS É NOSSO
E de tantos outros
Porque supre com a sua fauna e flora
Até regiões que ignoram sua existência.
É GENEROSAMENTE NOSSO...
Caminho fluvial
Por onde nômades
Transitamos diuturnamente,
Levando e trazendo na bagagem
Conhecimentos e experiências
Ímpares de um povo do Norte
Que o Sul não conhece.
O PURUS É SIM, UM REPOSITÓRIO
De epistemologias do Norte,

NÃO É APENAS UM RIO".

NAVEGANTE
(Ronilson Lopes)
"Meu barco vai percorrendo
As águas do velho rio Purus
E eu, no leme, pedindo a Jesus,
Senhor ensine-me a navegar..."

RESUMO

A presente tese é resultado da pesquisa realizada nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus e apresenta o contexto de estabelecimento do ensino formal e dos movimentos de aprendizagens dos estudantes nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus. O município em análise é Lábrea, localizado no estado do Amazonas, na região norte do Brasil. Este trabalho apresenta questões relacionadas às políticas públicas municipais que visam amenizar a falta de educadores para lecionar nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus. A pretensão foi verificar as dificuldades de manter os docentes nas comunidades, por um período, que possa completar um ciclo de ensino, pois existe uma rotatividade constante de docentes nas comunidades, devido à falta de estrutura, infraestrutura e incentivo profissional, para que as atividades do ensino sejam atendidas de forma a constituir um corpo técnico com apoio administrativo, serviços gerais e merendeiras, deixando os docentes empenhados nas atividades relacionadas ao ensino e aprendizagem. Dessa forma, os docentes teriam mais tempo para o planejamento, conhecimento dos costumes locais e desenvolver atividades complementares, que contextualizam os conteúdos e a realidade da comunidade. Nesse contexto educacional, precisa ser configurada a motivação e a orientação para que os alunos possam se sentir valorizados e continuar as suas atividades do ensino, para a continuidade dos estudos e formar cidadãos que possam conduzir o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do rio Purus, com as possibilidades de ocupar os espaços de trabalhos, que estão sendo ocupados pelos docentes enviados da cidade de Lábrea. Em duas comunidades pesquisadas, os docentes são oriundos do local de origem, essa situação tem motivado os alunos a pensar em estudar e retornar para a sua comunidade, para desenvolver sua atividade profissional. A falta de profissionais nas comunidades ribeirinhas do Rio Purus não está ligada somente aos docentes, mas aos profissionais das áreas de saúde, produção agrícola e administrativa, fato que interfere para que as comunidades possam se desenvolver em estrutura, economia e organização de cooperativas e associações**.** Este trabalho apresenta relevância educacional, cultural, social, política e profissional. Portanto, desejamos que essa pesquisa possa demonstrar para a sociedade brasileira uma realidade distinta do ensino em lugares distantes dos grandes centros urbanos. Esperamos contribuir com o estado da arte no quesito ensino, educação e espaços de aprendizagens em comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Palavras-chaves: professores nômades; deslocamento; comunidades ribeirinhas; impacto cultural; desafios educacionais.

ABSTRACT

This thesis is the result of research carried out in schools in the riverside communities of the Purus River and presents the context of the establishment of formal education and the students' learning movements in the schools of the riverside communities of the Purus River. The municipality under analysis is Lábrea, located in the state of Amazonas, in the northern region of Brazil. This work presents issues related to municipal public policies that aim to alleviate the lack of educators to teach in schools in the riverside communities of the Purus River. However, with difficulties to keep the teachers in the communities, for a period that can complete a teaching cycle, as there is a constant turnover of teachers in the communities, due to the lack of structure, infrastructure and professional incentive, so that the teaching activities, are met, in order to constitute a technical body with administrative support, general services and lunch, leaving the professors engaged in activities related to teaching and learning. In this way, teachers would have more time for planning, knowledge of local customs and developing complementary activities, which contextualize the contents and the reality of the community. In this educational context, motivation and guidance need to be configured so that students can feel valued and continue their teaching activities, for the continuity of studies and to form citizens who can lead the development of the riverside communities of the Purus River, with the possibilities to occupy the work spaces, which are being occupied by the teachers sent from the city of Lábrea. In two communities surveyed, the teachers are from the communities, this situation has motivated students to think about studying and returning to the community, to develop their professional activity. The lack of professionals in the riverside communities of the Purus River is not only linked to teachers, but to professionals in the areas of health, agricultural and administrative production, so that communities can develop, in structure, economically and in the organization of cooperatives and associations. This work presents educational, cultural, social, political and professional relevance. Therefore, we hope that this research can demonstrate to Brazilian society a different reality of teaching in places far from large urban centers. We hope to contribute to the state of the art in terms of teaching, education and learning spaces in riverside communities in the Amazon.

Keywords: nomadic teachers; displacement; riverside communities; cultural impact; challenges.

RESUMEN

Esta tesis es el resultado de una investigación realizada en escuelas de las comunidades ribereñas del río Purús y presenta el contexto de establecimiento de movimientos de educación formal y aprendizaje estudiantil en las escuelas de las comunidades ribereñas del río Purús. El municipio bajo análisis es Lábrea, ubicado en el estado de Amazonas, en la región norte de Brasil. Este artículo presenta cuestiones relacionadas con las políticas públicas municipales que tienen como objetivo paliar la falta de educadores para enseñar en las escuelas de las comunidades ribereñas del río Purús. La intención fue verificar las dificultades de mantener a los docentes en las comunidades, por un período que pueda completar un ciclo de enseñanza, ya que existe una constante rotación de docentes en las comunidades, debido a la falta de estructura, infraestructura e incentivo profesional, por lo que las actividades de docencia se cumplan con el fin de constituir un cuerpo técnico con apoyo administrativo, servicios generales y señoras del comedor, quedando los docentes dedicados a actividades relacionadas con la enseñanza y el aprendizaje. De esta forma, los docentes tendrían más tiempo para la planificación, el conocimiento de las costumbres locales y el desarrollo de actividades complementarias que contextualicen los contenidos y la realidad de la comunidad. En este contexto educativo, es necesario configurar la motivación y la orientación para que los estudiantes se sientan valorados y continúen con su actividad docente, para la continuidad de los estudios y para formar ciudadanos que lideren el desarrollo de las comunidades ribereñas del río Purús, con las posibilidades para ocupar los espacios de trabajo, los cuales están siendo ocupados por docentes enviados desde la ciudad de Lábrea. En dos comunidades encuestadas los docentes provienen de su ciudad natal, esta situación ha motivado a los estudiantes a pensar en estudiar y regresar a su comunidad a desarrollar su actividad profesional. La carencia de profesionales en las comunidades ribereñas del río Purús no solo está ligada a los docentes, sino a profesionales en las áreas de salud, producción agropecuaria y administración, hecho que interfiere para que las comunidades puedan desarrollarse en estructura, economía y organización cooperativa. y asociaciones. Esta obra tiene relevancia educativa, cultural, social, política y profesional. Por lo tanto, esperamos que esta investigación pueda demostrar a la sociedad brasileña una realidad diferente de la enseñanza en lugares alejados de los grandes centros urbanos. Esperamos contribuir al estado del arte en materia de espacios de enseñanza, educación y aprendizaje en las comunidades ribereñas de la Amazonía.

Palabras-claves: maestros nómadas; desplazamiento; comunidades ribereñas; impacto cultural; desafíos educativos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFASOL - Programa Alfabetização Solidária.

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

CEB - Câmara de Educação Básica.

CEMEAM – Centro de Mídias de Educação do Amazonas.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CPC - Centro Popular de Cultura.

CPF - Cadastro de Pessoa Física.

DRS - Distrito Regional da SEDUC.

EAD - Educação à Distância.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

FNEJA - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.

FNEP - Fundo Nacional do Ensino Primário.

GM3 - Gilberto Mestrinho Terceiro.

GPS – Sistema de Posicionamento Global.

IFAM - Instituto Federal de Educação do Amazonas.

IPTV - Internet Protocol Television

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LDBN - Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional.

MCP - Movimento de Cultura Popular.

MEB - Movimento de Educação de Base.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

PBA - Programa Brasil Alfabetizado.

PML – Prefeitura Municipal de Lábrea.

PSS - Processo Seletivo Simplificado.

RG - Registro Geral.

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Amazonas.

SEPROR – Secretaria Estadual de Produção Rural.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

SEMPA - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento.

SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde.

SESI - Serviço Social da Indústria.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UAB - Universidade Aberta do Brasil.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas.

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso.

UNIFAEL - Centro Universitário Educacional da Lapa.

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Bacia do Rio Purus 56
Figura 2 - Equipamentos para as aulas do Ensino Médio Mediado por Tecnologia. 88
Figura 3 - Mapa das Comunidades Ribeirinhas do Rio Purus 95
Figura 4 - Deslocamento dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. 96
Figura 5 - Entrega da Merenda Escolar. 98
Figura 6 - Professor fazendo a roçagem ao redor da escola. 125
Figura 7 - Comunidade da Vila Dedé. 126
Figura 8 - Troncos de madeiras e pedras nas águas do rio Purus. 130
Figura 9 - Porto da Escola Comunidade Ribeirinha do Marahã. 142
Figura 10 - Transporte de alunos. 143
Figura 11 - Alunos tomando banho no porto da Escola Comunidade Ribeirinho do Maraã. 144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ensino Fundamental I ano de 2020..... 75
Quadro 2 - Ensino Fundamental II ano de 2020..... 77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrevista com professores e coordenadores..... 108
Gráfico 2 - Entrevistas com alunos..... 147
Gráfico 3 - Entrevistas com alunos..... 148
Gráfico 4 - Entrevistas com os alunos. 149
Gráfico 5 - Entrevistas com professores..... 150
Gráfico 6 - Entrevistas com professores..... 151
Gráfico 7 - Entrevistas com pais de alunos. 152
Gráfico 8 - Entrevistas com pais dos alunos. 153
Gráfico 9 - Entrevistas com coordenadores 154
Gráfico 10 - Entrevistas com coordenadores. 155

SUMÁRIO

1 REFLEXÕES INICIAIS 20

1.1 A história do Ensino no rio Purus no século XX 23

1.2 Definição do problema de estudo..... 25

1.3 Hipótese 26

1.4 Objetivos 27

1.4.1 Objetivo Geral 27

1.4.2 Objetivos Específicos 27

1.5.1 Estado da arte..... 45

1.5.2 Estado da Arte: Dissertação 48

1.5.3 Estado da Arte: Teses 48

1.6 Quadro Teórico 50

1.7 Estrutura da Tese..... 51

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO FORMAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS NO MUNICÍPIO DE LÁBREA/AM 53

2.1 Período Áureo da Borracha no rio Purus: os dois momentos distintos da economia gomífera 59

2.2 Ensino Fundamental I de 1ª a 4ª série e MOBRAL nas comunidades com maiores populações no rio Purus..... 63

2.2.1 MOBRAL e ALFASOL nas Comunidades Ribeirinhas do Rio Purus 66

2.3 O ensino fundamental II de 5ª a 8ª série nas comunidades ribeirinhas do rio Purus..... 73

2.4 O ensino médio por meio do sistema mediado por televisão 85

3 AS ATIVIDADES DOS PROFESSORES NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS 92

3.1 O planejamento das aulas e os conteúdos programáticos para as comunidades ribeirinhas do rio Purus 99

3.2 A seleção dos professores para comunidades ribeirinhas 106

4 O PROFESSOR NÔMADE: CONCEITOS E TEORIAS 111

4.1 Os desafios de lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus 113

4.2 Planejamentos do calendário escolar sazonal 116

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS .. 119

5.1 Suspensão das aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus devido a COVID - 19 123

5.2 Retorno das aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, após a proliferação da COVID - 19 e a vacinação 128

5.3 A Importância do professor natural da comunidade. 131

6 PROPOSTAS PARA O ENSINO NAS COMUNIDADES DO RIO PURUS 135

6.1 Proposta para melhoria da rotatividade dos professores nômades nas comunidades ribeirinhas do rio Purus 136

6.2 Proposta didático-pedagógica para auxiliar o professor do rio Purus ... 140

6.3 Vozes Ocultas 145

7 REFLEXÕES FINAIS 156

REFERÊNCIAS 161

ANEXOS 173

APÊNDICE 197

Apêndice – A 197

Apêndice – B 200

Apêndice – C 203

Apêndice – E 207

1 REFLEXÕES INICIAIS

Na construção de um trabalho acadêmico como uma tese de doutorado, por vezes nos distanciamos de nossas famílias e nosso espaço formal de trabalho. Esse distanciamento se dá pela necessidade da arte da escrita científica e da busca por elementos que possam por ventura colaborar para o desenvolvimento social e científico de uma nação em desenvolvimento como o Brasil.

Para tanto, é necessário dar algumas explicações da busca e desenvolvimento do tema em foco. Para essa narrativa, usamos a primeira pessoa para dar mais aproximação ao tema e justificar a escolha do objeto por parte do pesquisador e professor.

O interesse pelo objeto da pesquisa aconteceu em dois momentos distintos da minha vida acadêmica e profissional. Primeiramente, da vida acadêmica, nasci na comunidade da Praia do Buraco, que fica nas margens do rio Purus, 4h da cidade de Lábrea, onde iniciei minha trajetória acadêmica em 1984. Minha primeira professora foi minha mãe, que havia estudado no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Assim, o pouco que aprendeu repassou a mim e minha irmã.

No ano de 1986, meu pai resolveu se mudar para a cidade de Lábrea, alegando que queria um futuro melhor para os filhos. Dizia que já bastavam ele e minha mãe semianalfabetos em casa, e que os filhos precisavam estudar para almejar uma profissão e um futuro melhor.

Iniciei meus estudos em Lábrea, no Educandário Santa Rita, em 1987, com 10 anos de idade, na primeira série. Ao concluir o ensino fundamental, mudei para a cidade de Manaus para cursar o ensino médio, concluído em 1997. No ano 2000, iniciei o curso de graduação em Licenciatura Plena em História, ainda na cidade de Manaus. Em 2004, cursei uma Especialização em História e Historiografia da

Amazônia. No ano de 2006, iniciei a profissão docente na cidade de Manaus, aprovado em concurso público para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na qual fui lotado na Escola Municipal Raimunda Eneida da Silva e, em 2008, fui aprovado em Processo Seletivo Simplificado (PSS), ofertado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC), sendo servidor na Escola Estadual Arlindo Cruz.

No ano de 2010, fui aprovado no concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) Campus Lábrea, no qual entrei em exercício em abril de 2012. Em 2013, fui aprovado no Mestrado em História e Estudos Culturais, ofertado pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), concluído no ano de 2016. No ano de 2016, fiz parte da equipe de implantação do IFAM/Campus Humaitá e, no mesmo ano, fui trabalhar na cidade de Coari. Em 2017, fui transferido para a cidade de Manacapuru e, no ano de 2018, participei do processo seletivo para o doutorado em Ensino, ofertado pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). A partir da minha história, também me considero “nômade”, devido à trajetória profissional e acadêmica. Até agora já estive em três estados do Brasil: Amazonas, Rondônia e Rio Grande do Sul.

Em meados de 2015, subi o rio Purus, saindo do município de Lábrea, chegando ao município de Pauini, cidades do Estado do Amazonas, realizando as inscrições do processo eletivo, para ingressos de novos alunos nos cursos técnicos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) Campus Lábrea. Durante o percurso de quatro dias, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR), do município de Lábrea, estava fazendo o transporte dos professores selecionados para lecionar nas zonas ribeirinhas do rio Purus.

Uma viagem inusitada que serviu para o aprendizado profissional, pois acompanhei o esforço que estava sendo realizado para atender as demandas do ensino nas comunidades mais distantes da sede municipal.

A logística é bastante complicada, os professores precisam levar os utensílios domésticos, alimentos e roupas, pois por um período de oito meses ficam morando nas comunidades ribeirinhas do rio Purus e seus afluentes que, muitas vezes, ficam a dias de viagem das comunidades, até a cidade de Lábrea.

O trabalho nas comunidades é complexo, os professores realizam todas as atividades referentes ao funcionamento da escola, exercendo a profissão de docentes de várias séries diferentes, conhecida como multisseriada (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017; PARENTE, 2014; TERUYA; ET AL, 2013; REIS, 2012; SILVA, 2012; SOUZA, 2011; ANDRADE; ANDRADE, 2011). Os professores são merendeiros, serventes da merenda e zeladores da escola (MENDES; ET AL, 2008).

Ao se deslocarem para as comunidades ribeirinhas do rio Purus, as famílias dos professores os acompanham, ajudando nas atividades escolares. Quando o professor é o esposo, a esposa ajuda na limpeza da escola e na preparação da merenda. Quando a professora é a esposa, o esposo ajuda nos afazeres da escola e da comunidade, principalmente na construção de portos[1], na caça[2] e na pesca[3]. Essas atividades, de apoio às escolas por parte do cônjuge, algumas vezes não são remuneradas, porém em algumas escolas são remuneradas, devido ao quantitativo de alunos, pela Secretaria de Educação Municipal e Cultura (SEMEC/LBR).

Durante a viagem, ainda em 2015, por vários momentos, indagava-me e refletia sobre o significado do ambiente escolar para aquelas comunidades ribeirinhas que estão isoladas, onde o acesso de ligação com outras comunidades é exclusivamente pelo rio Purus (OSTI; BRENELLI, 2013). Também foi matéria de reflexão o modo como os jovens veem a educação para sua formação como cidadão, profissional e intelectual.

Assim, devido às minhas inquietações, em várias comunidades que passamos, à noite, fui perguntando sobre as vivências interioranas aos jovens. Tentei ficar restrito à questão da escola e como se dava o processo de ensino e aprendizagem. A maioria dos jovens respondia que as escolas *"não agregam muita coisa, pois aprendiam a ler e escrever e não serviam para ajudar no desenvolvimento da comunidade*". Então perguntei o que seria importante para eles aprenderem em uma sala de aula, e a maioria respondia que "*se o que os professores ensinassem nas aulas pudesse ajudar na produção e no*

[1] No rio Purus, quando inicia a vazante, as toras de madeira que descem o rio são capturadas pelos moradores para construção dos portos provisórios, que são o meio de acesso da margem do rio às casas e escolas da comunidade.

[2] No Rio Purus, em virtude da escassez de alimento durante o período de vazante, ainda é comum a caça de animais silvestres para o consumo.

[3] A pesca é uma atividade constante no Amazonas e nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, os moradores aproveitam as piracemas, para realizar pescarias de grandes quantidades e espécies de peixes.

desenvolvimento da comunidade, seria muito mais importante, que somente ler e escrever". As informações causaram-me mais inquietações e preocupações. Com o passar do tempo e da convivência, fui conversando com os moradores mais antigos e indagando sobre o porquê de algumas comunidades estarem desabitadas. A resposta foi simples e direta "*os jovens vão estudar em Lábrea, ou Pauini e não voltam mais, porque não têm como aplicar os conhecimentos adquiridos aqui na comunidade*".

Dessa forma, procurei observar como eram trabalhados os conteúdos nas comunidades e, conversando com os professores que estavam no barco, eles relataram que "*tudo o que está acontecendo é um grande desafio, pois é uma mudança de moradia, que precisam levar todos seus pertences, porque vamos passar oito meses na comunidade destinada pela secretaria. E somos nós, os professores, que ministram aulas desde as séries iniciais até o ensino fundamental II. Isso ministrando os conteúdos de todas as disciplinas*".

Vários sentimentos e sensações ficaram dessa experiência, mas o que mais me impressionou, depois de tudo que vivenciei durante essa viagem, e que me estimulou ao desafio de realizar a pesquisa para o doutorado, foi essa realidade "invisível" para a sociedade brasileira. A realidade do trabalho de professores, que dedicam sua profissão para levar educação às comunidades mais longínquas de nosso Brasil.

Após o relato pessoal que objetivou introduzir e justificar o tema, apresento as seguintes etapas da pesquisa com um breve histórico narrativo sobre a instalação dos projetos de escolarização no rio Purus.

1.1 A história do Ensino no rio Purus no século XX

A oferta de ensino nas margens do rio Purus foi ganhando proporções mediante a necessidade de diminuir a taxa de analfabetos na região. Na década de 1970, teve início a campanha educacional brasileira, durante o regime militar, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que contou com a parceria entre o Governo Federal e a prefeitura municipal de Lábrea. O programa atendia as comunidades rurais, ribeirinhas e moradores das cidades que tinham interesse e precisavam ser alfabetizados. O MOBRAL finalizou suas atividades no

ano de 1985, com o fim da ditadura militar (BELUZO; TONIOSSO, 2015; HADDAD; SIQUEIRA, 2015; ROMANELLI, 1986).

Na década de 1990, foi ofertado o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Essa denominação era usada para a classificação da idade e série. Através da LEI Nº 11.274/06, foi aprovado o ensino fundamental de 1º ao 9º ano, mudando essa nomenclatura.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1997 a 2003, foi criado, através do Decreto/99, de 11 de fevereiro de 1999, o programa Alfabetização Solidária (ALFASOL), que apresentou a proposta de alfabetizar os moradores das regiões afastada dos grandes centros. Isso se dava através dos professores alfabetizadores (BERREYRO, 2010; MATOS, 2005; SCHULZ; GOMES; DOMINONI, 2008; MENESES; SANTOS, 2001).

No ano de 2008, foi ofertado o ensino fundamental II, de 6º ao 9º ano, devido à grande demanda de alunos com o ensino fundamental I completo. No ano de 2010, a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) oferta para o rio Purus o ensino médio, através do Sistema Mediado por Televisão. Na comunidade, há a permanência do professor presencial durante o ano letivo, que é responsável de aplicar as atividades avaliativas e enviar aos professores responsáveis pelos componentes curriculares, os quais são ministrados no Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), localizado na Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC/AM), na cidade de Manaus (NASCIMENTO, 2017; SANTOS, 2017; MOURÃO, 2010).

O ensino mediado foi uma grande conquista para regiões distantes e de difícil acesso, no entanto existem vários problemas. Um deles é que o sistema mediado funciona através da antena para a internet via satélite, e a energia elétrica para a funcionalidade dos equipamentos é gerada por motor a diesel. Se faltar o diesel, ou apresentar problemas no motor gerador de energia elétrica, o professor presencial precisa aguardar alguém que esteja descendo o rio Purus, em direção à cidade de Lábrea, para solicitar a resolução do problema, prejudicando os alunos, que muitas vezes ficam semanas sem aulas.

Como a Amazônia apresenta climatização específica, o calendário escolar precisa respeitar os fenômenos naturais, com invernos longos, ou verão intenso, com seca e escassez de alimentos. Essa situação também prejudica as aulas,

devido às distâncias entre as comunidades e as escolas. Às vezes, as crianças precisam remar horas até chegar às escolas e, quando não tem aulas, voltam novamente no sol ou chuva para suas residências, enfrentando os riscos do rio Purus.

1.2 Definição do problema de estudo.

Nossa pesquisa objetivou analisar a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Alguns aspectos serão priorizados como: o transporte e o deslocamento dos professores, a formação acadêmica dos professores, o calendário escolar sazonal, os conteúdos e a estrutura curricular.

Retomo o cenário inicial que me impulsionou a desenvolver a pesquisa. Durante o percurso da viagem, percebi as dificuldades que são enfrentadas pelos professores para lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Dentre essas dificuldades, estão a distância entre as comunidades e a cidade de Lábrea/AM, a falta de infraestrutura nas escolas e casas, a falta de espaços e sistemas de lazer, a falta de saúde e de segurança pública.

No contexto atual, as comunidades estão recebendo, sob a responsabilidade da gestão municipal, o ensino fundamental I, o ensino fundamental II e o ensino médio, ofertados pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (SEDUC/AM) (PIRES, 2015), através do Sistema Mediado por Televisão nas comunidades, pela qual a prefeitura municipal de Lábrea disponibiliza o espaço físico para SEDUC/AM realizar as aulas, com a presença do professor. Esse docente é selecionado por meio de processo seletivo simplificado, promovido pela SEDUC/AM. A modalidade de ensino médio é de forma tecnológica com as aulas sendo transmitidas em tempo real, como explica a pesquisadora Lúcia Regina Silva dos Santos, ao mencionar a eficácia do programa:

> As aulas são desenvolvidas e transmitidas em tempo real pela TV, os docentes, denominados professores ministrantes, que estão em um estúdio situado em Manaus CEMEAM/SEDUC, os alunos assistem às aulas em suas comunidades, em cada sala tem um professor que orienta os alunos, chamado de professor presencial (SANTOS, 2017, p. 47).

As aulas do ensino médio são transmitidas ao vivo, via satélite, do estúdio localizado na cidade de Manaus. Já nas escolas localizadas nas comunidades

ribeirinhas do rio Purus, o suporte é acompanhado pelo professor presencial, o qual tem a missão de sanar as dificuldades de conteúdo dos alunos.

Diante desse cenário, identificamos os seguintes problemas de pesquisa:

- Como resolver a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus?
- Por que há tamanha rotatividade dos professores?
- A formação dos professores que lecionam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus;
- Os critérios utilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Lábrea para selecionar os professores que vão para as comunidades ribeirinhas do rio Purus;
- Os componentes curriculares são adequados para o contexto das escolas ribeirinhas do rio Purus?

1.3 Hipótese

- A rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus depende da proximidade das comunidades com as cidades extremas Lábrea e Pauini. Portanto, pegamos como base 06 comunidades, para responder aos nossos questionamentos da pesquisa. Sendo as comunidades: Praia do Barranco do Bosque, Praia do Amaciary, Praia do Bom Futuro, Praia do Marahã, Praia do Samaúma e Praia do Bananal do Vandi. As duas primeiras comunidades ficam próximas da cidade de Lábrea, as duas comunidades do meio ficam na região central entre a distância de Lábrea a Pauini, e as duas últimas comunidades ficam próximas à cidade de Pauini. Portanto, a escolha foi para demonstrar que, nas comunidades próximas às cidades, os professores têm a facilidade de viajar aos finais de semana para a cidade e permanecer por mais tempo na comunidade, já nas comunidades centrais, essa possibilidade não existe, porque o percurso de viagem dura em torno de 18h descendo o rio e 24h subindo, além do custo do combustível, o que dificulta a rotatividade frequente de professores.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

- Contar a história do ensino a partir dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar historicamente o ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus;
- Avaliar o plano de ensino e os conteúdos programáticos ministrados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus de 2015 a 2021;
- Conceituar teoricamente o trabalho do professor nômade e sua importância na transformação do ensino e aprendizagem;
- Verificar os critérios de seleção dos professores para lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus;
- Apresentar uma proposta de ensino, diante da rotatividade, considerando que a rotatividade é um fato complexo e difícil de resolver.

1.5 Procedimentos metodológicos

No decorrer da pesquisa, foi observado que as comunidades mais próximas das cidades de Lábrea e Pauini são as mais disputadas pelos docentes, durante o período de lotação, em virtude do conforto que as comunidades proporcionam, como energia elétrica e passar o final de semana nas cidades.

Sendo assim, selecionamos e estudamos seis comunidades onde analisamos essa situação. São as comunidades: Barranco do Bosque, Praia do Amaciary, Praia do Bom Futuro, Praia do Marahã, Praia do Samaúma e Praia do Bananal do Vandi**.** As duas primeiras comunidades ficam próximas da cidade de Lábrea, as duas comunidades da Praia do Bom Futuro e Praia do Maraã ficam na região central entre a distância de Lábrea a Pauini e as duas últimas comunidades ficam próximas à cidade de Pauini.

A escolha teve o objetivo de demonstrar que nas comunidades próximas às cidades, os professores têm a facilidade de viajar aos finais de semana para a cidade e permanecer por mais tempo na comunidade, já nas comunidades centrais, essa possibilidade não existe, porque o percurso de viagem dura em torno de 18

horas descendo o rio e 24 horas na subida. O custo e a disponibilidade do combustível são outros elementos que dificulta a permanência dos professores.

Para compreensão da temática, realizamos a pesquisa com embasamento no método etnográfico. A pesquisa é de abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 21), a “abordagem qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Para Demo (2019, p. 152), a pesquisa qualitativa “prima pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético, e assim por diante, cuja captação exige mais que mensuração de dados”.

A investigação também teve como suporte o uso de entrevistas e “conversas” informais: “falas” e percepções do pesquisador foram registradas em "diário de campo” (MARCONI; LAKATOS, 2018; ANDRADE, 2018; GIL, 2017). A entrevista informal é uma técnica que deixa o entrevistado mais à vontade para responder aos questionamentos do pesquisador. Gil explica que:

> Entrevistas informais são as mais utilizadas na pesquisa etnográfica. Elas podem ser vistas como conversações casuais, mas, assim como as entrevistas estruturadas, também têm uma agenda específica, embora não explícita. O pesquisador as utiliza para descobrir as categorias de significados no âmbito de uma cultura. São úteis para verificar o que as pessoas sabem, pensam, creem, aspiram e temem, bem como para comparar essas percepções com as das outras pessoas. Essas comparações possibilitam identificar valores compartilhados na comunidade, na organização ou no grupo pesquisado (GIL, 2017, p. 117).

Nosso objetivo foi entrevistar: 15 professores, 15 alunos, 15 pais de alunos, os representantes das secretarias de Educação Municipal e Cultura (SEMED/LBR) e Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM), responsáveis pela organização, seleção, deslocamento e qualificação dos professores que atuam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Na pesquisa de campo, trabalhamos com fotos e vídeos, pois as imagens e movimentos ajudam na compreensão dos fatos pesquisados.

Durante as entrevistas na SEMEC, comprometi-me de não revelar os nomes dos servidores que concederam as entrevistas, para evitar constrangimento dentro do ambiente de trabalho, pois, como exercem cargos de coordenação e chefia, poderiam comprometer suas atividades e prejudicar o cargo que estão ocupando,

mesmo que tenham assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Ainda sobre as entrevistas, entendemos que é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois é através das entrevistas que poderemos encontrar a resposta para o problema da pesquisa. As entrevistas contribuíram com a pesquisa para entendermos as motivações, os abandonos, as perspectivas e a valorização dos envolvidos no ensino e aprendizagem. Marconi e Lakatos (2018, p. 92) comentam que “a entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência”.

Para obtenção dos dados, realizamos duas viagens de 15 dias pela zona ribeirinha, sendo uma em 2020 e outra em 2021.

Na viagem realizada no ano de 2020, saímos de Manaus no dia 16/10/2020 uma sexta-feira, único dia de voo de Manaus/Lábrea e Lábrea/Manaus. Minha filha Maria Rafaelle, de 10 anos, acompanhou-me na viagem, na medida do possível, porque era a primeira vez que minha filha viajava de avião e estava bastante nervosa e ansiosa, mas a viagem foi tranquila. Saímos de Manaus às 10h30min e chegamos a Lábrea às 12h15min. O voo foi tranquilo e sem turbulências. Ao chegarmos a Lábrea, fizemos uma surpresa aos meus pais, pois eles não sabiam que estávamos indo.

Meus pais ficaram felizes com a nossa chegada e, após almoçarmos, descansamos um pouco, e fui organizar o planejamento do trabalho. A cidade de Lábrea ainda estava com muitos infectados pela COVID – 19, e com exigência do uso de máscaras, mas isso não era problema para nós, porque estávamos protegendo as pessoas e nos protegendo também. No restante do dia, aproveitamos para visitar parentes e amigos que trabalham na educação do município e verificar qual a melhor estratégia a seguir, naquele momento epidêmico, para realizar a pesquisa de campo.

No dia 17/10/2020, fui em busca da lancha, combustível, alimentação e os práticos, para realizar a viagem subindo o rio Purus. Naquele momento, fui avisado que as aulas estavam suspensas devido aos avanços da COVID – 19, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, mas, como tinha uma programação, resolvi tentar falar com os moradores, pais e alunos nas comunidades, mesmo sabendo que

as escolas estavam fechadas e corria o risco de não encontrar professores nas escolas, para obter mais informações sobre o ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

No dia 18/10/2020, visitei 05 professores que haviam trabalhado nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, que atualmente são coordenadores de polo, para receber informações e agendar a apresentação da proposta de tese e receber as contribuições dos docentes, que trabalhavam e conheciam as comunidades planejadas para realização da pesquisa.

No dia 19/10/2020, fui tomar as providências necessárias para a subida do rio Purus, com abastecimento da lancha, buscar recipientes para armazenar combustível reserva, comprar gelo, água, protetor solar, preparar os apetrechos de pesca, pois, para diminuir peso e custo, levei tarrafa para pescar. Esse dia foi dedicado à organização da viagem, pois, como teria que passar 10 dias subindo o rio Purus, precisava deixar tudo organizado, para que não houvesse problemas posteriores.

No dia 20/10/2020, saí às 6h da manhã da cidade de Lábrea/AM, percorrendo as águas barrentas do rio Purus, em busca de realizar a pesquisa de campo. Ao chegar à comunidade da praia do Gado, fui informado que os moradores das comunidades ribeirinhas não estavam recebendo pessoas visitantes, pois estavam com medo do surto de COVID - 19, que assolava a cidade de Lábrea, e os moradores das comunidades já se encontravam isolados naturalmente, apenas precisam evitar a presença de visitantes, para se proteger da contaminação do vírus.

Mesmo assim, insisti, porque tinha o cronograma da pesquisa para cumprir e essa etapa é de fundamental importância para o fechamento da pesquisa. Ao chegar à comunidade do barranco do Bosque, encontrei o professor da escola fazendo a roçagem do terreno, para preservar o prédio escolar.

Falei com o professor a uma distância de 5 metros, essa foi a condição dele, mesmo estando com comprovantes de exames de teste de COVID - 19, com uso de máscaras, álcool em gel e tomado as vacinas.

O professor falou que o meu projeto é importante para divulgar o trabalho exaustivo, realizado pelos docentes, que ministram aulas nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea/AM, pois o trabalho não se limita a sala

de aula, já que existem várias atividades paralelas, as quais são exercidas pelos docentes, e isso compromete o trabalho com ensino e aprendizagem.

A conversa durou por volta de 1h, o sol estava intenso e o professor precisava terminar o trabalho de roçagem. Agradeci a disponibilidade e segui a viagem, mesmo sabendo que as escolas estavam sem atividades presenciais.

Segui viagem e, ao chegar na praia do Maciary[4], falei com o morador, no porto, pois o mesmo não permitiu que subisse, pois estavam assustados com os casos de COVID - 19, que haviam sido diagnosticados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Assim, pediu que compreendesse, mas que estava sendo prudente em preservar a saúde dos moradores. Perguntei a ele como estava observando as escolas paradas e como seria a reposição das aulas. O senhor respondeu: “é difícil, pois foram para a cidade buscar solução, mas as comunidades suspenderam as aulas, sem apresentar uma solução”. Quanto à reposição, o morador respondeu: “acho que vão fazer uma prova e quem passar avança de ano, mesmo sem saber o conhecimento do ano letivo e da série matriculado”. Agradeci a disponibilidade e segui viagem. Porém, o morador avisou que não iria conseguir falar com os alunos e pais, e que, se ele fosse, eu voltaria, para evitar prejuízos da viagem.

Por volta das 13h, cheguei à comunidade que morei até os 9 anos de idade, a comunidade José Gonçalves, em homenagem ao meu bisavô, antes chamada de praia do Buraco. A situação era a mesma, mas aproveitei para descansar e almoçar, pois ainda tenho parentes morando na comunidade, o que permitiu nossa subida até a casa e garantiu nossa estada.

Após o almoço, descansei um pouco e segui a viagem, chegando à comunidade de Santa Rosa, por volta das 16h. Nessa comunidade, o responsável é meu tio, irmão de meu pai. Ele disse que era melhor passar a noite na casa dele, pois “o tempo estava fechando e iria ficar muito perigoso enfrentar um temporal no rio, principalmente com criança na lancha”. Como devemos respeitar quem conhece a região, resolvi ficar e tentar conversar com os moradores. Obviamente, estavam assustados com a COVID - 19 e ficavam distantes, mas reclamaram da gestão

[4] O nome da comunidade Praia do Maciary tem duas tipologias, pois Amaciary também é aceito e falado pelos moradores ribeirinhos do rio Purus. Porém, no livro do Gunter Khromer. Cuxiuara: O Purus dos Indígenas Ensaio Etno-Histórico e Etnográfico sobre os índios do médio Purus, o autor apresenta as duas formas de pronuncia do nome da comunidade, como também no livro Maciary: ou para além do encontro das águas, o autor Hélio Rocha faz a escolha pela pronuncia do nome da comunidade de Praia do Maciary. Portanto, padronizei com a pronuncia do nome da comunidade Praia do Maciary, mas se em algum artigo estiver escrito Amaciary, a escrita está correta.

municipal, de não apresentar uma opção, para que os alunos não perdessem o ano letivo, já que na cidade estavam fazendo aulas dirigidas.

No dia 21/10/2020, segui viagem, mas, ao percorrer por 2h, subindo o rio Purus, chegamos à comunidade do Capacini, e fui avisado pelos agentes comunitários de saúde que era melhor voltar, pois os moradores estavam assustados e as comunidades indígenas tinham placas comunicativas que não aceitavam estranhos durante o período pandêmico. Conversei com a equipe, e resolvemos retornar à cidade de Lábrea. Como havia levado apetrechos de pesca, resolvi retornar a viagem para a cidade de Lábrea pescando, para diminuir a tensão da viagem, e aproveitar as férias.

No dia 22/10/2020, ao chegar em Lábrea, descansei pela parte da manhã, pois a viagem é cansativa, devido ao sol intenso e o vento da voadeira. Na parte da tarde, refiz o planejamento para realizar a pesquisa nas instituições responsáveis pelo ensino das comunidades ribeirinhas do rio Purus e verificar o horário de funcionamento e disponibilidade das pessoas para atendimento externo, devido ao trabalho híbrido, com revezamento, para evitar aglomerações, como forma de prevenção da COVID - 19.

No dia 23/10/2020, realizei a visita à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), para falar da proposta de pesquisa e reafirmar que os professores da secretaria eram os protagonistas do trabalho. Falei com o secretário de educação, os coordenadores e servidores da secretaria. Fui bem recebido, pois era período eleitoral e o filho do secretário era candidato a vereador, dessa forma, o mesmo estava tratando todos os visitantes de forma cordial.

A visita à secretaria foi produtiva, onde obtivemos informações, cópias de documentos, calendários acadêmicos, mapas de matrículas, mapas de distribuição de merendas escolares, relatórios de planejamentos e relatórios de distribuição de professores.

A secretaria estava funcionando em sistema de rodízio de servidores, devido à pandemia da COVID – 19, e no horário de atendimento ao público, das 8h às 14h.

No dia 24/10/2020, visitei a corregedoria regional da SEDUC/AM, no município de Lábrea, para apresentar a proposta do projeto de pesquisa e buscar informações sobre o ensino médio mediado por tecnologia, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Fui bem recebido, obtive boas informações, apresentaram

mapas de matrículas, mapas de rendimentos, editais de processo seletivo simplificado para contratação de professores, quantidade de turmas que haviam concluído o ensino médio, e planejamento de expansão do programa em outras comunidades da região.

No dia 25/10/2020, realizei uma visita ao senhor Marcos Saboia, que é técnico em topografia e realizou trabalho de geoprocessamento das comunidades ribeirinhas do rio Purus. A finalidade da visita foi conseguir os dados armazenados no Sistema de Posicionamento Global (GPS), para construir um mapa da distância entre a cidade de Lábrea e as comunidades localizadas no rio Purus. O senhor Marcos Saboia foi bastante solícito e cedeu os dados, para elucidar o projeto de pesquisa e ainda ajudou na pesquisa concedendo o programa de computação para elaboração do mapa.

No dia 26/10/2020, realizei uma visita à Escola Estadual Tomé de Raposa Medeiros (GM3), para entender o mecanismo de matrículas, aproveitamento e atendimento aos alunos do ensino médio mediado por tecnologia, das comunidades ribeirinhas do rio Purus, pois, quando visitei a Corregedoria Regional da SEDUC, o coordenador falou que os alunos das escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus, que ofertavam o mediado, são matriculados no GM3, mas que os professores são responsáveis de encaminhar a documentação e os pareceres dos alunos ao final do ano letivo à secretaria do GM3, localizado na cidade de Lábrea.

Nessa escola, fui bem recebido, o prédio principal estava em reforma e a escola funciona em um prédio improvisado no centro da cidade de Lábrea, com uma estrutura precária, em comparação à estrutura construída, a qual se deteriora por falta de manutenção predial ao longo do tempo. Nesse contexto, percebi bastante reclamação, por falta de estrutura, e os servidores estão aguardando a reforma, para retornar ao prédio principal.

Com essas condições, os documentos dos alunos das escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus estavam armazenados em caixas empilhadas em uma sala, sem condições de movimentá-las. A visita, contudo, foi produtiva, pois a secretaria apresentou uma planilha de matrículas, que contém os alunos aprovados, reprovados e abandonados. Percebi que a maioria conseguiu ser aprovada, e que o índice de abandono é mínimo, pois os motivos que levam a

abandonarem a escola é que alguns alunos se casam ainda na juventude entre 14 e 18 anos e, ao constituir famílias, precisam trabalhar para o sustento dos familiares.

A escola também estava com atendimento ao público, somente das 8h às 14h, devido à pandemia da COVID – 19, e a gestão ter adotado o sistema de trabalho híbrido, com rodízio de servidores, mas fui bem recepcionado e atendido.

No dia 27/10/2020, visitei a escola Balbina Mestrinho, para conhecer toda a importância que teve na formação do curso de magistério, com professores que atenderam as comunidades ribeirinhas do rio Purus. O gestor me atendeu com presteza e esclareceu que antes de ser excluído o magistério, a escola preparou muitos professores que tiveram a oportunidade de seu primeiro trabalho ser nas comunidades, isoladas do município de Lábrea. Inclusive, o gestor lamentou a exclusão do curso, pois para ele “era uma forma de sanar a deficiência de professores para as comunidades rurais e ribeirinhas do município”.

Sendo assim, agradeci a oportunidade de conversarmos, e do gestor contribuir com a pesquisa, apresentando opinião, sugestões e condições, que foram fundamentais, para entender a importância da escola Balbina Mestrinho, na trajetória do ensino nas comunidades do rio Purus.

No dia 28/10/2020, visitei a Escola Estadual Santa Rita, que é administrada pelas as irmãs agostinianas. Conhecido como colégio de freiras, iniciou suas atividades com a educação formal, para atender as necessidades do ensino para as meninas, com atividades de corte e costura, ensino da catequese e ensino fundamental I. Nessa escola, concluí o ensino fundamental I, no ano de 1991.

Para a gestão, minha presença significa o retorno às origens e a importância dos estudos, para a formação profissional. A gestora disse que, se estivesse com aulas presenciais, pediria que falasse com os alunos sobre a importância da valorização dos estudos para o conhecimento, porque havia saído de uma comunidade, estudado na escola e estava concluindo o doutorado e, ainda, era servidor público federal. Fiquei feliz com o reconhecimento.

A Escola Santa Rita teve papel fundamental no desenvolvimento do ensino no rio Purus, pois muitos pais deixavam suas filhas no sistema de internato, para estudar e depois retornar para as comunidades e difundir o conhecimento adquirido na escola, com os jovens das comunidades.

Ao finalizarmos a conversa, agradeci a atenção e prometi retornar quando concluísse minha pesquisa e defendesse minha tese de doutorado, para apresentar aos alunos e à comunidade escolar.

No dia 29/10/2020, visitei a Escola Estadual Santo Agostinho, para conversar com o gestor sobre a importância da presença dos irmãos maristas na cidade de Lábrea, e a contribuição da missão religiosa para o desenvolvimento do ensino na região, especialmente no rio Purus. A congregação teve papel fundamental para a formação escolar e profissional, o que contribuiu para a formação profissional de muitos mecânicos, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, torneiros e eletricistas, pois a chegada da congregação marista na cidade de Lábrea contribuiu para o desenvolvimento profissional e intelectual.

Na escola marista, concluí o ensino fundamental II, na década de 1994, e foi uma honra retornar à escola, para falar do projeto de doutoramento. O gestor pediu para retornar em outro momento, quando passar a pandemia da COVID - 19, para falar com os alunos e dizer que vale a pena estudar e acreditar nos sonhos, que através dos estudos e dedicação conseguiremos vencer na vida. Fiquei feliz com o convite e prometi retornar, para apresentar o resultado da pesquisa na abertura do ano letivo. Agradeci a atenção e me comprometi retornar, logo que finalizar o doutorado.

No dia 30/10/2020, retornei a Manaus, com minha filha, frustrado com a pesquisa, pois não consegui realizar o planejamento das entrevistas nas comunidades e não conseguir ficar o período necessário com os moradores das comunidades, para realizar as observações do método etnográfico, escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, que não foi possível realizar em virtude da pandemia da COVID - 19, mas feliz, pelas informações recebidas, já que coletei bastante material, para avaliar os dados, elaboração do mapa, com as distâncias entre a cidade de Lábrea e as comunidades ribeirinhas do rio Purus. Porém, ciente que precisava me replanejar, para realizar a pesquisa no ano de 2021.

A etnografia foi nossa âncora. É uma metodologia voltada para atividades de pesquisas, que exige período de observação do pesquisador, sendo o método mais apropriado para a elucidação dos objetivos desta pesquisa. Realizamos essa atividade acompanhando em *lócus* o transporte dos professores de barco/motor para as comunidades ribeirinhas do rio Purus, no mês de abril de 2020 e agosto de 2021.

Devido à pandemia da COVID - 19, as aulas foram suspensas em maio de 2020 e retornaram em agosto de 2021, utilizando como instrumentos para análise da pesquisa o diário de bordo, fotografias, filmagens e aplicação de questionários aos alunos, pais e professores, para a compreensão dos objetivos. Nesse sentido, Marconi e Lakatos apresentam a definição do método etnográfico argumentando de forma explicativa a importância da utilização para trabalhar com grupos sociais.

> Define-se o método etnográfico como um conjunto de técnicas utilizadas para a coleta de dados sobre valores, crenças, práticas sociais e religiosas e comportamento de um grupo social, ou levantamento de dados de determinados grupos e sua descrição, com a finalidade de conhecer-lhe melhor ou sua cultura específica (MARCONI; LAKATOS, 2018, p.114-115).

Seguindo essa linha de raciocínio, Gil (2017, p. 118) afirma que “a pesquisa etnográfica privilegia os pontos de vista dos membros da comunidade, organização ou grupo que está sendo estudado”. Sendo assim, Marconi e Lakatos (2018, p.115) apresentam a peça chave desse método de pesquisa dizendo que “a observação é a técnica-chave desta metodologia”. Dessa maneira, Severiano explica que:

> A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades, os modos de vida do indivíduo ou do grupo social. Faz um registro detalhado dos aspectos singulares da vida dos sujeitos observados em suas relações socioculturais. Trata-se de um mergulho microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico, descritivo por excelência (SEVERIANO, 2016, p. 126).

Para tanto, observei em *lócus* os acontecimentos relacionados ao deslocamento dos professores, as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos na busca de ensino e aprendizagem, nas escolas da zona ribeirinha do rio Purus. No mês de agosto de 2021, realizei a viagem, após o translado dos professores para as comunidades ribeirinhas do rio Purus, por questões de segurança relacionada às orientações de prevenção da COVID – 19.

A viagem foi planejada para 15 dias corridos entre 24/09 a 08/10/2021, com pesquisas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus e na cidade de Lábrea/AM. Nessa viagem, realizei as entrevistas, tirei fotos e gravei vídeos. Vale ressaltar que havia programado essa viagem para o mês de abril, mas, em decorrência da

pandemia da COVID – 19, as aulas foram suspensas no mês de maio de 2020 e retornaram somente no mês de agosto de 2021.

No mês de setembro de 2021, após replanejamento das atividades de pesquisa do projeto da tese, retornei à cidade de Lábrea, para realizar as pesquisas de campo, pois as aulas das escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus haviam retornado a suas atividades presenciais, com a redução de casos de COVID -19 e o avanço das vacinações de prevenção à proliferação do vírus. A viagem durou 15 dias, na verdade 16, pois o voo de retorno foi cancelado, e tive que retornar a Manaus de ônibus, pela BR 319, com viagem de 26h de duração, pela estrada de barro, com poeira, muitos buracos e pontes improvisadas de madeiras, mas cheguei bem a Manaus.

No dia 24/09/2021, realizei a viagem para Lábrea, com voo marcado para partir de Manaus às 8h30min. Após decolagem, o avião retornou com problemas mecânicos. Sendo assim, o voo atrasou e saí de Manaus no mesmo dia, mas às 12h30min, em um voo com escala na cidade de Coari/AM, chegando a Lábrea às 14h30min, uma sexta-feira. Na parte da tarde, organizei o cronograma de trabalho, tendo em vista que a programação da pesquisa a tarde não teria como acontecer, pois o atraso do voo prejudicou os trabalhos do primeiro dia em Lábrea, mas não me abati e, no final da tarde, resolvi tirar algumas fotos de prédios históricos da cidade de Lábrea.

No dia 25/09/2021, fui organizar a viagem de subida do rio Purus, verificar baldes para armazenar gasolina, quantas pessoas iriam, comprar alimentos para as refeições e fui em busca de uma voadeira (lancha), pois meu tio, que é político local, havia prometido ceder a voadeira dele, mas resolveu emprestar para fiscais da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR), que haviam chegado em Lábrea. Diante dessa situação, fui em busca de alugar uma voadeira, dentro do orçamento que havia feito para a viagem. Esse dia foi intenso, já que são muitas providências, informações e organização que tinha que fazer, mas, no final do dia, já havia resolvido 80%, faltava a voadeira, pois os preços da diária de aluguel estavam acima dos valores orçamentários planejados, então deixei para resolver na segunda-feira, quando teria mais tempo para pechinchar e encontrar uma voadeira, que entrasse no orçamento e que consumisse pouco combustível, para que não fosse necessário comprar mais.

No dia 26/09/2021, reuni pela manhã com as pessoas que foram para a viagem comigo no rio Purus, para saber as condições climáticas, a vazão do rio e convidamos um prático experiente, que faz o trajeto semanalmente, para falar os pontos críticos do trajeto que iríamos percorrer. Cheguei a convidar o prático experiente para conduzir a voadeira, mas ele disse que “não poderia acompanhar a viagem, pois tinha um compromisso firmado com os fiscais da reserva de conservação do rio Ituxi. Pediu apenas que tomasse cuidado e não extrapolasse a velocidade da voadeira e evitasse trafegar à noite, pois o rio estava muito seco e tinha bancos de areia, troncos de árvores e pedras expostas”. Agradeci as orientações e, como era um domingo, aproveitei para visitar familiares e descansar.

No dia 27/09/2021, fui à Secretaria Municipal de Educação e Cultura realizar entrevistas com os servidores, mas percebi certo receio em responder as perguntas, pois, como tinham informações detalhadas e que poderiam prejudicar os servidores, três deles preferiram não responder naquele momento, levaram o formulário para suas residências e pediram que passasse no final da tarde para recolher. Foi um dia bem trabalhoso, pela manhã fiquei na secretaria e, à tarde, passei de casa em casa recolhendo as informações, depois catalogando os formulários de acordo com as descrições dos servidores.

No dia 28/09/2021, estava tudo certo para subir o rio Purus, porém um imprevisto de última hora atrapalhou o planejamento. O proprietário da voadeira que havia acertado o aluguel recebeu uma proposta com valores maiores que o que eu podia pagar, e resolveu alugar para um grupo de políticos que estavam chegando à cidade de Lábrea e que iriam precisar da voadeira, para uma visita eleitoreira. Fiquei chateado, pois estava tudo organizado, com combustível, alimentação, gelo, apetrechos de pesca. Percebi que o poder aquisitivo dos políticos estava atrapalhando uma pesquisa científica e que o trabalho de pesquisa, para os políticos, ficou para segundo plano. Fiquei abatido, logicamente, e fui em busca de solução. Retirei as coisas que havia colocado na voadeira e fui em busca de outra voadeira.

No dia 29/09/2021, saí cedo em busca de uma voadeira, mas os preços das diárias estavam acima do meu orçamento, então passei o dia andando pela cidade e conversando com os proprietários, pechinchando, para ver se conseguia um preço mais dentro das minhas condições financeiras, que atendesse as necessidades,

para o conforto da equipe. No final da tarde, consegui uma voadeira com a diária de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), mas, como o proprietário é pai de uma servidora do IFAM, da qual fui professor em 2013 no IFAM/Campus Lábrea, ele fez o preço da diária de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), o que ajudou bastante e coube dentro dos recursos financeiros que ainda me restavam, pois vale lembrar que os custos da viagem é por conta do pesquisador, pois não fui beneficiado com bolsa de pesquisa, o que dificulta bastante realizar pesquisa dessa magnitude.

No dia 30/09/2021, subi o rio Purus, saindo do porto de Lábrea às 6h da manhã, com uma equipe composta de 06 pessoas, sendo 01 prático (meu tio), 01 ajudante (amigo do meu tio), 01 suporte técnico de informática (meu primo), 02 moradoras da comunidade do Bananal do Vandi, que pediram uma carona.

A viagem foi bem tranquila, mas logo o sol apareceu escaldante, mesmo assim resolvemos subir o rio e fazer as intervenções no retorno, pois aproveitamos o dia para realizar a viagem. A voadeira era coberta, porém, mesmo assim, sentia a temperatura e o sol queimando a pele, juntamente com a ventania, causada pela velocidade da voadeira. Ao meio dia, almoçamos na casa do meu tio que mora na comunidade de Santa Rosa, depois seguimos viagem até às 21h. Passamos na comunidade do Bananal do Vandi, onde as pessoas iriam ficar às 18h, mas fomos alertados sobre os perigos do rio, em virtude da vazante do rio Purus, inclusive, para evitar navegar à noite, pois tinha banco de areia, troncos de madeira e pedras expostas, que podem causar acidente. Às 21h, resolvemos parar em uma comunidade para dormir, porém estava chovendo bastante e não tinha como se acomodar na voadeira. Um senhor que viu a voadeira parando desceu o porto e ofereceu a casa dele para passarmos a noite. Aceitamos e ficamos acomodados, ainda aproveitei para conversar sobre o projeto e falar com as pessoas que moram na comunidade. A noite foi ótima, pois, para quem iria dormir no relento, conseguir uma casa para atar as redes e passar a noite, estava melhor que um hotel 05 estrelas.

No dia 01/10/2021, pela manhã, reuni com os alunos na escola localizada no bananal do Vandi. Apresentei-me, falei que sou nascido no rio Purus e que estava fazendo uma pesquisa para o desenvolvimento da minha tese de doutorado, com a pesquisa sobre o ensino no rio Purus e se poderia contar com a colaboração deles

para responderem algumas perguntas e falar sobre a importância da escola na comunidade e a rotatividade dos professores.

A escola tem 02 salas de aulas, com o sistema de ensino na modalidade multisseriada, que oferta o ensino fundamental I e II. A sala 1 com as turmas de 2º e 3º anos, respectivamente, e a sala 2 com as turmas de 4º e 5º anos, respectivamente, pelo turno matutino. No turno vespertino, a sala 1 com as turmas de 6º e 7º anos, respectivamente, e a sala 2 com as turmas de 8º e 9º anos, respectivamente. Os alunos responderam os questionários destinados aos mesmos e apliquei o questionário aos professores, que também atenderam com presteza e ficaram felizes de saber que sou nascido no rio Purus.

Pela parte da tarde, entrevistei os pais dos alunos e moradores, o que me alegrou foi saber que um dos professores da escola é morador da comunidade, que foi morar na cidade de Lábrea para estudar e retornou, para lecionar na comunidade. Esse professor tem motivado os alunos a fazer o mesmo, para ajudar a desenvolver a comunidade.

Um momento especial, ao entrevistar o pai do professor, ele fica na varanda sentado olhando o filho ministrar as aulas e falou que para ele “é um orgulho ver o filho ensinado, pois ele é analfabeto e tem ‘dificulidade[5]’ para se expressar". Foi emocionante a fala desse pai, porque ele falou com o coração e chorou de alegria, pelo filho poder contribuir com o que aprendeu, estudando na cidade e ter voltado para ajudar a comunidade.

Passamos a noite na comunidade, enfrentamos um temporal e fomos orientados a não enfrentar a tempestade de voadeira à noite. Como já tínhamos dormido na casa do morador, fomos à beira da praia pescar de tarrafa, para contribuir com o jantar, pois tínhamos arroz, feijão e farinha, faltava apenas o peixe, para complementar a refeição.

No dia 02/10/2021, logo cedo do dia, despedimo-nos da comunidade e começamos a baixar o rio, para entrevistar outros alunos, professores, pais de alunos e moradores em outra comunidade. Mesmo sendo sábado, as escolas nas comunidades ribeirinhas se tornaram um ponto de encontro. A comunidade do Maraã apresentava um porto de difícil acesso e, com a chuva que havia caído no dia

[5] A palavra “dificuldade” é em virtude da presença dos missionários espanhóis, que não conseguiam pronunciar na língua português a palavra dificuldade e pronunciavam desta forma, o que acarretou no aprendizado dos moradores das comunidades do rio Purus.

anterior, a subida foi complicada, pois tivemos que subir descalços e por cima das toras de madeira escorregadias, contudo conseguimos chegar à escola.

Ao chegarmos à escola, falei com os professores e expliquei para eles o que estava fazendo na comunidade e se tinha como realizar a pesquisa, mesmo em pleno sábado. Os professores disseram que sim, pois os alunos moravam próximo, ofereceram café para a equipe e, lógico, aceitamos, tendo em vista estarmos andando de voadeira a 1h30min, descendo o rio Purus, no percurso de uma escola a outra. Esse tempo em um motor rabeta de 5HP, que equivale de 4h a 5h de viagem.

Os alunos foram chegando, e os professores disponibilizaram as salas de aulas para explicar o motivo de eles estarem presente e poder contribuir com a pesquisa que estava realizando. A escola também tinha 02 salas de aulas, e, à noite, funciona o ensino médio, mediado por tecnologia, ou seja, nesta comunidade os alunos fazem pela manhã o ensino fundamental I, à tarde o ensino fundamental II e à noite o ensino médio, precisando se deslocar para morar nas cidades de Lábrea e Pauini, somente para fazer o ensino superior.

A escola tem 02 salas de aulas, com aulas na modalidade multisseriada, sendo distribuído o ensino no turno matutino, com a sala 1 ofertando a 2º e 3º anos, a sala 2 com 4º e 5º anos. No turno vespertino, a sala 01 com as turmas de 6º e 7º ano e a sala 2 com as turmas de 8º e 9º anos. No turno noturno, oferta-se o ensino médio, sendo na sala 1 as turmas de 1º e 2º anos do ensino médio e na sala 2 a turma do 3º ano do ensino médio.

Os alunos responderam os questionários, depois entrevistei os professores, pais de alunos e moradores. Passamos o dia na comunidade e resolvemos dormir, para evitar trafegar pelo rio à noite, pois havia planejado realizar a pesquisa em 06 comunidades, sendo duas próximas à cidade de Pauini, 02 na metade do percurso entre Pauini e Lábrea e 02 próximas a Lábrea. Estava conseguindo cumprir o cronograma, sem afetar o planejamento para devolução da voadeira ao proprietário.

No dia 03/10/2021, como era um domingo, ficamos na comunidade para descansar, pescar e jogar futebol com os moradores, pois precisava socializar com a comunidade, que havia nos recebido com presteza e hospitalidade. No final da tarde, resolvemos baixar o rio Purus, para chegarmos à próxima comunidade e, no dia seguinte, realizar os trabalhos e seguir, pois ainda tínhamos 04 comunidades

para realizar as entrevistas, tirar fotos e observar o movimento da comunidade. Por volta das 20h, chegamos à comunidade da praia do Bom Futuro, dormimos na casa do senhor Francisco, que é compadre do meu tio e, na manhã seguinte, fomos à escola para falar do projeto.

No dia 04/10/2021, pela manhã, realizei as entrevistas na escola da comunidade, com alunos, professores, pais de alunos e comunitários. Nessa comunidade, o que impressiona é que a escola é bem organizada, com o ensino fundamental I, pela manhã, o ensino fundamental II, pela tarde, e o ensino médio mediado por tecnologia, à noite, mas dos 37 alunos entrevistados, apenas um disse que gostaria de estudar e retornar para a comunidade, o restante desejava sair da comunidade e morar na cidade. Dessa forma, compreendi a movimentação dos professores e o desejo de voltar a trabalhar na cidade, pois, se os alunos, que são adaptados, nascidos e moradores das comunidades, não desejam continuar morando na comunidade, imagina os professores que saíram de suas residências e o conforto da cidade, para o desconhecido e desafios das comunidades ribeirinhas do rio Purus. Após o almoço, agradecemos a hospitalidade e descemos o rio para realizar as entrevistas na escola seguinte. Chegamos à comunidade Samaúma, às 14h, e fomos direto à escola. Falei com os professores e os mesmos autorizaram a pesquisa e permitiram falar com os alunos. Nessa comunidade, tem uma professora, que é moradora da comunidade, licenciada em pedagogia, formou-se na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na cidade de Lábrea e retornou para ministrar aulas na comunidade.

Conversei com os alunos sobre a proposta do projeto, falei que havia nascido no rio Purus e estava realizando a pesquisa para o doutorado e precisava da ajuda deles para responder os questionários. Todos ajudaram, os professores contribuíram com a organização das turmas e responderam o questionário destinado aos docentes.

A escola funciona na modalidade de ensino multisseriada, com o turno matutino com ensino fundamental I, na sala 1 com turmas de 2º e 3º anos, na sala 2, com turmas de 4º e 5º anos. No turno matutino, é ofertado o ensino fundamental II, na sala 1 turmas de 6º e 7º anos, na sala 2 turmas de 8º e 9º anos. No turno noturno, funciona o ensino de Educação de Jovens e Adultos.

No final da tarde, seguimos viagem até chegar à comunidade de Santa Rosa, para passar a noite. Nessa comunidade, como relatado no início, mora o meu tio, irmão de meu pai.

No dia 05/10/2021, seguimos viagem cedo, pois tinham duas comunidades próximas da cidade de Lábrea para finalizar a pesquisa e retornar à cidade. Às 9h, chegamos à comunidade do Maciary. Fui à escola falar com os professores e apresentei a proposta do projeto, expliquei aos alunos a importância da contribuição deles em responder o questionário, para o desenvolvimento da pesquisa. Fui atendido e aproveitei para distribuir as folhas dos questionários aos alunos e professores.

A escola, como nas outras que havia passado, tinha 02 salas de aulas e a distribuição das turmas era igual, mas no turno da noite é ofertado o ensino médio mediado por tecnologia. Quando finalizei as entrevistas com os alunos e professores, fui entrevistar os pais de alunos e moradores. Após o almoço, seguimos viagem para a comunidade do Barranco do Bosque.

No Barranco do Bosque, finalizei as entrevistas, pois, como a comunidade fica próximo da cidade de Lábrea, sendo apenas 1h20min de voadeira, é uma das mais disputadas pelos professores para lecionar. Quando chegamos, fui logo à escola para pedir autorização dos professores e aplicar o questionário aos alunos, professores, pais de alunos e moradores da comunidade.

A escola também funciona na modalidade de ensino multisseriado, e com oferta do ensino fundamental I, II e ensino médio no turno noturno. Nessa escola, as entrevistas foram mais rápidas, pois percebi que os alunos têm mais habilidades em entender as perguntas. A comunidade é mais populosa que as outras visitadas, já que fica mais próxima da cidade, e os professores passam os finais de semana na cidade com os familiares.

Essa escola também é desejada pelos professores contratados, pois facilita o percurso e as despesas, para o deslocamento. Outra vantagem é que, nessa comunidade, há energia elétrica e facilita a comunicação, inclusive com internet para os moradores que adquiriram antenas satélites.

Quando finalizei as entrevistas, agradeci as pessoas que se dispuseram a participar e seguimos viagem rumo à cidade de Lábrea. Como ainda era cedo,

aproveitamos para relaxar na praia e pescar de tarrafa, para levar peixes frescos para casa.

Numa perspectiva de experiência pessoal, a viagem no rio Purus foi maravilhosa, as melhores férias que tirei nos últimos anos. A pesquisa cria esse contexto de descoberta e conhecimento, faz o ser humano se sentir útil e conhecer o desconhecido, pois, mesmo nascendo no rio Purus, não tinha noção do que era vivenciar tudo que vivenciei. Chegamos à cidade de Lábrea às 19h e retiramos as coisas da voadeira, lavamos e fomos entregar ao proprietário, bem como pagar o frete. Deu tudo certo, agora era somente finalizar a pesquisa na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e retornar a Manaus.

No dia 06/10/2021, retornei à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Lábrea, para fazer entrevistas com os coordenadores dos polos das comunidades ribeirinhas do rio Purus. Os coordenadores tinham uma reunião agendada com secretário e ficaram com os formulários dos questionários para responder e pediram para que passasse no dia seguinte na Secretaria para recolher. Aceitei as condições, pois havia um imprevisto e não tinha agendado com os mesmos.

Aproveitei o restante do dia para fazer o balanço da viagem e organizar as entrevistas por ordem de segmentos.

No dia 07/10/2021, retornei à Secretaria para recolher os formulários, agradecer pela contribuição e solicitar os documentos, como controle de distribuição de merendas, mapa de matrículas, atas de reunião e fotos das escolas e comunidades, para avaliar as mudanças que foram realizadas ao longo dos anos.

Na parte da tarde, aproveitei para descansar e arrumar as malas, pois no dia seguinte tinha passagem aérea comprada para retornar a Manaus.

No dia 08/10/2021, preparei-me para retornar a Manaus. Pela manhã, fui me despedir de familiares, porque o voo estava marcado para as 12h45min. Porém, sem justificativa e sem me avisar o voo foi antecipado para às 9h30min. Acabei perdendo o voo e retornando para Manaus no dia 09/10/2021, de ônibus, pela BR 319, com 26h de viagem em estrada de barro. Viagem bem sofrida, mas que valeu a pena pelo resultado da pesquisa e a experiência vivida.

Ao chegar a Manaus, falei com a orientadora para organizarmos a escrita das atividades realizadas durante a viagem ao rio Purus.

A pesquisa foi cronologicamente organizada a partir de seis procedimentos metodológicos: (1) pesquisa bibliográfica, para verificar o que foi publicado sobre a temática, através do estado da arte; (2) pesquisa documental, para verificar os documentos, processos seletivos e formação dos professores; (3) pesquisa de campo, para observar a realidade no deslocamento dos professores; (4) produção de dados através de entrevistas, para elucidar os questionamentos sobre o ensino e aprendizagem nas comunidades ribeirinhas; (5) fotos com os participantes das entrevistas e dos locais visitados; (6) vídeos da viagem, para elucidar o contexto social. Após a realização das etapas, analisamos o material colhido, para responder ao problema da pesquisa.

1.5.1 Estado da arte

Para melhor compreensão da pesquisa bibliográfica e da seleção do conjunto de dados bibliográficos, construímos quadros com as informações que representam o estado da arte do assunto pesquisado. O processo envolve etapas de filtro para a formação dos quadros com base no tema da tese. Selecionamos artigos publicados em periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas em programas de pós-graduação brasileiros. Para tornar o levantamento mais produtivo, fizemos pequenos arranjos em forma de resumo dos principais objetivos e ideias dos trabalhos.

O período escolhido para a realização da pesquisa foram os anos de 2010 a 2020, porque foi nesse período que se consolidou o ensino médio mediado por tecnologia, e possibilitou aos jovens das comunidades ribeirinhas do rio Purus a concluir o ensino médio, na própria comunidade.

Durante levantamento realizado entre os anos de 2020 e 2021, foram selecionados nove artigos em revistas brasileiras, duas dissertações e cinco teses de doutorado.

Autores	Título do Artigo	Sites	Enfoque
BRIGIDA, Alexsander Luiz; RAMOS, Evandro de Morais.	Banzeiros do Rio Negro e a Escola Ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica.	Revista Teias, v. 21, n. 61, abril/junho de 2020. https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re	O estudo busca compreender as práticas socioculturais das comunidades tradicionais ribeirinhas. A pesquisa de campo foi realizada em uma comunidade ribeirinha

		vistateias/article/view/4964	localizada às margens do igarapé Tarumã Mirim, Baixo Rio Negro, em Manaus/Amazonas.
LIMA, Emerson dos Santos; CÉSAR, Rozevania de Meneses.	Professores Nômades: (Re) Construindo Táticas Pedagógicas no Ciberespaço.	Revista Docência e Cibercultura, REDOC. Rio de Janeiro, v. 4, nº 2, p. 119-n 142, maio/agosto de 2020. https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/2027/showToc	O objetivo deste trabalho foi compreender o modelo desenvolvido por nômades digitais que têm se ampliado no mercado *online* e como a educação adentrou nesse universo. Para alcançar esse objetivo, a metodologia utilizada foi a etnografia.
LOBATO, Vivian Silva; DAVIS, Claudia Ferreira.	Saberes e Profissionalidade de Egressos do Curso de Pedagogia das Águas: a formação inicial em foco.	Educar em Revista. Curitiba, Brasil, v. 35, n.78, p. 167-185, nov./dez. 2019. https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2622	O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve por objetivo investigar como egressos do curso de Pedagogia constroem sua profissionalidade docente, no contexto de educação rural ribeirinha amazônica.
MUNHOZ, Angélica Vier.	Por uma Docência Nômade: em defesa de uma política do movimento.	Revista de Educação Unisinos. São Leopoldo/RS, v. 23, nº 3, p. 425-438, julho/setembro, 2019. https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/issue/view/768	O artigo tem como objetivo perspectivar a docência a partir de uma política do movimento do pensamento, no sentido de tomá-la como vetor de criação existencial. O texto defende uma docência capaz de desencadear um gesto que arrebente o pensamento e o impulsione, fornecendo matéria para a criação conceitual.
RIVERA, Medardo Namutche; SILVA, João Paulo Montalvão; ARAÚJO, Teles Vinícius Marinho de;	O Papel Social do Professor em Comunidades Ribeirinhas dos Municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant/AM.	Revista Ensino de Ciência e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH. Manaus. Ano 2, vol. III, n. 2, Jul./Dez., 2018,	A pesquisa trata da caracterização do papel social do professor em comunidades ribeirinhas dos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant (AM). Destaca-se que a formação de profissionais oriundos desses locais é uma das possibilidades de

SALDANHA, Larissa de Souza; LIMA, Renato Abreu.		p. 209-231. https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/issue/view/291	minimizar algumas das principais dificuldades do exercício da docência em comunidades ribeirinhas.
LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria Rodrigues.	Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: organização sociocultural e política.	Revista Interações (UCDB). V. 17, n. 1, jan./mar., p. 66-76, 2016. https://interacoes.ucdb.br/interacoes/issue/view/23	O artigo tem como objetivo contribuir para o debate teórico sobre comunidades tradicionais da Amazônia, destacando as comunidades ribeirinhas.
OLIVEIRA, José Sávio Bicho de.	Os ribeirinhos da Amazônia: das práticas em curso à educação escolar.	Revista de Ciências da Educação. Americana, SP. Ano XVII. N. 32, p. 73-95. Jan/Jun, 2015. https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/issue/view/44	O artigo tem como objetivo discutir aspectos culturais vivenciados por ribeirinhos da Amazônia e problematizar a educação escolar desenvolvida em comunidades ribeirinhas.
VIEIRA, Felipe; SILVA, Simone; MOURÃO, Arminda.	Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas Ribeirinhas de Parintins AM.	VI Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED). Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, Realize, 2015. https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/fiped/2015/5f246bfdefd10_3107202016074 1.pdf	O estudo se desenvolveu por meio da abordagem qualitativa, com apoio de uma pesquisa de campo que decorreu na comunidade do Divino Espírito Santo do Paraná do Meio e Santo Antônio do Rio Tracajá.
LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de.	Formação Inicial dos Professores que Trabalham em Comunidades Ribeirinhas do Sudeste da Amazônia.	XI Congresso Nacional de Educação (Educere). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.	O trabalho discute a representação social construída pelos professores que trabalham em comunidades ribeirinhas no sudoeste da Amazônia, interior da floresta acreana, sobre o ser professor.

		https://catedra.ucb.br/2012/12/xi-congresso-nacional-de-educacao-educere/	

1.5.2 Estado da Arte: Dissertação

Autores/Título/Ano	Programa/Universidade	Finalidade da Discussão
SOUZA, Dayana Viviany Silva de. Currículo e Saberes Culturais das Comunidades dos Discentes Ribeirinhos do Curso de Pedagogia das Águas de Abaetetuba, Pará. Belém, 2011.	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).	O trabalho apresenta como foco de estudo o Currículo e a Formação de Professores ribeirinhos da Amazônia Paraense. A autora analisou a articulação entre o Currículo do Curso de Pedagogia das Águas e os Saberes Culturais das comunidades dos discentes ribeirinhos do Município de Abaetetuba no Estado do Pará.
FERREIRA, Jarliane da Silva. E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e a formação de seus professores. Manaus, 2010.	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	A dissertação trata do cotidiano de uma escola rural/ribeirinha na Amazônia. A autora analisa a forma como a vida, a cultura e o rio entram na escola, identificando como estas temáticas são consideradas e trabalhadas (ou não) no contexto escolar.

1.5.3 Estado da Arte: Teses

Autores/Ano	Programa/Universidade	Finalidade da Discussão
VASCONCELOS, Georgina Terezinha Brito de. Educação Básica Ribeirinha: um estudo etnográfico na região amazônica. São Paulo, 2017.	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	A pesquisa tem como objetivo investigar a realidade da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição na Comunidade Nossa Senhora da Conceição no município de Parintins, estado do Amazonas, nos seus aspectos históricos, sociais e culturais.
MARTINS, Késia da Silva. Identidades	Programa de Pós-Graduação em	A pesquisa apresenta a investigação do currículo

Amazônicas, Saberes e Currículos das escolas de Ensino Fundamental em Parintins (AM). Manaus, 2016.	Educação (PPGE), Doutorado em Educação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	escolar e se esse dialoga com os saberes locais dos estudantes do ensino fundamental em Parintins, Amazonas, de modo a contribuir para o reconhecimento e fortalecimento das identidades culturais amazônicas.
VASCONCELOS, Corina Fátima Costa. Pedagogia da Identidade: interculturalidade e formação de professores. Manaus, 2016.	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Doutorado em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	A pesquisa aborda o trabalho com a identidade cultural como possibilidade de uma formação docente voltada para as diferenças culturais pelo olhar da interculturalidade no curso de Pedagogia.
SILVA, Maria Aparecida Nascimento da. Currículo da Escola Ribeirinha na Amazônia e a Produção da Identidade Cultural dos Docentes e Alunos das Classes Multisseriadas do Ensino Fundamental. Pelotas, 2015.	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPE)	O trabalho apresenta como problema de pesquisa o seguinte questionamento: quais as implicações da organização do currículo das escolas ribeirinhas na produção da identidade cultural dos docentes e discentes? Seu Objetivo principal foi analisar as implicações da organização do currículo das unidades escolares Maria da Silva Mendes e Jarbas Amorim Cavalcante na produção das identidades culturais dos alunos (a) e professores (a) do primeiro ao sexto anos do ensino fundamental, no município de Mazagão-Amapá.
MARTINS, Francisca Adma de Oliveira. A Construção da Identidade formativa e profissional do professor na Escola rural ribeirinha do Vale do Juruá: a pedagogia das águas. Curitiba, 2015.	Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Doutorado em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).	O trabalho analisa a construção identitária formativa e profissional do professor da escola rural ribeirinha, na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. No estudo, buscou-se contextualizar a educação do lugar da pesquisa a partir dos movimentos sociais do campo; demonstrar os caminhos percorridos para chegar ao espaço da pesquisa, assim como à escola e à comunidade; discorrer sobre a escola na sua

		construção social cotidiana; analisar os professores na sua construção social a partir de determinadas categorias (o professor e a formação, preconceito/racismo e discriminação institucional, pedagogia do antipreconceito, imposição identitária e inclusão excludente).

1.6 Quadro Teórico

Para responder o objetivo geral e os objetivos específicos, realizei a pesquisa com levantamento bibliográfico sobre as publicações relacionadas à temática, na expectativa de apresentar à sociedade os aspectos que envolvem o ensino e aprendizagem na educação ribeirinha nas comunidades do rio Purus, especificamente no município de Lábrea/AM. No que tange à busca para o entendimento sobre ensino e aprendizagem, Almeida e Grubisich comentam que:

> Se o ensino é a relação que o professor estabelece com o conhecimento, a aprendizagem ao contrário é a relação que o estudante estabelece com o conhecimento e, portanto, é nela que a mediação se efetiva: pela superação do imediato no mediato (ALMEIDA; GRUBISICH, 2011, p. 72).

Para os embasamentos teóricos das questões norteadoras da pesquisa, elaborei os questionamentos temáticos de acordo com as discussões, para elucidar os objetivos propostos.

Para apresentar o processo de ensino e aprendizagem no rio Purus, descrevo a narrativa do contexto histórico, com apoio de autores que contribuíram para elucidar o percurso do ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, como: Sebastião Antônio Ferrarini, Hélio Rodrigues Rocha, Artur Cézar Ferreira Reis e Leandro Tocantins.

Nesse sentido, para pesquisar a temática da investigação, trabalhei com as publicações de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Na contextualização com os impactos e movimentos culturais que os professores vão vivenciar nas comunidades, busquei apoio de autores que realizaram trabalhos sobre os estudos culturais e as relações de poder, como: Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roque de Barros Laraia, Alfredo Veiga-Neto, Roger Chartier, Carlos Rodrigues Brandão e outros autores que surgiram no andamento da pesquisa.

Essas abordagens dialogam com outras temáticas importantes, relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, como a contratação dos professores, a formação dos mesmos, os conteúdos e currículo escolar, a formação pedagógica e a rotatividade de professores, que são denominados nesta pesquisa de professores nômades. Para essas abordagens, busquei orientações aos autores Donald Schön, Laurence Bardin, Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo, Paulo Freire, Edgar Morin e Otaíza de Oliveira Romanelli. A base teórica apresentada nesta pesquisa foi de fundamental importância para auxiliar e atingir os objetivos e para disponibilizar à sociedade um trabalho consistente e que possa contribuir em pesquisas futuras na academia.

A compreensão dos fatos narrados na pesquisa servirá para compreender as particularidades de cada região, com atenção especial para o Amazonas e, mais especificamente, para o município de Lábrea, responsável pela oferta de ensino e aprendizagem, no trecho do rio Purus, que faz parte dos limites municipais.

1.7 Estrutura da Tese

A pesquisa foi organizada em capítulos e subcapítulos. O primeiro capítulo fala sobre a "Contextualização do ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, no município de Lábrea/AM", descrevendo a história do ensino no rio Purus, desde a chegada dos colonizadores na região, com a presença dos missionários, até a disponibilidade do ensino fundamental I, no século XX. No segundo capítulo, discorre-se sobre "O trabalho dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus", apresenta as atividades do ensino da docência e as diversas atividades extras que os professores exercem além da docência. O terceiro capítulo aborda "O trabalho do professor nômade: conceitos e teorias" e conceitua as motivações que levaram a escolha do tema, como a rotatividade de professores e, consequentemente, a influência no desempenho educacional dos estudantes das comunidades ribeirinhas do rio Purus. No quarto capítulo dá-se prioridade ao tema sobre "As consequências da COVID - 19 para o ensino e aprendizagem nas comunidades do rio Purus", onde abordaram-se os efeitos causados pela COVID - 19 com a suspensão das aulas presenciais nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, inclusive, sem opções de atividades remotas, para suprir a ausência das aulas presenciais. No quinto capítulo, abordou-se a "Proposta e melhorias para o

avanço do ensino no rio Purus”, momento em que apresento propostas com o fim de amenizar a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Nas reflexões finais, objetivou-se apresentar os resultados do contexto da pesquisa, com sugestões de melhorias para o trabalho nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO FORMAL NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS NO MUNICÍPIO DE LÁBREA/AM

Quem cultiva a semente do amor
Segue em frente e não se apavora
Se na vida encontrar dissabor
Vai saber esperar a sua hora
(Xande de Pilares; Gilson Bernini; Carlinhos Madureira, 2009).

A educação formal no Amazonas teve seu início no período colonial, quando a região era denominada de Província do Grão-Pará e Maranhão. Nesse período, o sistema educacional foi confiado às missões religiosas, que receberam a responsabilidade de catequizar e educar os indígenas na fé católica e na cultura europeia. De acordo com Colares (2011), o sistema de ensino ofertado aos indígenas era na verdade uma forma de aculturação, pois os missionários tinham o poder e a missão de civilizar os indígenas, sendo assim, a autora explica que:

> No Grão-Pará, como em outras regiões do Brasil, as primeiras experiências pedagógicas nascem dos religiosos, visando catequizar os índios; ao mesmo tempo, ampliam o poder dos missionários e reforçam o modelo colonizador. Muito mais catequização e instrução do que propriamente educação, no sentido escolar que se aplica ao termo. A própria metrópole, Portugal, não teve naquele período, um ensino plenamente estatal. A emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese um poderoso sustentáculo. (COLARES, 2011, p. 196).

Na realidade, a catequese era também uma maneira de doutrinação dos indígenas e controle de suas ações, pois os objetivos das missões religiosas demonstravam que suas obrigações nas colônias eram recrutar adeptos da fé católica. Seguindo essa linha de raciocínio, Ribeiro (1993, p. 15) afirma que “A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos”. Nesse sentido, a religião foi a forma mais

comum de dominar e disciplinar os povos indígenas da Amazônia brasileira, apresentando o poder da igreja, como mera contribuinte das modificações e movimentações culturais indígenas. Sendo assim, Foucault (2013, p. 164) argumenta que: “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. Para elucidar a forma de controle, vigilância e dominação, pelo colonizador sobre a colônia conquistada, Foucault apresenta um diagnóstico de como funcionava essa forma de poder entre colonizador e colonizado, comentando que:

> A colonização constitui outro meio de extração. As pessoas enviadas para as colônias não recebiam um estatuto de proletário; serviam de quadros, de agentes de administração, de instrumentos de vigilância e de controle dos colonizados (FOUCAULT, 1989, p. 30).

Assim sendo, é notório que as pessoas, que eram destinadas a cuidar da colônia portuguesa, recebiam a ordenação de preparar os indígenas para o desenvolvimento da colônia e não respeitavam suas potencialidades culturais. Para fundamentar o período de colonização das terras brasileiras, Romanelli explica que:

> A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliados ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira (ROMANELLI, 1986, p. 23).

Logo, para o desenvolvimento do sistema de educação letrada na província do Grão-Pará e Maranhão, o governo português enviou várias missões religiosas, que foram distribuídas nas regiões da província entre os Franciscanos, os Jesuítas, os Carmelitas, os Mercedários e os Capuchinhos (SANTOS, 2002; TOCANTINS, 1982).

As ordens religiosas tinham suas atividades concretas para serem executadas nas colônias, mas cumpriam as determinações dos grupos que estavam no poder, para garantir suas regalias e autonomia nos desempenhos das suas atividades.

> As ordens religiosas, com suas atividades concretas, incluindo as educativas, tanto na modalidade de catequese como na implantação de colégios e seminários, reforçaram o modelo que convinha aos interesses dos grupos estabelecidos nas estruturas de poder. (COLARES, 2011, p. 194).

Para elucidar o trabalho e a presença das missões religiosas na província do Grão-Pará e Maranhão, o escritor amazonense Leandro Tocantins (1982, p.14) afirma que: “Foram, porém, as missões religiosas as responsáveis pelo maior impulso da civilização na Amazônia”. Nesse sentido, apresenta a determinação religiosa creditada à Companhia de Jesus, para exercer os interesses da exploração da mão de obra escrava indígena.

> Explicitamente, a missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos, adaptando-os à mão-de-obra (RIBEIRO, 1993, p. 15-16).

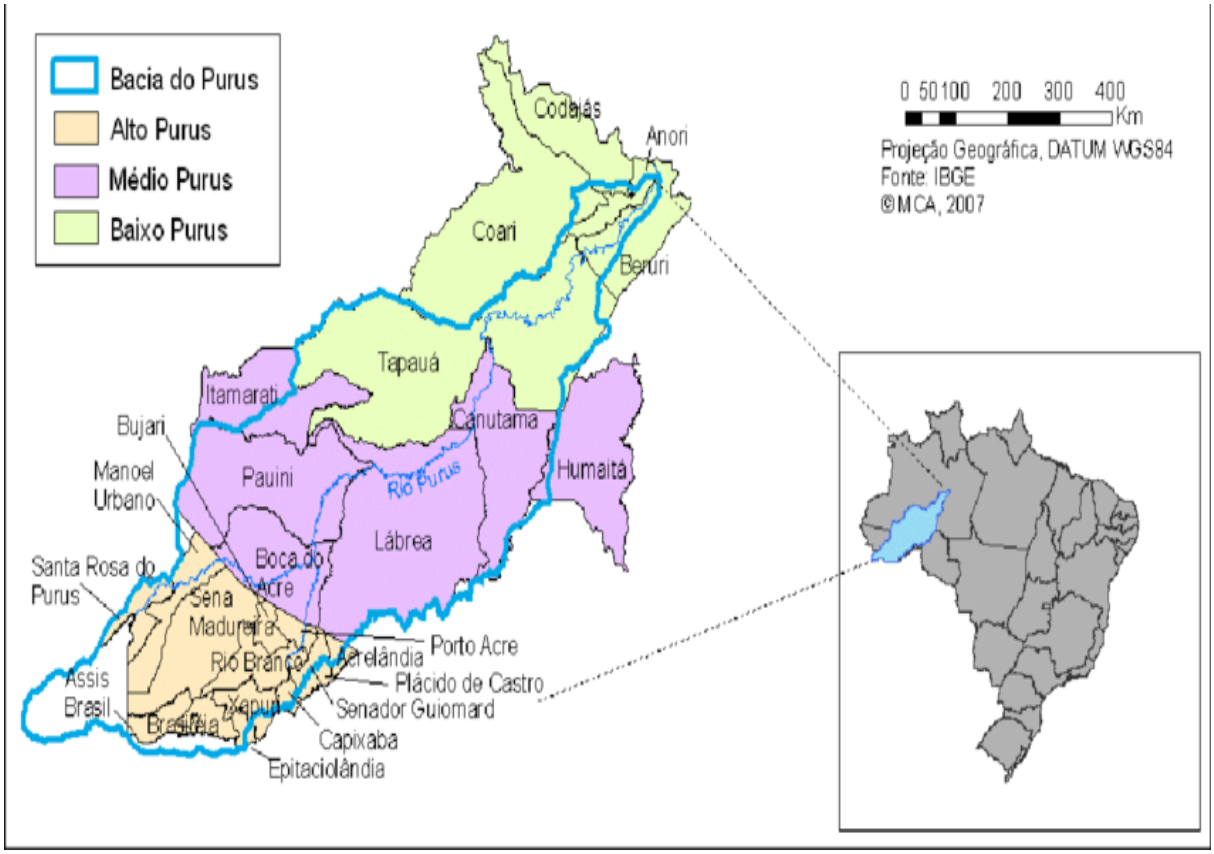
O governo português determinava que as missões religiosas conquistassem a confiança dos indígenas para o trabalho e desenvolvimento da província, pois os nativos tinham o conhecimento das florestas, das riquezas e era mão de obra em abundância, o que iria facilitar os trabalhos, sem a necessidade de enviar um quantitativo grande de pessoas para trabalhar nas colônias conquistadas.

Durante o período colonial, o governo incentivou a descoberta de novas riquezas na região e exploração dos produtos naturais que fossem encontrados durante as expedições em busca do Eldorado[6]. Portanto, nessas circunstâncias os “desbravadores” do Amazonas chegaram ao rio Purus. Primeiro com Manoel da Encarnação em 1861, que fundou e fixou residência no município de Canutama, depois com o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, que chegou ao Purus em 1869, pelo Vapor Madeira, responsável pela fundação do município de Lábrea (ROCHA, 2016; SILVA, 2010).

Para entender o processo de fundação da cidade de Lábrea, foi disponibilizado o mapa da bacia do rio Purus (FIGURA 1), com a localização geográfica da cidade de Lábrea, para observar o percurso do rio e os caminhos percorridos pela navegação realizada pelo Coronel Labre.

[6] Uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade que foi toda feita de ouro maciço e puro, além de ter muitos outros tesouros na cidade.

Figura 1 - Mapa da Bacia do Rio Purus



Fonte: ASSIS; GURGEL; ANGELIS, 2007

A Figura 1 apresenta a localização da bacia do rio Purus, que é divido em três partes: alto Purus, médio Purus e baixo Purus. A cidade de Lábrea fica localizada no médio Purus, juntamente com as cidades de Canutama, Pauini e Boca do Acre.

A criação do município de Lábrea foi oficializada através da Lei Provincial Nº 523, de 14 de maio de 1881, sancionada pelo Presidente da Província do Amazonas, Sátiro de Oliveira Dias (ROCHA, 2016; ROCHA, 2015; SILVA, 2010; FERRARINI, 1985). O responsável de transformar a Comunidade da Terra Firme do Amaciary em cidade projetada pelo maranhense, foi o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre. O coronel foi considerado pelas autoridades da época como um desbravador que sonhava em dar origem a uma cidade com seu nome (ROCHA, 2016; ROCHA, 2015; SILVA, 2010; FERRARINI, 1985).

O município de Lábrea fica localizado no Sul do Estado do Amazonas e limita-se: ao Norte, com os municípios de Tapauá e Canutama; ao Sul, com o município de Boca do Acre e com os Estados do Acre e de Rondônia; a Leste, com o município de Canutama; a Oeste, com os municípios de Pauini e Tapauá. É o sétimo município

em extensão do Estado do Amazonas, com 67.259 km^2 (SILVA, 2012). O rio Purus[7] recebe como afluentes: “Os da margem direita são Paciá, Ituxi, Sepatini, Acimã, Tumiã, Seruini. Na margem esquerda, seguem os rios Mamoriazinho e Mamoria” (SILVA, 2012, p. 28). A região também é habitada por aproximadamente 50 etnias indígenas, de acordo com as informações publicadas pelo historiador Pedro Pires da Silva.

> Das 50 etnias, aproximadamente, que habitavam o médio Purus no século XIX, restam apenas 11. São elas: Apurinã, Paumari, Deni, Jarawara, Jamamadi, Suruwahá, Banawá, Hi-merimã, Juma, Katawixi e Mamori, distribuídos nos municípios de Lábrea, Canutama e Tapauá, perfazendo um total de 4.776 indivíduos (SILVA, 2010, p. 46).

A quantidade de povos indígenas está cada vez menor nas mediações do rio Purus, devido ao longo período de massacres sangrentos por disputas de terras entre índios e brancos. Vale ressaltar que os filhos dos indígenas frequentam as escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus.

O coronel Labre também foi o primeiro a ensinar as letras, nas barrancas do rio Purus, a três indígenas da etnia Apurinã.

> Mapyothé, de acordo com Labre, acreditava tanto nos conhecimentos técnicos de Labre, que confiou a educação de três crianças da tribo Apurinã, da qual era chefe, ao explorador maranhense. Não simplesmente por bondade, mas como demonstração à sociedade brasileira de que os indígenas eram capazes de aprender a ler, escrever, etc. Labre apresentou uma dessas crianças ao “ilustre auditório” da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Essa criança indígena foi apresentada, portanto, como um tipo específico de sua nação e raça; como um troféu da cultura civilizadora do branco (ROCHA, 2016, p. 126).

Essa atitude do coronel Labre foi uma forma de demonstrar que a região tinha potencial econômico, e que o governo imperial precisava disponibilizar recursos financeiros para o desenvolvimento da cultura civilizatória, com a transformação de aculturamento[8] da população indígena na região do rio Purus. A própria igreja católica acreditava que os indígenas eram sem alma, por não ter conhecimento da

[7] Segundo Rocha (2016, p. 144), “o nome Purus deriva-se de purú purú, que quer dizer pintado (ou myra purú purú, gente pintada, em língua geral).

[8] Termo desenvolvido pelo antropólogo Franz Boas (1858-1942), considerado um dos mais importantes autores na área de estudos culturais, que pautava pelo processo de mudança, destruição e desgaste da cultura original.

religião cristã (SANTOS, 2002), mas que, após receber o batismo e aceitar o catolicismo, deixariam de ser considerados pagãos e se tornariam cristãos. De acordo com Colares (2011, p. 194), “os pagãos eram considerados ‘inimigos do nome de Cristo’”. Dessa forma, Labre iniciou seu discurso argumentando sobre a necessidade de salvaguardar as almas dos indígenas com o envio de religiosos para a região.

> Implorava Labre ao governo imperial que fossem tomadas as providências necessárias para a catequização dos “selvagens”. Desse modo, retratou uma Amazônia imersa na selvageria, incivilidade e abandono, necessitando, portanto, de missões religiosas para o ensinamento bíblico, de escrita e leitura (ROCHA, 2016, p. 126).

Os argumentos apresentados pelo coronel Labre e a exposição dos indígenas “civilizados” pelo coronel na capital do império foi para demonstrar a potencialidade e a necessidade de investimentos urgentes na região, iniciar a exploração de riquezas e disponibilizar serviços essenciais para o desenvolvimento populacional. Nesse viés, apresentado pelo coronel Lábrea, para justificar a liberação de recursos financeiros para o desenvolvimento da região, Hobsbawm (1988, p. 313) acrescenta que: “A cultura erudita, a partir dos anos 1880, foi uma combinação dos produtos nativos com os importados”. Dessa forma, “a exposição dos indígenas” demonstra a necessidade do investimento e a possibilidade de desenvolvimento para exploração das riquezas da floresta, pela qual acontece o movimento econômico de importação dos produtos extraídos da floresta e a exportação de produtos industrializados da Europa.

O coronel acrescentou em seus pedidos a disponibilidade do governo imperial enviar para região missões religiosas, com objetivo dos ensinamentos bíblicos, da escrita e da leitura, fundamentais de acordo com seus argumentos, para civilizar e desenvolver a região do rio Purus.

Vale ressaltar que a atitude do cacique Mapyothé da etnia Apurinã de confiar a educação das três crianças ao coronel Labre ainda é um fato comum na região ribeirinha do rio Purus, pois vários pais confiam em enviar seus filhos, menores de idade, para a casa de parentes, ou padrinhos nas cidades do rio Purus para que seus filhos possam concluir seus estudos, como relatado por Rocha.

> O que sabemos é que ainda é prática comum na Amazônia, os pais confiarem a educação de seus filhos menores de idade ao “padrinho” e

> "madrinha", que moram na cidade. Pensando que os filhos serão "alguém" na vida, acreditam piamente que vão ser bem tratados e educados nas "melhores" escolas e adquiriram "bons" empregos ou mesmo "cargos importantes", quando, muitas vezes, servem tão somente de empregados ou de "criados" para toda a família dita "abastada". Assim é que muitas regiões do globo ainda vigora a escravidão (ROCHA, 2016, p. 127).

Esses hábitos ainda são comuns na região, muitos pais ainda acreditam que enviando seus filhos para estudar nas cidades do rio Purus, ou na Capital do Amazonas, Manaus, seus filhos possam ter um futuro melhor, mas essas atitudes também incentivam o êxodo ribeirinho, já que as famílias resolvem sair das comunidades para dar suporte aos filhos nas cidades, ao perceberem que os filhos estão servindo de empregados domésticos de seus tutores, como pagamento da hospedagem e alimentação. Mesmo que os pais ajudem mandando para as famílias, que recebem os filhos, alqueire de farinha, peixes, feijão, milho, melancias e dinheiro, como forma de agradecimento pela hospedagem dos filhos.

2.1 Período Áureo da Borracha no rio Purus: os dois momentos distintos da economia gomífera

A economia gomífera[9] no Amazonas viveu dois momentos distintos: primeiro na descoberta do ouro branco, retirado das seringueiras, no período de 1877 a 1920, e depois durante a segunda guerra mundial, no período de 1940 a 1960, quando os cidadãos escolhiam lutar nos campos de batalha da grande guerra, ou se embrenhar nas florestas da Amazônia, para trabalhar como "soldado da borracha[10]" nos seringais da Amazônia (SILVA, 2012).

No primeiro período, o Brasil ganhou projeções internacionais e os seringais do rio Purus foram ganhando destaque com sua imensa produção de leite para a confecção de bolas de borracha, tanto que na passagem do século XIX para o XX, que foi valorizada a exploração da economia gomífera, as autoridades não se importavam com os conflitos entre os seringalistas e os indígenas que defendiam suas terras. Durante esses conflitos, houve grandes destruições de comunidades indígenas, com a exploração do rio Purus e a presença dos conquistadores que defendiam suas terras em conflitos, verdadeiras batalhas de guerras.

[9] Significa a goma elástica retirada das seringueiras, que foi considerado o ouro branco da Amazônia no século XIX.

[10] A expressão "soldado da borracha" foi utilizada na Segunda Guerra Mundial, porque as escolhiam em lutar na guerra, ou ir para a Amazônia cortar seringa, mas como estava a serviço da pátria brasileira, foram denominados soldados da borracha.

> A conquista e a exploração do rio Purus, iniciadas na passagem do século XVIII para o XIX, ganharam grande impulso após a Independência do Brasil, à medida que a borracha ganha importância econômica. Realizada em grande parte pelos próprios brasileiros, a conquista e a exploração do rio Purus produziu efeitos tão destrutivos para os nativos como qualquer outra, além de ter sido engendrada pelos mesmos motivos que as demais (SILVA, 2010, p. 54).

Os seringais do rio Purus prosperaram na produção de borracha e também nos conflitos de terras e escravização dos indígenas, para trabalhar nos seringais. Em virtude da falta de mão de obra nesse período, o Amazonas recebeu mais de 800 mil nordestinos, que estavam fugindo da grande seca do Nordeste e se aventuraram na região em busca de riqueza, pois o governo brasileiro fazia propaganda do ouro branco da Amazônia e da facilidade de enriquecimento, atraindo inúmeros nordestinos para a região.

O coronel Labre também utilizou das artimanhas das propagandas para atrair pessoas que tivessem o desejo de enriquecer com a extração da borracha no rio Purus e, mais especificamente, no município de Lábrea, com a intenção de povoar a região e desenvolver a economia local, dizendo que:

> Offerecce-se à consideração d'aquelles que desejam fazer fortuna rápida, com algum sacrifício de seus commodos, com um trabalho mais ou menos activo, que tanto eleva e enobrece o homem empreendedor e que não se acobarda diante de chimericas dificuldades, o presente excerpto da excelente monografia da seringueira, confeccionada pelo ilustrado e inteligente Sr. Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, residente no do Purús, e por seu consentimento dada a luz da publicidade em 1873, para ser distribuída grátis, afim de vulgarizar a indústria extractil, e torná-la conhecida d' aquelles que a ella se se quiserem entregar (LABRE, 1872, p. 96,*apud* ROCHA, 2016, p. 174).

A maioria dos nordestinos que chegavam à região para trabalhar nos seringais do rio Purus não tinham instruções sobre o conhecimento das letras e cálculos, eram considerados analfabetos. Nessa situação, a chegada desses nordestinos propiciou o aumento das estatísticas de analfabetismo no município de Lábrea. Porém, a falta dos conhecimentos da leitura e dos cálculos matemáticos era benéfica aos proprietários dos seringais, porque os trabalhadores se tornavam "escravos livres[11]", por não conseguirem pagar suas dívidas no barracão[12].

[11] Trabalhavam para tentar pagar suas dívidas com o patrão e eram obrigados a comprar do barracão, mas não podiam sair dos seringais enquanto não quitassem suas dívidas, tornando-se um escravo por dívidas.

Concomitante a esse processo, houve uma grande desvalorização da borracha, devido à concorrência com a produção de países asiáticos. Vale ressaltar que foram levadas mais de 70.000 (setenta mil) sementes de seringueira da Amazônia pelo botânico inglês Henry Alexander Wickham em 1876, que foram plantadas na Malásia (REIS, 1977; HATOUM, 2013; JACKSON, 2011). Essa atitude não só contribuiu para o declínio da borracha na Amazônia, como também para o abandono dos seringais pelos seringalistas.

Durante o período áureo da borracha, o rio Purus e o município de Lábrea ficaram conhecidos mundialmente devido a sua grande produção da goma elástica[13] (REIS, 1977, AGUIAR, 2002; PINHEIRO, 2003; DIAS, 2007), com uma proporção econômica tão significativa, que chegou a ser o 2º principal produto econômico de exportação do Brasil (REIS, 1977, 1989), na primeira fase entre 1880 a 1920 e retornando durante a segunda guerra mundial, de 1940 a 1960, com os chamados "soldados da borracha" (SILVA, 2012). Nesse período o Brasil apresentava um clima relativamente tranquilo, com relação ao desenrolar dos campos de batalha.

> No Brasil, o clima era de aparente tranquilidade no conjunto da população, em relação ao desenrolar dos acontecimentos nos campos de batalha. Entretanto, um episódio ocorrido no Oriente relacionado à guerra, veio mudar o destino da política do governo brasileiro para o desenvolvimento da Amazônia. A ocupação dos seringais de cultivo do sudeste asiático por tropas japonesas interrompeu grande parte da produção, diminuindo consideravelmente a oferta mundial de borracha (SILVA, 2010, p. 178).

Nesse período, chegaram ao rio Purus um quantitativo considerado de "soldados da borracha" para atender as demandas de extração de matéria prima para sustentar as indústrias bélicas, dos conhecidos como "aliados[14]", formados por Inglaterra, França, Ex-União Soviética e Estados Unidos da América.

Com o fim da guerra, os soldados da borracha foram esquecidos nos seringais e constituíram famílias, aumentando o contingente populacional na região, o que iniciou uma cobrança por melhorias de condições de vida e direitos à

[12] Casa onde entregavam a produção de borracha semanal e compravam os mantimentos, era de propriedade do dono do seringal, e os seringueiros não podiam comprar em outra venda, somente no barracão.

[13] Termo usado em referência ao leite das seringueiras, que se transformava em uma espécie de elástico muito resistente.

[14] Os países que faziam parte dos "Aliados" haviam perdido a matéria prima das seringueiras, com o controle da Malásia pelas tropas japonesas.

educação, isso se deu com apoio de autoridades, da igreja e dos movimentos sociais (SANTOS, 2014).

Junto à cobrança das autoridades e movimentos sociais pela oferta de escola nos seringais da Amazônia, o governo iniciou alguns programas, como por exemplo, o MOBRAL e o ALFASOL, para alfabetizar os trabalhadores dos seringais e seus filhos, isso também era uma medida para evitar o inchaço populacional das cidades próximas dos seringais e o êxodo ribeirinho.

Assim, na sede municipal, iniciou a construção de escolas para atender aos anseios da população, para matricular seus filhos. Dessa maneira, os adultos analfabetos precisavam também aprender a ler e a escrever, pois as estatísticas de analfabetismo no Brasil estavam elevadas, e o governo precisava tomar medidas urgentes para diminuir a taxa de analfabetismo no Brasil.

Para tentar burlar as estatísticas, de acordo com Romanelli (1986), até a década de 1950, a avaliação dos analfabetos no Brasil estava condicionada ao cidadão saber assinar o nome, isso acontecia com objetivo de diminuir as estatísticas de analfabetos no Brasil. A autora relata que:

> Os casos duvidosos eram resolvidos mediante a exigência de que a pessoa inquirida apenas traçasse o seu nome. Já após essa data, só foram consideradas alfabetizadas pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, com o que se conferiu maior rigor aos dados (ROMANELLI, 1986, p. 63).

Para reforçar essa condição imposta pelo governo brasileiro e, reafirmando o posicionamento da Romanelli, a escritora Vânia Grim Thies (2014, p. 12), quando fala sobre o surgimento do termo letramento, relata sobre a revolução do termo alfabetização, escrevendo que “até a década de 40 eram consideradas alfabetizadas aquelas pessoas que declararam saber ler e escrever e que, para comprovar, escreviam seus próprios nomes”.

Para tanto, durante o governo militar, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na busca de diminuir a taxa de analfabetismo no Brasil, e esse programa chegou aos seringais da Amazônia. Era uma forma de atender aos anseios da população e evitar que os seringais ficassem abandonados, e as cidades, que não tinham muitas estruturas, aumentassem sua população urbana desproporcionalmente.

A necessidade de alfabetização no Brasil passou por diversas entidades e movimentos populares, fortalecendo as discussões na busca de educação formal para a população menos favorecida do Brasil.

Segundo Santos, ao traçar relatos sobre as questões da alfabetização no Brasil, afirma que:

> Porém, foi durante a década de 60 que a educação de adultos no Brasil viveu suas ações mais importantes, através de diversas atividades produzidas não somente pelo Estado. Instituição como a Igreja Católica e outros grupos organizados se propunham a alfabetizar significativos setores da população por meio de projetos como: Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Cruzada ABC (SANTOS, 2014, p. 305).

Esses movimentos tiveram papéis significantes para que a população brasileira pudesse ter a oportunidade de aprender a ler e a escrever, os movimentos faziam estremecer as bases políticas nacionais, pois tinham que buscar soluções para atender às expectativas da população.

2.2 Ensino Fundamental I de 1ª a 4ª série e MOBRAL nas comunidades com maiores populações no rio Purus

Vale ressaltar que o ensino fundamental mudou de tipologia em janeiro de 2006, quando o Senado aprovou o Projeto de lei n° 144/2005, que estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental I, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O ensino fundamental I foi organizado do 2º ao 9º ano. Antes dessa mudança, o ensino fundamental I era contado de 1ª a 4ª série. Por esse motivo, descrevemos o subtítulo com o formato da tipologia da época, que iniciou a oferta do ensino fundamental I nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

Vale ratificar que o início da educação escolar no rio Purus, orquestrada pelo coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, aconteceu quando lhe foi confiado, para ensinar a ler e escrever, os três indígenas Apurinã, pelo cacique da tribo. No momento oportuno foi motivo de orgulho, pois o coronel expôs os indígenas no “ilustre auditório” da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (ROCHA, 2016). Em continuidade, em 1880, foram criadas as primeiras escolas no rio Purus, sendo distribuídas nas seguintes ordens.

> No ano de 1880, o governo criou cinco escolas no rio Purus, sendo duas na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Lábrea, uma em Nova Colônia de Bela Vista, uma na de São João do Arimã e uma em Santo Antônio. Isto mostra como em poucas décadas a massiva entrada de elementos alienígenas iniciaram o adensamento demográfico justificando a abertura de escolas (FERRARINI, 2009, p. 55).

A construção das escolas em pontos estratégicos do rio Purus tinha como objetivo a civilização dos indígenas para qualificar a mão de obra e desenvolver a região. Na concepção do colonizador, os indígenas precisam se adequar aos padrões de desenvolvimento econômico, para se tornarem consumidores de produtos manufaturados. Com a mudança imposta pelo colonizador, os indígenas perderam sua essência de viver na floresta, pela qual adquiriam suas necessidades alimentares de forma sustentável e cuidando da preservação.

Na perspectiva da qualificação de mão de obra, com a construção das escolas, começou a dificuldade de encontrar professores para ministrar as aulas e, dessa forma, os ensinamentos continuaram sobre a tutela dos religiosos representantes da igreja católica. Os domínios religiosos na educação são comprovados com o início da construção da Escola Paroquial em 1936 (SILVA, 2012), vinculada à igreja Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do município de Lábrea.

No dia 1º de janeiro de 1937, na cidade de Lábrea, foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora da Consolação. Os trabalhos educacionais foram confiados às freiras da congregação religiosa agostinianas. Contudo, em 1940, as freiras agostinianas resolveram abandonar o município, justificando falta de condições adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos educacionais (FERRARINI, 1985).

No ano de 1950, foi inaugurado o Educandário Santa Rita, e houve o retorno das freiras Agostinianas para o município de Lábrea. O Educandário, além de ensinar a ler e a escrever, também ensinava as moças a costurar, bordar e cozinhar (FERRARINI, 1985). Atualmente, o Educandário Santa Rita é uma Escola Estadual, que oferta turmas do Ensino Fundamental II de 6º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino, e Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno, mas que mantém a direção geral na responsabilidade de uma freira agostiniana.

No ano de 1966, a cidade de Lábrea recebeu a aprovação da fundação da Missão Marista em Lábrea e, em 02 de janeiro de 1967, foi nomeada a primeira equipe dos irmãos maristas, para trabalhar no rio Purus. De acordo com Ferrarini (1985, p. 106), “em 20 de março foi proferida a aula inaugural, dando-se assim início aos trabalhos junto à população, particularmente a juvenil”. O colégio marista também ensinava cursos profissionalizantes, até meados da década de 1990.

Os cursos eram diversificados como: marcenaria, ferramentaria e tornearia. Os alunos faziam os cursos profissionalizantes no contraturno. Atualmente, o Colégio Marista Santo Agostinho é uma escola Estadual, que oferta turmas de 5º a 9º anos, nos turnos matutino e vespertino, e Ensino Médio no turno noturno. O prédio pertence aos irmãos maristas e alguns religiosos da congregação marista trabalham como docentes, ou nos setores administrativos da escola.

O Educandário Santa Rita teve um papel fundamental na educação no rio Purus, porque recebia jovens vindos das comunidades ribeirinhas e, após finalizarem seus estudos, alguns retornavam às comunidades e ministravam aulas para os jovens, comunitários e filhos dos seringueiros. As aulas eram do Ensino Fundamental I de 1ª a 4ª série primária, mas fundamental para que os jovens não ficassem sem o conhecimento das letras.

Nessa circunstância, podemos apresentar o relato do professor Antônio Carlos Galvão da Silva, quando realizou pesquisa no rio Ituxi, afluente da margem direita do rio Purus, na qual menciona a importância das escolas nas comunidades e a oferta das aulas.

> A mudança no modo de vida nos seringais do rio Ituxi ocorre de forma que é notável até na área educacional das comunidades pelas quais passamos. Existe, em cada uma delas, uma escola de 1ª a 4ª série, que atende aos moradores das comunidades e das pessoas que moram mais próximas. Todos os dias de aula, bem cedo, essas pessoas vêm em canoas do rio acima ou rio abaixo com as crianças que estudam na escola da comunidade (SILVA 2012, p. 85).

Essa situação também é presente no rio Purus, pois houve oferta de aulas do ensino fundamental I na década de 1980, com as aulas sendo ministradas nas comunidades mais centralizadas, que apresentassem melhor acesso dos alunos, para participar das aulas. Sendo assim, vale ressaltar a importância do Educandário

Santa Rita, que formava as jovens para trabalhar na educação do município e que muitas delas retornavam para as comunidades, como professoras (SILVA, 2010).

Em maio de 1984, foi inaugurada em Lábrea a Escola Estadual Balbina Mestrinho, que ofertava o Ensino Médio profissionalizante com os cursos de magistério e científico. O magistério foi a formação que muitos jovens recém-finalizados o ensino fundamental II seguiram na busca de uma profissão que pudessem sustentar suas famílias. Dentro desse contexto, vários jovens saíram das comunidades ribeirinhas do rio Purus para estudar na cidade de Lábrea/AM, para se formar como professor (SILVA, 2010; FERRARINI, 2009). Atualmente, a Escola Balbina Mestrinho oferta o ensino fundamental I e II e Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno noturno (SILVA, 2010).

As descrições realizadas não só foram para demonstrar que a presença dos religiosos no rio Purus não aconteceu somente durante a exploração civilizatória da região, durante o período de exploração da borracha, como também do povoamento da região, mas continuou e continua perpetuando ainda em pleno século 21, mesmo com as mudanças educacionais, criadas pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) em 1996.

2.2.1 MOBRAL e ALFASOL nas Comunidades Ribeirinhas do Rio Purus

A disponibilidade dos programas de ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus foi uma tentativa de amenizar o problema educacional que se alastrava na região desde a colonização e aumentou com o período áureo da borracha, com a chegada dos imigrantes nordestinos (REIS, 1977). Portanto, o governo apresentou programas de ensino, que serão descritos neste capítulo, para tentar diminuir a taxa de analfabetismo na região.

Durante longo período, o Brasil buscou solução para amenizar o problema do analfabetismo, consequência desde a colonização e que foi se alastrando pelo período republicano. Para o Brasil crescer economicamente precisava resolver esse imbróglio social, educacional e intelectual.

No ano de 1942, o governo brasileiro criou o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que destinava recursos para o desenvolvimento da educação dos adultos.

> A criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) representa um marco na luta pela educação de adultos como dever do Estado. Criado em 1942 e regulamentado em 1945, o FNEP passa a destinar 25% de seus recursos para campanha específica à educação da população adulta analfabeta. Isso significa dizer que de modo concreto é viabilizado condições de financiamento para realização dos programas de educação de adultos. De fato, esse direito já estava formulado desde 1824, na primeira Constituição, entretanto, só após a regulamentação do FNEP que os Estados passaram a contar com o auxílio do Governo Central (SANTOS, 2014, p. 305).

Nesse contexto, pode ser observado que os recursos destinados a esses estudantes já estavam previstos na constituição de 1824, mas ainda não havia moralizado os valores necessários para pôr a ação em funcionalidade efetiva.

No decorrer da década de 1960, surgiram no Brasil vários movimentos com ações paralelas ao Estado, com objetivo de diminuir a taxa de analfabetismo no Brasil e desenvolver a educação, a cultura e a sociedade.

Dentre as instituições, destaca-se o trabalho do Movimento de Educação de Base (MEB), que também pode ser considerado marco na educação à distância no Brasil, devido à metodologia de ensino que o movimento desenvolveu, através do uso do rádio como meio de comunicação responsável de levar o ensino aos lugares mais longínquos do Brasil. Sendo assim, Santos explica como se projetou o Movimento de Educação de Base para atender a demanda social calamitosa de analfabetos que existia no Brasil, elucidando como funcionava a transmissão das aulas por meio do rádio.

> Já o Movimento de Educação de Base (MEB) foi idealizado pela Igreja Católica com propósito de atuar frente à população rural na promoção humana através da educação popular, mas sem objetivos explicitamente catequéticos. A alfabetização de adultos seria realizada por meio da rede de emissoras católicas que serviriam de escolas radiofônicas para transmissão dos conteúdos alfabetizadores, repassado para milhões de pessoas que acompanhavam as aulas no início da noite em áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (SANTOS, 2014, p. 306).

Os movimentos realizados pelas instituições filantrópicas, em prol da erradicação do analfabetismo no Brasil, não foram suficientes para resolver o problema que se arrastava desde o período colonial. Porém, no governo militar do Presidente Arthur da Costa e Silva foi criada a Lei nº 5.379, que deu origem ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (BELLUZZO; TONIOSSO, 2015; SANTOS, 2014). Nesse sentido, Belluzzo e Toniosso explicam que este movimento

apresentou uma nova roupagem para a demanda de alunos que seriam atendidos, através da legislação aprovada, dizendo que:

> O Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - surgiu no dia 15 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei n° 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos voltando-a para a faixa etária de 15 a 30 anos (BELLUZZO; TONIOSSO, 2015, p. 200).

No rio Purus, esse sistema de alfabetização ganhou força após a Segunda Guerra Mundial devido à quantidade de soldados da borracha, que vinham trabalhar nos seringais da Amazônia (SILVA, 2012; SILVA, 2010; REIS, 1989).

Os seringais do rio Purus receberam, durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de vinte e cinco mil soldados da borracha vindos de diferentes regiões do Brasil, principalmente do nordeste brasileiro, para trabalhar nos seringais do rio Purus, como soldados da borracha e com a esperança de ficar rico com a extração do leite das seringueiras, conhecido popularmente como o ouro branco da Amazônia (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2010, p. 178), “a obstrução dos seringais asiáticos por tropas japonesas abriu espaço para que o governo brasileiro firmasse com os Estados Unidos da América, em 1942, os ‘Acordos de Washington’”. Nesse acordo, o governo brasileiro se encarregava de reativar os seringais da Amazônia, para exportar matéria prima para a indústria bélica americana.

O resultado deste acordo foi a escolha das pessoas, no momento que eram recrutadas para serem soldados, poderiam escolher entre lutar na guerra de trincheiras, ou cortar seringa na Amazônia.

Após a guerra, os soldados da borracha permaneceram nos seringais, pois as dívidas contraídas os tornaram prisioneiros dos seringalistas. O governo brasileiro não cumpriu com as propagandas feitas para atrair os soldados da borracha. Além do mais, a maioria dos soldados que chegaram ao rio Purus eram analfabetos completos, que não sabiam calcular suas dívidas com os apontadores[15] dos barracões nos seringais do rio Purus (SILVA, 2012).

Com o surgimento do MOBRAL, os soldados da borracha, juntamente com seus filhos, tornaram-se alunos do programa, tendo em vista a escassez de escolas

[15] Era o gerente do barracão, homem de confiança do seringalista, responsável por registrar o movimento de entrada e saída das mercadorias.

para atender à região e, como o programa poderia ser aplicado em lugares improvisados, facilitava o acesso à educação por essas pessoas (SANTOS, 2014).

Um dos grandes problemas enfrentados era a falta de professores para trabalhar no MOBRAL, mas como não exigia uma formação superior, muitos recém-formados do Educandário Santa Rita e no Colégio Agostiniano, quando completavam o Ensino Médio, candidataram para trabalhar nas comunidades como professores do MOBRAL. Para jovens recém-formados, em busca de melhores condições de vida, com a oportunidade do trabalho docente e ganhar experiência profissional na área da educação, houve a possibilidade de colocar em prática o desenvolvimento do ensino e aprendizagem nas comunidades ribeirinhas do rio Purus e seus afluentes.

O MOBRAL foi um programa criado pelo governo militar, para tentar solucionar a taxa de analfabetismo no Brasil. De acordo com Romanelli (1986), chegou a obter êxitos, mas não com uma eficácia que pudesse resolver o problema da educação no Brasil, que se arrastava desde o período colonial. Segundo a autora, os resultados foram notáveis, mas não o suficiente para diminuir efetivamente os índices, relatando que:

> O MOBRAL conseguiu progressos notáveis, embora se possa computar, no seu passivo, um rendimento escolar ainda bastante baixo. É isso, pelo menos, o que se nota, a julgar pelos índices apresentados pelo órgão, que conseguiu, entre 1970 e 1972, um número elevado de alfabetizados, isto é, 3.338.477. Mas, se se considerar que o número de inscritos nesse período foi de 7.138.253, verifica-se que o rendimento foi apenas de 47% (ROMANELLI, 1986, p. 75).

Vale ressaltar que esse programa era uma forma de controle psicológico e manutenção do regime militar, com as imposições do governo e manutenção do poder nas mãos de grupos oligárquicos. O governo apresentava a proposta, mas cobrava dos governos Estaduais e Municipais a manutenção da presença de alunos nos ambientes educacionais (SANTOS, 2014). Nesse modelo de educação, o ensino e aprendizagem não apresentam importância, porque o importante era demonstrar que as salas destinadas ao curso do MOBRAL estavam cheias de alunos, como forma de apresentar a sociedade que o programa estava tendo êxito.

Sendo assim, os projetos voltados para a alfabetização de jovens e adultos, implantados durante o regime militar, era uma forma de controle do governo para

apresentar o controle militar sobre a população, tanto que havia um trabalho de valorização do regime, para manter o governo militar em evidência, como músicas, charges e divulgação nas mídias, para valorizar o MOBRAL e o regime militar. Chartier argumenta que essa forma de controle não conseguiu êxito, porque era repassada para sociedade a camuflagem de imposição.

> Todo dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e as censuras de quem tem o poder sobre as palavras ou os gestos. (CHARTIER, 1990, p.137).

O governo militar tinha o poder de imposição e isso pode ter sido preponderante para o fracasso do MOBRAL e seu fechamento. De acordo com Belluzzo e Toniosso (2015, p. 203), “no ano de 1985 o Brasil contava com cerca de aproximadamente 30 milhões de jovens e adultos analfabetos. Nesse mesmo ano, o Mobral foi extinto e substituído pela Fundação Educar. Seguindo essa linha de raciocínio de controle e poder, Santos argumenta a propagação do regime como forma de assegurar o controle sobre a população brasileira.

> O Mobral, ainda que tenha representado um projeto audacioso em termos numéricos, não deixa de constituir um poderoso mecanismo de controle militar na esfera da educação. Nas entrelinhas da proposta de erradicação do analfabetismo difundida pelo Mobral, estão presentes as ideologias e interesses de um regime autoritário, com a intenção de manter o controle e direcionar a população analfabeta à produção econômica do país. Através das ideias difundidas pelo movimento, são preservados e disseminados os interesses políticos, diminuindo a formação de concepções diferentes da pregada pelo regime (SANTOS, 2014, p. 310).

Nessas circunstâncias, o MOBRAL finalizou seus trabalhos no Brasil e não conseguiu erradicar o analfabetismo no território brasileiro. Também não chegou ao objetivo de formar mão de obra qualificada, que o programa propusera no início de sua implantação, pois a preocupação era mais de propaganda do regime militar que uma ação com eficiência e eficácia para a educação de jovens e adultos.

O programa pode não ter sido de grande relevância educacional, mas no rio Purus trouxe contribuição para os pais, pois a partir dos ensinamentos do MOBRAL, ensinavam seus filhos mais novos, matemática básica e leituras, através da tabuada

e da cartilha do ABC, além do incentivo de enviar seus filhos à sede municipal para estudar nas escolas primárias das cidades do rio Purus, sob a tutela dos religiosos.

Com o fim do MOBRAL, em 1985, as escolas municipais continuam atendendo os alunos, com o Ensino Fundamental I, e todos tiveram a oportunidade de continuar seus estudos. Muitas famílias se deslocaram das comunidades para as cidades do rio Purus, porque não queriam que seus filhos ficassem sem escolas. Antes da chegada do ensino fundamental II, outro programa foi disponibilizado aos moradores ribeirinhos para tentar reduzir a taxa de analfabetismo.

O Programa Educação Solidária (ALFASOL) teve início no ano de 1997 e foi uma forma de tentar diminuir a taxa de analfabetos nas regiões mais distantes dos grandes centros metropolitanos do Brasil. De acordo com Menezes e Santos (2001), o programa foi criado pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, com a finalidade de alfabetizar jovens e adultos nas cidades com maior índice de analfabetismo. Segundo Barreyro (2010, p. 176), em seu início “priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste". Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste”.

O programa apresentava uma metodologia na qual os professores eram moradores das comunidades que haviam concluído o ensino médio, ou se formado no curso profissionalizante de magistério. Os professores recebiam a denominação de professores alfabetizadores, após passarem pelo período de formação, realizadas pelas instituições parceiras (SCHULZ; GOMES; DOMINONI, 2008). Nesse contexto, Barreyro define que para a participação de professores alfabetizadores eram necessários critérios.

> Os alfabetizadores eram pessoas do próprio município ou estudantes das universidades que recebiam um curso de capacitação. As aulas estavam organizadas em módulos de seis meses de duração cada um, e os alunos e alfabetizadores apenas podiam participar de um módulo (BARREYRO, 2010, p. 177).

Esse programa chegou ao município de Lábrea/AM através da parceria da prefeitura com o Governo Federal, priorizando os jovens recém-formados como professores formadores, que haviam concluído o ensino médio em magistério na Escola Estadual Balbina Mestrinho (SEDUC, 2018). A responsabilidade de formação dos professores era da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O objetivo

era alfabetizar jovens entre 12 a 18 anos, assim como adultos que tivessem interesse em aprender a ler e escrever também poderiam participar do programa (MENEZES; SANTOS, 2001).

O programa apresentava o propósito de valorizar a educação, o ensino, a aprendizagem e priorizar os jovens que haviam estudado com a oportunidade de lecionar na própria comunidade, realizando a alfabetização dos comunitários. A pesquisadora Cleusa Maria Alves de Matos fez uma avaliação dos resultados dos trabalhos textuais produzidos pelos alunos e concluiu que a condução dos trabalhos compromete o programa, afirmando que.

> Sabemos que a maioria dos alfabetizadores têm pouca ou nenhuma experiência para realizar o trabalho com alfabetização, o que eles têm é entusiasmo para contribuir com as mudanças da realidade social de sua comunidade (MATTOS, 2005, p. 84).

Esse programa atingiu resultados positivos, mas foi perdendo forças, devido às intransigências políticas, sendo desvinculado no ano de 2003. Com o fim do programa e com o início da efetividade do ensino fundamental nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, com professores de formação de curso superior e com a realização do concurso público, chegavam às comunidades professores efetivos e recém-formados nos cursos de Licenciaturas ofertados pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e cursos de pedagogia e normal superior ofertado pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Essa nova etapa da educação nas barrancas do rio Purus gerava esperança e oportunidades aos moradores.

Na etapa da implantação dos dois programas (MOBRAL e ALFASOL), os professores faziam este movimento de saída das comunidades para estudar em Lábrea e depois retornavam com ensino médio completo, para ministrar aulas nos programas citados. Essa situação se tornou uma práxis que se perpetua até os dias de hoje. Existe uma grande movimentação de professores para atender as comunidades ribeirinhas do rio Purus, que estão interligadas às dificuldades que o município enfrenta de manter professores por um período mais longo e possam finalizar um ciclo educacional. Nesse sentido, a esperança foi realizar concurso público no ano de 2010. No entanto, os professores aprovados para as comunidades ribeirinhas não permaneceram por um período muito longo nas comunidades, na qual havia se candidatado para as vagas disponibilizadas no edital.

2.3 O ensino fundamental II de 5ª a 8ª série nas comunidades ribeirinhas do rio Purus

Após o final do MOBRAL, no ano de 1985, e da ALFASOL, no ano de 2003, a prefeitura de Lábrea realizou convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI), para que fosse ofertado o ensino supletivo aos moradores das comunidades rurais e ribeirinhas do município que sabiam ler e escrever, mas que não tinham o diploma de conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio. O projeto apresentava como objetivo principal reduzir a taxa de analfabetos nas comunidades rurais e ribeirinhas, possibilitando aos jovens acompanhar o ensino de acordo com sua idade/série (SEMEC, 1988).

Esse projeto de ensino possibilitou aos jovens estudarem nas cidades do rio Purus. No sonho de finalizar o ensino básico, ao chegar à cidade de Lábrea, matricularam-se na série de acordo com a idade e a comprovação da documentação acadêmica, para dar prosseguimento aos seus estudos (SEMEC, 1988).

Nessa parceria, os professores eram contratados através do convênio com SESI e trabalhavam em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com percentual de produtividade por quantidade de alunos atendidos e aprovados. Os professores em sua maioria eram deslocados da cidade para ministrar as aulas e aplicar os testes de aptidão nas comunidades ribeirinhas e rurais. O supletivo funcionava com regime de eliminação dos componentes curriculares e precisava de revisão dos conteúdos, antes de aplicar a avaliação. Esses trabalhos foram desenvolvidos pelos professores contratados e possibilitou que bastante jovens do município de Lábrea conseguissem o seu diploma do ensino fundamental e médio.

Na década de 1990, a prefeitura de Lábrea iniciou a oferta do ensino fundamental I, nas comunidades polos. Nessa época, os professores tinham somente a formação do magistério e ministravam as aulas nas comunidades. Nesse período, inicia a saga de mudança de ambiente social, para ministrar aulas nas comunidades com período de estadia mais longo, que duram em média 08 meses. Vale ressaltar que neste primeiro momento de oferta do ensino fundamental I, os professores selecionados para lecionar nas comunidades eram formados com ensino médio em magistério, na Escola Estadual Balbina Mestrinho, que fica localizada na cidade de Lábrea. Foi o primeiro passo para levar a educação às

comunidades ribeirinhas do rio Purus, através de professores com uma formação específica voltada para o ensino.

Com várias comunidades finalizando o ensino fundamental I, a SEMEC observou que precisava ofertar o ensino fundamental II, para os alunos que haviam finalizado o ensino fundamental I, pois estava ocorrendo um significativo êxodo rural, em virtude dos pais se mudarem para a sede municipal com a família, para que os filhos pudessem concluir o ensino básico.

A situação ocorria porque os filhos finalizaram o ensino fundamental I e não tinham como seguir na escola, a única opção era os pais mandarem os filhos para casas de parentes na cidade para estudar. Em muitos casos, os jovens se tornaram empregados dos parentes, realizando serviços domésticos, para manter a moradia durante a conclusão do ensino básico.

Sabendo dessa situação, os pais resolveram se mudar para a cidade e acompanhar os estudos dos filhos. Essa circunstância causou abandono nas comunidades, com o êxodo rural e o inchaço populacional na cidade com surgimentos de novos bairros, com poucas estruturas de moradia, em áreas de invasões, ocorridas no período de 1990 a 2000, na cidade de Lábrea (SILVA, 2012).

A solução encontrada pela prefeitura municipal de Lábrea foi a disponibilidade da oferta no ano de 2008 do ensino fundamental II. Atualmente, o ensino fundamental II conta com 71 escolas distribuídas nas comunidades rurais e ribeirinhas, atendendo diversos alunos nos lugares mais distantes do município de Lábrea.

Essas escolas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus são uma conquista social realizada através das organizações de comunitários. Fazendo uma relação com as escolas implantadas nas comunidades rurais no Brasil, Souza e Meireles (2014, p. 69) comentam que: “as escolas rurais no Brasil se constituem como um veículo de educação e de desenvolvimento para os sujeitos inseridos nesse contexto”. Sendo assim, o contexto social da comunidade está ligado ao ambiente propício ao desenvolvimento comunitário e a valorização do espaço escolar. Os autores citados valorizam a importância das escolas implantadas em comunidades dizendo que:

> É importante salientar que, mesmo com todos os equívocos e descasos, a escola rural ainda é, referência importante para a possibilidade de

> transformação e mudança nas condições de vida para uma parcela significativa da população (SOUZA; MEIRELES, 2014, p. 75).

A importância das escolas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus é comprovada na procura de vagas e na oferta de turmas nas escolas ribeirinhas. No ano de 2020, foi computada a efetivação de 2.347 alunos matriculados, com a oferta de transporte para 692 alunos. Para ministrar as aulas foram contratados 171 professores para atender as comunidades rurais e ribeirinhas, por um período de 08 meses de contrato, sendo 112 professores atendendo as comunidades ribeirinhas do rio Purus, com 786 alunos do ensino fundamental I e 604 alunos do ensino fundamental II (SEMEC, 2020). Na tabela 1, apresento a quantidade de matrículas efetivada no ano de 200.

Neste quadro estão as matrículas efetivadas dos alunos do ensino fundamental I, destacando o nome da escola, o endereço da escola localizada na comunidade, a quantidade de professores e o número de alunos matriculados em cada escola.

Quadro 1 - Ensino Fundamental I ano de 2020

Nomes das Escolas	**Localidades**	**Nº de Professores**	**Alunos Matriculados**
Coronel Labre	Praia da Lábrea	01	23
São Sebastião	Praia do Bosque	01	31
São Francisco	Boca do Ituxi	01	29
N.SRA de Fátima	Praia do Maciari	01	21
Santa Inês	Praia do Cassianã	02	35
Getúlio Vargas	Praia do Jucury	01	13
Nova Esperança	Praia do Bacural	01	23
Santo Antônio	Praia da Laranjeira	01	17
José Gonçalves	Praia do Buraco	01	12

Santa Vera	Santa Rosa	01	16
São Francisco	Vila Canizo	01	15
São Bartolomeu	Jurucuá	01	15
São Sebastião	Sumaúma	01	17
São João	Praia do São Paulo	01	17
São Francisco	Providência	01	12
São José	Macacual	01	04
Nova Maraã	Maraã	01	18
Farias	Pururi	01	11
José Cezar	Sepatini	01	10
N. S. de Fátima	Bananal/Vandi	01	28
Sebastopol	Sebastopol	01	05
Maria de Nazaré	Cachoeira do Sepatini	01	09
São Francisco	Amparo	01	09
Santo Antônio	Citia	01	03
São Pedro	Novo Brasil	01	08
N. S. Conceição	Praia do Santarém	01	17
São Francisco	Santa Cândida	01	20
São Pedro	Cacau	01	05
Nova Morada	Nova Morada	01	10
São Francisco	Maloca	01	10
São Francisco	Boca do Acima	01	24
Santa Rita de Cássia	Hilário	01	12
07 de Setembro	Independência	01	18

Santa Cruz	Santa Cruz	01	16
N. Senhora de Nazaré	Abunini	01	11
Henoque Gomes	Praia da Gaivota	01	17
Natal	Porangaba	01	12
João Firmino	Bela Rosa	02	35
Gomes Filho	Mamoriá	01	24
Santa Hilda	Ermida	01	22
Santa Fé	Santa Fé	03	42
Humbelino Bezerra	Metaripuá	01	15
N. S. da Conceição	Conceição	01	07
Deuzelite	Boca do Seruini	02	40
Boa Esperança	Limeira	01	15
Rdº Gabriel dos Santos	Praia do Pirão	01	10
Santo Antônio	Boca do Pirapucu	01	05

Fonte: Mapa de Matrícula de 2020. SEMEC/LBR.

Na tabela 02, estão as matrículas efetivadas dos alunos do ensino fundamental II, destacando o nome da escola, o endereço da escola localizada na comunidade, a quantidade de professores e o número de alunos matriculados em cada escola.

Quadro 2 - Ensino Fundamental II ano de 2020

Nomes das Escolas	**Localidades**	**Nº de Professores**	**Alunos Matriculados**
São Sebastião	Praia do Bosque	02	21
N.SRA de Fátima	Praia do Maciari	01	33

Santa Inês	Praia do Cassianã	01	27
Getúlio Vargas	Praia do Jucury	01	07
Nova Esperança	Praia do Bacural	01	09
Santo Antônio	Praia da Laranjeira	02	10
Santa Vera	Santa Rosa	01	17
São Francisco	Vila Canizo	01	23
São Bartolomeu	Jurucuá	01	11
São Sebastião	Sumaúma	01	27
São João	Praia do São Paulo	01	06
São Francisco	Providência	01	10
São José	Macacual	01	09
Nova Maraã	Maraã	02	22
Farias	Pururi	01	11
José Cezar	Sepatini	02	21
N. S. de Fátima	Bananal/ Vandi	02	28
Sebastopol	Sebastopol	01	08
Maria de Nazaré	Cachoeira do Sepatini	02	34
São Francisco	Amparo	01	08
Santo Antônio	Citia	01	07
São Pedro	Novo Brasil	01	12
São José	Paxiúba	01	09
São Francisco	Santa Cândida	01	16
São Pedro	Cacau	01	08
Nova Morada	Nova Morada	01	10

São Francisco	Boca do Acima	02	29
Santa Rita de Cássia	Hilário	01	11
Santa Cruz	Santa Cruz	02	16
N. Senhora de Nazaré	Abunini	01	06
Henoque Gomes	Praia da Gaivota	02	13
Natal	Porangaba	01	13
João Firmino	Bela Rosa	02	23
Gomes Filho	Mamoriá	02	18
Santa Hilda	Ermida	02	25
Santa Fé	Santa Fé	04	53
Humbelino Bezerra	Metaripuá	01	12
N. S. da Conceição	Conceição	01	02
Deuzelite	Boca do Seruini	03	24
Boa Esperança	Limeira	01	11
Rdº Gabriel dos Santos	Praia do Pirão	01	11
Santo Antônio	Boca do Pirapucu	01	03

Fonte: Mapa de Matrícula de 2020. SEMEC/LBR.

Avaliando a quantidade de alunos matriculados no ano letivo de 2020, percebeu-se que existem mais alunos matriculados no ensino fundamental I do que no ensino fundamental II, apresentando uma redução na quantidade de matrículas de 182 alunos a menos na mudança de modalidade de ensino.

Essa situação ocorreu devido à quantidade de alunos, não especificado no relatório de permanência e êxito das coordenações de polo (SEMEC, 2020), terem se mudado para a cidade de Lábrea, e jovens estudantes se casando e formando suas famílias. Tendo a responsabilidade de sustentar a família, acabam desistindo de continuar estudando, porque o trabalho nas comunidades é baseado na agricultura, na pesca e na extração das riquezas da floresta. Como o trabalho é

exaustivo, os jovens substituem a escola pela garantia do sustento da família. Realidade bastante comum nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, moças e rapazes constituírem famílias na adolescência e precisar suspender os estudos para sustentar suas famílias.

Nos quadros apresentados, percebemos que as escolas, as quais estão mais próximas das cidades de Lábrea e Pauini, apresentam uma quantidade maior de alunos matriculados, também número maior de professores desenvolvendo seus trabalhos laborais. Essa situação é observada devido à possibilidade de os professores passarem os finais de semanas nas cidades.

Nas comunidades próximas da cidade de Lábrea, os professores e moradores têm benefícios que melhoram a qualidade de vida, pois desde o ano de 2019, o Programa Luz Para Todos, que foi aprovado através do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, chegou às comunidades ribeirinhas do rio Purus, sendo interligada à termelétrica de Lábrea, chegando até a comunidade da Santa Rosa.

Essas comunidades ficam, em média, a uma distância de 5h de barco da cidade de Lábrea. Assim, devido a disponibilidade de energia elétrica, essas comunidades são as mais disputadas durante o processo de contratação dos professores, porque a energia elétrica possibilita assistir TV, beber água gelada, utilizar uma bomba d'água para encher a caixa de armazenamento de água, além de poder ir à cidade de Lábrea nos finais de semana.

Os professores que estão trabalhando no ensino fundamental I e II ministram as aulas na modalidade de ensino multisseriada, com alunos de várias séries/ano e idades diferentes na mesma sala de aula, em virtude da falta de quantidade mínima de alunos matriculados por série e professores disponíveis para atender às comunidades rurais e ribeirinhas. Para elucidar o sistema de ensino multisseriada, os autores Oliveira, Santos e Souza apresentam uma explicação da funcionalidade e fazem uma comparação com método de lancasteriano[16], relatando que:

> Desta forma, o ensino multisseriado pode ser entendido como um conjunto de variadas séries escolares, todas instituídas em uma única sala de aula,

[16] O método de Lancaster foi desenvolvido na Europa, no final do século XVIII, pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838). Também conhecido como método Inglês, Mútuo ou Monitorial, foi estruturado em meio à falta de professores, além da carência de materiais didáticos, diante de uma realidade social da época.

> objetivando o ensino entre alunos com diferentes idades e consequentemente séries/anos, na busca por garantir a escolaridade de todos os envolvidos, o que faz lembrar, de forma sucinta, o método lancasteriano, devido à existência de alguns vestígios históricos (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017, p. 71).

Seguindo essa linha de raciocínio, a autora Cláudia da Mota Darós Parente explica que a modalidade de ensino seriado apresenta custo elevado, e a modalidade de ensino multisseriada não só é uma forma de amenizar a falta de professores para ministrar as aulas, como também viabilizar a existência de salas de aulas com número insuficiente de alunos matriculados em séries/ano pela idade correta. A mesma alega que:

> Os custos de implantação do modelo seriado em sua completude (idade-série) em tais escolas seriam muito altos. Por isso, a opção foi de fazer a junção de grupos de alunos de diferentes faixas etárias, matriculados em diferentes séries/anos, com um único professor, todos num mesmo espaço (PARENTE, 2014, p. 58).

Essa situação foi comprovada quando analisamos o mapa de matrículas do ano de 2020, fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR), que apresenta escolas com números inferiores a 10 alunos no turno de aula. Para elucidar melhor o que constatamos nos gráficos, apresentamos os argumentos da pesquisa na cidade de Boca do Acre, que fica situada no rio Purus e também sofre com os mesmos problemas apresentados nesta pesquisa:

> Esse modelo de ensino é destinado às comunidades com pequeno número de habitantes, que constituem uma clientela reduzida, não dispondo de número suficiente de estudantes para formarem classes independentes. Além disso, são ainda comunidades isoladas de difícil acesso (TERUYA; et al. 2013, p. 572).

Nessa circunstância, percebi que a modalidade de ensino multisseriada é a solução encontrada pelos gestores municipais da região, para tentar diminuir a taxa de analfabetismo na região e atender as comunidades mais longínquas do município.

Os professores precisam dominar os componentes curriculares para atender alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017; PARENTE, 2014; TERUYA; ET AL, 2013). Nesse sentido, as turmas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus são divididas em turnos, sendo que pela parte

da manhã estudam os alunos das séries iniciais do 1º ao 5º ano e, no turno da tarde, alunos do 6º ao 9º ano. As escolas com maior número de alunos finalistas do ensino fundamental II são disponibilizadas pela SEMEC/LBR, para a SEDUC, na qual funciona com aulas no turno com a oferta do ensino médio mediado por tecnologia. Atualmente, são 33 escolas em funcionamento e com a proposta de implantação de mais 04 escolas, para atender à demanda do ensino médio.

Além das várias modalidades de ensino, o professor é o responsável por limpar a escola, preparar a merenda escolar dos alunos, realizar os atendimentos aos pais, entregar os boletins bimestrais, fazer a roçagem nos arredores da escola para evitar a proximidade do mato e animais peçonhentos, porque durante o período da vazante aparecem muitas cobras, lagartos, aranhas e outros animais perigosos. São também responsáveis por cuidar da vigilância da merenda escolar, observando sempre a data de validade dos produtos e controlar o consumo do combustível, nas comunidades que ainda não são atendidas pela energia elétrica, para que o diesel seja suficiente para o período planejado, até que ocorra o novo abastecimento. Nesse sentido, Oliveira (2014, p. 93) classifica essa situação como “condição docente”. Assim, Lima e César, ao falar das tarefas realizadas pelos professores e suas características nômades, declaram:

> Sendo assim, não é apenas saber, mas, saber como fazer, ou seja, o professor precisa desenvolver sua prática, mas também exercer a função de mediador de culturas e atores diversos, que se encontram nos mesmos ambientes, buscando os mesmos objetivos. Assim, são estes atributos que, acrescidos de outros, denotam os modos de atuação dos professores nômades (LIMA; CÉSAR, 2020, p. 129).

Para contextualizar, uma pesquisa realizada na cidade de Boca do Acre, com os professores que lecionam nas comunidades das zonas rurais e ribeirinhas, que apresentam as características citadas acima e desenvolvem seus trabalhos na modalidade de ensino multisseriadas, precisam de reconhecimento, por parte do poder público, pelas várias atribuições que realizam. Os autores argumentam que:

> A professora da sala de aula multisseriada deveria ser reconhecida como uma guerreira, pela quantidade de atividades que realiza, desde providenciar a limpeza da escola e cuidar da parte administrativa até exercer sua função de mediadora do processo de ensino e aprendizagem (TERUYA; et al. 2013, p. 574-575).

Para enfatizar ainda mais esse dilema, Mendes, et al (2008, p. 81-82) acrescentam que:

> E o docente que participa deste processo de aprendizagem, acaba por vivenciar variados papéis: leciona, faz merenda, dirige e limpa a escola e também lida com uma realidade difícil: várias idades e níveis de aprendizagens que estão vinculados à grande evasão escolar e repetência (MENDES; et al. 2008, p. 81-82).

Para valorizar o trabalho exercido pelos professores e especialmente pelas professoras que ministram as aulas, fazem as tarefas da escola e ainda cuidam dos seus filhos, que lhe acompanham durante o período de estada na comunidade, Oliveira (2014, p. 93) acrescenta que:

> Um grupo social que até bem pouco tempo não tinha direito à instrução, e nem mesmo direito ao voto, às mulheres, no caso específico deste evento, as mulheres que têm se dedicado à docência no espaço rural, estão hoje, predominantemente, no espaço da docência, construindo-se como profissionais, com todos os paradoxos presentes na cultura e na sociedade, como se isso fosse um *habitus* e elas estivessem "naturalmente" fadadas ao magistério.

Nas escolas ribeirinhas do rio Purus, que percorri, é comum a presença só de professoras, mas os moradores ajudam nos trabalhos mais pesados, como carregar água e limpar o terreno da escola.

Os professores que são contratados para lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, muitas vezes, ainda não têm experiência com trabalho docente, mas aceitam o desafio, para ganhar experiência e receber seus primeiros salários. Essa situação é preocupante, pois acabam aprendendo com a necessidade, pois nas comunidades não existe a presença do profissional pedagógico para auxiliar, na didática, metodologia e nas burocracias do cotidiano.

Essa atitude pode comprometer a qualidade do ensino, já que há a falta de experiência e os baixos salários que os professores recebem para realizar diferentes atividades, que compõem o andamento da escola. Oliveira, Santos e Souza (2017, p. 78) relatam que: "no ensino multisseriado, ofertado para essas comunidades, ainda há como principal problema a formação do professor, assim como a sua baixa remuneração, diante de um trabalho árduo e cheio de desafios".

No município de Lábrea, os professores recebem abono localidade no salário, de acordo com a distância da sede municipal. Esse abono serve como incentivo à permanência na comunidade

Além dessas atividades citadas, os professores ainda enfrentam a falta de estrutura para morar nas comunidades, porque algumas ainda não estão interligadas com a energia elétrica, e enfrentam o problema da água, que precisa ser carregada em baldes até a escola. Os professores ficam hospedados em um quarto no fundo da escola, que somente tem uma pequena cozinha e uma despensa para armazenar sua alimentação durante o período que permanecer na comunidade.

Nas comunidades onde não existe energia elétrica, a mesma é gerada por motor gerador de luz, com funcionamento durante o horário das aulas noturnas. Esse motor gerador de luz elétrica é ligado às 18h e desligado às 21h30min, e essa atividade também é responsabilidade dos professores. O fornecimento da energia elétrica também atende os moradores da comunidade, que aproveitam para assistir ao Jornal Nacional e à novela. Durante o dia, o motor fica desligado, porque o diesel é computado pelas horas de aula noturna.

Nos finais de semana, os professores realizam atividade de pesca e passeios pelas praias desertas do rio Purus, geralmente próximas às comunidades, na qual estão lecionando, para tentar se distrair um pouco e sair da rotina do cotidiano, pois se não buscar alternativas, os finais de semana passam a ser mais monótono que os dias de semana com as aulas e atividades da escola. Para elucidar melhor como enfrentar as dificuldades, a superação dos professores, para torna o ambiente agradável, Bourdieu relata que:

> Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU, 2007, p. 223).

Nas comunidades próximas da cidade de Lábrea, os professores aproveitam o final de semana para visitar os parentes e fazer compras no comércio para abastecer suas necessidades, porém essa situação só ocorre nas comunidades que

o percurso fique com até 5h de viagem de motor de popa, pois o custo do combustível pode comprometer o salário mensal.

Esses profissionais precisam se adequar às mudanças, às adaptações e obrigações, considerando que, além das aulas, ainda enfrentam perigos da região. Eles fazem o legítimo trabalho social de compartilhar o conhecimento com os jovens moradores das comunidades, principalmente os professores que lecionam em comunidades isoladas das cidades.

De acordo com Morin (2011, p. 29), “de toda forma, o conhecimento permanece como uma aventura para a qual a educação deve fornecer o apoio indispensável”. Nesse sentido, os professores que lecionam nas comunidades ribeirinhas precisam de apoio do poder público, dos comunitários e do empenho dos alunos, para que assim tenham êxito e possam ver o resultado de seu trabalho.

2.4 O ensino médio por meio do sistema mediado por televisão

O sistema de ensino mediado por mídia foi à proposta de ensino desenvolvida pela SEDUC/AM, para amenizar a falta de professores e a oferta do ensino médio nas comunidades mais distantes dos centros urbanos do Estado do Amazonas (NASCIMENTO, 2017; SANTOS, 2017; MOURÃO, 2010). Dessa forma, a falta da complementação para os alunos finalizarem o ensino básico completo, após concluírem o ensino fundamental I e II, contribuía para o abandono das comunidades, pois os alunos precisam se deslocar para a sede municipal, para estudar no ensino médio.

Certamente o poder público seria o responsável por criar mecanismos para atender as demandas para o ensino médio, com qualidade e que não houvesse a necessidade do deslocamento de grande número de professores para as comunidades ribeirinhas e rurais. De acordo com Mourão (2011), o sistema mediado por mídia tem como característica suprir as necessidades dos atendimentos escolares do Estado do Amazonas. Para Mourão (2011, p. 51), “a educação quando mediada por recursos de internet (tecnologias digitais) é responsável pela geração de um novo espaço sem a presença física do educador”. Seguindo essa linha de raciocínio, Lima e César apresentam duas vertentes para essa modalidade de ensino:

> A primeira, aquela adquirida na sala de aula convencional, com o uso dos impressos e no modo de organizar os conteúdos sistematizados hierarquicamente; e, no segundo momento, fazendo uso da tecnologia e da internet para atingir a um público por meio de recursos que o envolvem (LIMA; CÉSAR, 2020, P. 131).

Podemos deduzir que a SEDUC/AM não iria conseguir professores formados em áreas distintas, para atender as demandas comunitárias e, além da locomoção, ainda tinha o problema das moradias e acomodações dos professores nas comunidades rurais e ribeirinhas, como também os desafios de logística e deslocamento, que na maioria das cidades do Estado do Amazonas dependem unicamente dos rios.

Diante desse problema de logística, foi implantado o sistema de ensino por mídia, com as aulas sendo ministradas no Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), na cidade de Manaus, sendo transmitida pelo sistema de TV e internet, atendendo inúmeras comunidades no Estado do Amazonas. De acordo com Santos, foi a forma encontrada de levar o ensino médio onde não havia oferta, nas comunidades mais distantes do Estado do Amazonas, explicando que:

> Através da iniciativa do governo em implantar o Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica atendeu às Diretrizes Curriculares Nacionais que formaliza o caráter obrigatório bem como dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Legislação Educacional que assegura às comunidades rurais onde a população é escassa que anteriormente já citado que não havia oferta ao Ensino Médio e em algumas localidades (SANTOS, 2017, p. 45).

Esse sistema de ensino não atende exclusivamente o rio Purus no município de Lábrea, mas sim todas as cidades do Estado do Amazonas. Para Santos (2017, p. 43), “Implantar o EaD na educação básica no Amazonas é tentar suprir uma necessidade vivida pelos moradores das comunidades mais distantes”. Essa modalidade de ensino foi a forma encontrada para amenizar a demanda de alunos, que precisavam finalizar o ensino básico, com a conclusão do ensino médio e amenizar a falta de professores para lecionar com disciplinas específicas, porque no ensino médio são ofertadas 13 disciplinas distintas, o que precisaria de vários professores para atender a demanda do Estado do Amazonas.

O sistema é uma modalidade de educação a distância, que trabalha com um formato específico, na qual as aulas são transmitidas ao vivo, através dos estúdios de gravações, no Centro de Mídia localizada na cidade de Manaus/AM, ou seja, os alunos assistem às aulas em tempo real e ainda podem tirar dúvidas com o professor através de envios de mensagens encaminhadas pelo professor presencial ao professor que está ministrando as aulas do componente curricular. Além do mais, as aulas ficam gravadas para que possam ser assistidas no momento em que o aluno não conseguiu acompanhar assunto e conteúdo. Para elucidar essa modalidade de ensino, a pesquisadora Lúcia Rodrigues dos Santos explica a funcionalidade do sistema:

> As aulas são desenvolvidas e transmitidas em tempo real pela TV, os docentes, denominados professores ministrantes, que estão em um estúdio situado em Manaus CEMEAM/SEDUC, os alunos assistem às aulas em suas comunidades, em cada sala tem um professor que orienta os alunos chamado de professor presencial (SANTOS, 2017, p. 47).

O professor presencial funciona como tutor, mediador e esclarece as dúvidas dos estudantes, que ocorreram durante o horário dos tempos das aulas, pelo programa mediado, o mesmo é conhecido como professor ministrante. Para elucidar melhor, Nascimento explica as atribuições do professor ministrante, durante o ano letivo, nas aulas presenciais.

> No que se refere à equipe do programa, esta é constituída por profissionais que atuam tanto na capital do Estado, quanto nos interiores. Entre eles, estão os professores denominados Professor Ministrante, cuja função é de elaborar, planejar, ministrar os componentes curriculares, desenvolver atividades práticas (exercícios) e tirar dúvidas dos alunos. Para o desenvolvimento de suas atribuições este profissional se utiliza da tecnologia. Há também, os professores chamados de Professor Presencial (deve possuir no mínimo Licenciatura em Curso Normal Superior), este exerce a função de mediador e facilitador. É de sua responsabilidade orientar os alunos nas atividades em classe, estar presente diariamente na sala de aula, o controle da frequência dos alunos, acompanhar o aprendizado, aplicar as provas, orientar os professores ministrantes em relação a transmissão, além de todo o preparo dos equipamentos tecnológicos diariamente (NASCIMENTO, 2017, p. 45).

O programa surgiu no ano de 2007, com um período de testes e ajustes, para encontrar a melhor forma de oferta do ensino médio na cidade de Lábrea e também nas cidades que fazem parte da calha do rio Purus. Esse sistema teve seu início

efetivo nas comunidades no ano de 2010. Em Lábrea, iniciou com 33 escolas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), que disponibiliza as salas de aulas nas escolas municipais para que o programa seja implementado.

A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/AM) fornece os equipamentos para a implantação do Ensino Médio, como demonstra a imagem a seguir:

Figura 2 - Equipamentos para as aulas do Ensino Médio Mediado por Tecnologia.

Fonte: SEMEC/LBR,2020

De acordo com Nascimento, essa modalidade de ensino atende diversas comunidades rurais e ribeirinhas no Amazonas, na qual o programa disponibiliza equipamentos fundamentais para a oferta do ensino médio nas comunidades, argumentando que:

> O programa EMPMT atende diversas comunidades rurais, as quais são organizadas em grupos, como por exemplo: a comunidade que possui escola e com maior número de estudantes, é chamada de Comunidade Polo, essa atende alunos de comunidades menores que encontram-se no seu entorno e que recebem os investimentos e equipamentos do Centro de Mídias para o funcionamento do programa, os equipamentos são antenas e kit tecnológico (computador com teclado e mouse, estabilizador/nobreak, webcam, microfone, impressora, TV de LCD 42'', mais o acesso à internet), a fim de, alunos e professores se comunicarem em tempo real, por chats, e-mail e vídeo conferências (NASCIMENTO, 2017, p. 44).

A escola municipal que disponibiliza o espaço físico para a oferta do ensino médio recebe o professor presencial, que é aprovado através de processo seletivo da SEDUC/AM, com contrato de 24 meses e renovado por mais 24 meses. O professor presencial se desloca da cidade para a comunidade, para mediar as aulas, aplicar as avaliações, tirar as dúvidas dos alunos, enviar as atividades, organizar os eventos das atividades práticas, manusear os equipamentos de mídia, apresentar o

planejamento de atividades e articula as formaturas das turmas finalistas (SEDUC, 2020).

O professor presencial fica hospedado na escola municipal, dividindo o espaço com os professores da SEMEC. O ano letivo do ensino mediado é planejado, respeitando o calendário da SEMEC. Devido ao uso do espaço físico e do motor de luz, o professor presencial selecionado pela SEDUC/AM, permanece na comunidade por um período de 08 meses, mas tem a garantia de retorno, porque seu contrato é de 24 meses, e podendo ser renovado por mais 24 meses, o que garante tranquilidade financeira e profissional, além de completar um ciclo educacional na comunidade que trabalha.

Para a funcionalidade do programa, o professor presencial é de fundamental importância, porque as aulas são ministradas através do Centro de Mídias da SEDUC/AM, em Manaus, e transmitidas pela internet, para todo o Estado do Amazonas, atendendo uma grande quantidade de alunos espalhados pelas diversas comunidades rurais e ribeirinhas do Estado.

Em Lábrea/AM, o programa atende 33 escolas rurais e ribeirinhas, com projeto de implantação futura para mais 04 escolas, sendo que o atendimento é em parceria com a SEMEC, que disponibiliza o espaço físico nas suas escolas municipais. As aulas ocorrem no turno noturno e os alunos chegam às escolas de motor rabeta, canoa movida pelo remo e pelos caminhos das matas, conhecidos como varadouros[17]. Os alunos das turmas do ensino médio mediado são matriculados na Escola Estadual Thomé de Raposo Medeiros, conhecida como GM3, para manter o registro de matrícula e documentos dos alunos. Atualmente, nas salas das escolas que atendem ao ensino médio mediado por tecnologia existem 436 alunos matriculados e, segundo a Coordenadoria Regional da SEDUC de Lábrea, esse número poderia ser mais elevado se os alunos tivessem documentos básicos para realização das matrículas, como CPF e RG. A falta desses documentos acaba dificultando o acesso dos alunos ao ensino médio. Nesse sentido, podemos caracterizar esta situação de problema social, que Brandão e Assumpção (2009, p. 73) classificam como “sociedade desigual”, pois documentos

[17]Nome denominado pela cultura amazônica. São caminhos abertos pela mata, que diminui a distância entre as casas dos alunos e a escola, esses caminhos são perigosos, devido à presença de animais peçonhentos e ferozes, como cobras, onças e gato maracajá.

pessoais são de fundamental importância para confirmar a existência do indivíduo na sociedade.

Diferentemente da SEMEC/LBR, os professores da SEDUC/AM, selecionados para lecionar como professores presenciais, são contratados através de Processo Seletivo Simplificado (PSS), com ampla divulgação na mídia local. Os candidatos precisam apresentar critérios específicos do edital e ter curso superior completo na área de ensino (SEDUC/AM, 2018).

As professoras e os professores selecionados pelo edital têm a garantia do contrato de 24 meses e, se aceitarem continuar no programa, podem renovar o contrato por mais 24 meses. Concluindo essa etapa, o professor ainda pode participar do próximo edital para contratação de novos professores e ainda tem uma vantagem significativa, que é o período de experiência profissional, que conta pontuação no edital de seleção (SEDUC/AM, 2018).

Vale ressaltar que os professores presenciais também exercem o papel de zelador da sua sala, merendeiro e secretário do anexo da Escola Estadual Thomé de Raposo Medeiros, na qual sua sala de aula está vinculada, pois a SEDUC/AM só encaminha o professor, mas não disponibiliza outros profissionais que possam contemplar as atividades educacionais. Gontijo (2007, p. 103), ao fazer uma reflexão sobre os trabalhos paralelos realizados pelos professores, conclui que: “parece existir um conteúdo professor, algo da expressão singular de cada um deles que ia além do cumprimento formal da profissão docente”. As atividades que recaem sobre a responsabilidade do professor comprometem seu trabalho docente e diminui o tempo para investimento na carreira do magistério, principalmente, de desenvolver pesquisa, que possibilita a abrangência do desempenho profissional dos docentes.

Em muitas situações, os responsáveis que realizam esses trabalhos complementares são os parceiros das professoras ou dos professores. Esses trabalhos não são remunerados e os companheiros realizam certas tarefas para ajudar o(a) companheiro(a) e, obviamente, na comunidade, ficam conhecidos como amigos da escola, uma forma de homenagem sem remuneração pelo trabalho prestado.

Os casos são semelhantes e comuns, tanto na SEDUC/AM, como na SEMEC, porque como o calendário escolar precisa respeitar os fenômenos da natureza, os

professores precisam ficar nas comunidades por um período de 08 meses, de acordo com a aprovação do calendário do ano letivo.

Ao conhecer a funcionalidade do programa, percebi que ainda existem alguns pontos a serem melhorados, mas que é uma realidade que vem apresentando resultados positivos. Os problemas que foram relatados são os seguintes: a constante falta de combustível para a funcionalidade do motor de luz, a falta de profissional da área de informática disponível para fazer a manutenção dos equipamentos de informática e dos problemas de internet, pois como a região é muito chuvosa, qualquer mudança de tempo compromete a transmissão do sinal, que é disponibilizado por meio de satélite. Porém, fora esses pequenos ajustes necessários para melhorar o sistema, consegui observar que este programa poderá ser a solução para a oferta do ensino médio nas comunidades mais distantes dos municípios do Estado do Amazonas, pois as aulas são ministradas por profissionais formados nos componentes curriculares específicos.

Para a correção das atividades avaliativas, são disponibilizados os gabaritos para o professor presencial realizar as correções e inserir as notas no sistema. O resultado tem sido satisfatório e com baixo índice de desistência por parte dos alunos e, atualmente, já foram formadas 09 turmas concludentes do Ensino Médio ao longo de 11 anos de existência do programa.

3 AS ATIVIDADES DOS PROFESSORES NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS

Quem cultiva a semente do amor
Segue em frente e não se apavora
Se na vida encontrar dissabor
Vai saber esperar a sua hora

(Xande de Pilares; Gilson Bernini; Carlinhos Madureira, 2009).

Neste capítulo, analisei os relatórios dos professores que lecionaram nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, para ter noção de como são realizados os trabalhos, os impactos culturais ao chegar às comunidades, a relação com os alunos e comunitários, as dificuldades enfrentadas no dia a dia e o resultado dos trabalhos durante o ano letivo.

Para contextualizar a realidade que os professores enfrentam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, vou transcrever o contraste cultural que os professores precisaram se adaptar dentro das condições sociais da realidade local, quando foram lecionar nas escolas rurais do município de Santa Maria/Rio Grande do Sul, relatado na pesquisa realizada por Graziela Franceschet Farias e Helenice Sangoi Antunes.

> Os professores se depararam com a constante produção de teorias que são exigidas a sua adequação em sala de aula, quando muitos deles ainda não se aproximaram da complexidade da realidade na qual estão inseridos. Crianças que acordam de madrugada para fazerem suas lidas na lavoura antes de irem para a escola, calendário escolar diferenciado das escolas urbanas devido ao período de plantio, ordenhar as vacas de leite, alimentar as galinhas e caminhar a pé em longas distâncias até conseguir chegar à escola (FARIAS; ANTUNES, 2014, p. 120).

O excerto corrobora com a realidade semelhante ao impacto que os professores selecionados para ministrar aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus convivem diariamente, principalmente no período de plantio, colheita e extração dos recursos naturais, com alunos que deixam de comparecer à escola, porque precisam ajudar os pais no trabalho agrícola.

Sendo assim, para elucidar o impacto cultural que os professores se deparam ao chegar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, buscamos orientações em Veiga-Neto, que faz um breve comentário sobre questão sociocultural relatando que:

> A saber, uma situação sociocultural em que, no limite, cada ponto do espaço social guarda uma relação de identidade com os pontos adjacentes, de maneira que, se atingido tal limite, o conjunto apresentar-se-ia inteiramente homogêneo e com um risco social igual a zero. Em outras palavras, isso significa o rebatimento de tudo e de todos a um mesmo; em termos culturais, significa uma identidade única e a rejeição de toda e qualquer diferença (VEIGA-NETO, 2003, p. 10).

Seguindo essa linha de raciocínio, Burke (1992, p. 346) comenta que “a cultura é reordenada”. Sendo assim, Brandão e Assumpção (2009, p. 57) salientam que: “Sendo produto do trabalho humano, a cultura é o campo das mediações entre os seres humanos e destes com a natureza”. Nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, os moradores convivem diretamente com a natureza e os professores utilizam o espaço natural para planejar as aulas, valorizando a importância do conhecimento local, juntamente com o conhecimento intelectual, para contextualizar o espaço escolar, a importância da preservação ambiental e a convivência comunitária na construção da cidadania.

Nesse sentido, Kreutz, et al explicam a importância da escola nas comunidades, para a construção da cidadania, descrevendo que:

> A escola, na perspectiva de construção da cidadania precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças, jovens e adultos pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional, como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (KREUTZ, 2018, p. 10).

Para tanto, os professores precisam se reordenar com superação para mediar a construção da cidadania durante as aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, porque a população que vive nas comunidades são cidadãos brasileiros e precisam que sua dignidade seja respeitada. Para conceituar a adaptação dos professores com a ambientação comunitária e a troca de conhecimentos, Romanelli descreve que:

> As trocas culturais, as influências mútuas são consequências da variedade de culturas existentes e dos contatos entre elas. Essas trocas, quando se processam, tendem a enriquecer as culturas interessadas, já que as diferenças notáveis entre elas são outros tantos desafios à imaginação e à inteligência humana (ROMANELLI, 1986, p. 21).

Nessa perspectiva, pode-se concluir que a construção das escolas ribeirinhas, caracterizam-se como o lugar apropriado para a participação comunitária, com a possibilidade de transformação social, cultural e intelectual, que possa valorizar o futuro dos sujeitos participantes desse espaço social.

> Desse modo, a escola rural se configura como lugar do trabalho docente, o lugar de participação comunitária, o lugar da promoção do futuro. Por isso, não se trata apenas de um espaço físico, mas define-se como um espaço social portador de melhores condições de vida dos seus sujeitos (SOUZA; MEIRELES, 2014, p. 78).

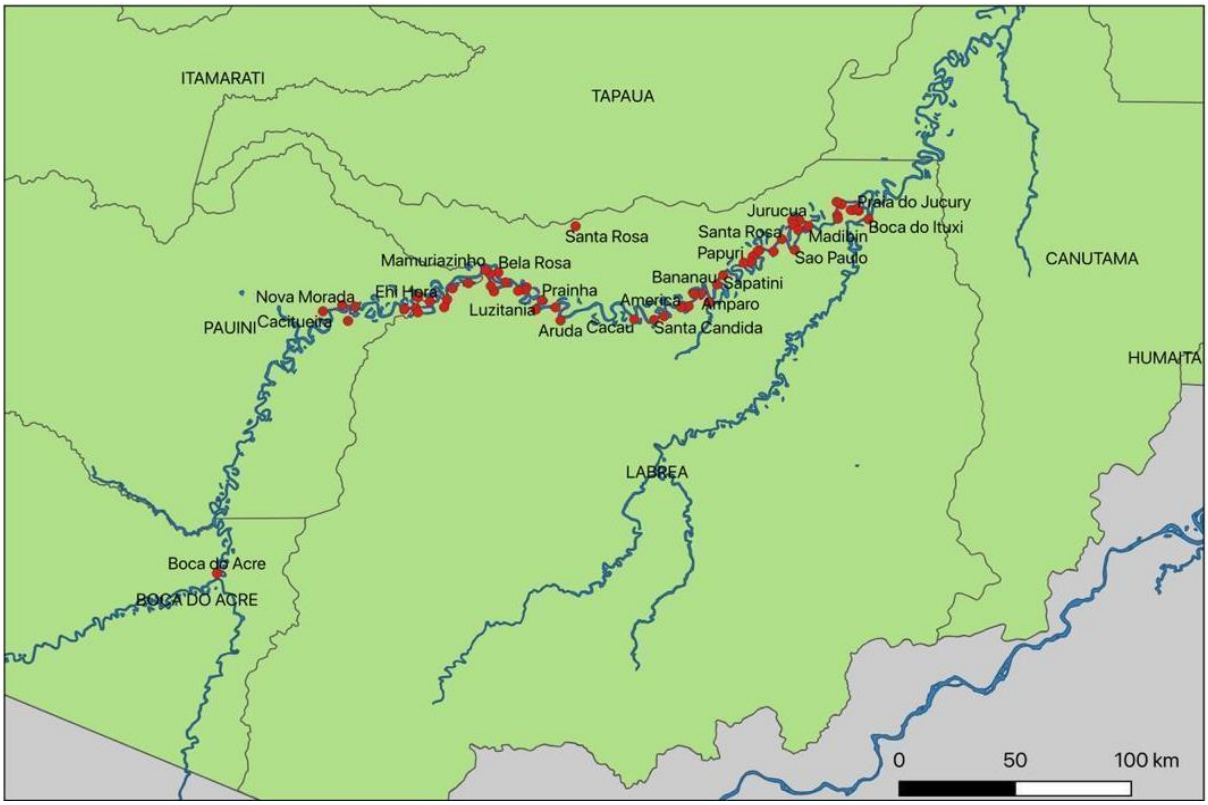
Dessa forma, nas comunidades rurais e ribeirinhas, as escolas acabam sendo o lugar de encontro, pois é o espaço das reuniões, festas, celebrações religiosas, campanhas de vacinação, campanhas solidárias, realização de quermesse, bingo, gincana, torneios e o orgulho da comunidade. A escola é o contexto social e de acolhimento comunitário (SOUZA; MEIRELES, 2014).

Os professores também vão sentir as mudanças de comportamento social, cultural, ambiental e adaptações no espaço que irão morar e trabalhar, durante o período do ano letivo, mas são profissionais importantes para contribuir no desenvolvimento do ensino e aprendizagem da comunidade.

Conforme já mencionado anteriormente, realizei a pesquisa para atingir os objetivos propostos, com levantamento de coleta de dados, avaliação documental, relatórios das viagens, relatórios das atividades praticadas pelos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, mapas de matrículas e acompanhamento da

viagem do deslocamento dos professores (MARCONI; LAKATOS, 2018; FACHIN, 2017; GIL, 2017).

Figura 3 - Mapa das Comunidades Ribeirinhas do Rio Purus



Fonte: Danniel Bevilaqua, 2020.

O transporte dos professores indicados, no município de Lábrea/AM, para ministrar aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, através da seleção de escolha por meio de indicação política, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR), para lecionar com ensino fundamental I e II, e, também os professores ministrantes, que lecionam com ensino médio mediado por mídia são selecionados através de edital de processo seletivo simplificado (PSS), celebrado pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM), e passam por um processo que inclui logística e planejamento estratégico, que vai desde a acomodação dos professores à contratação de um barco/motor[18], (com capacidade

[18]Barco/motor na Amazônia é também conhecido como barco de linha, que faz o transporte de passageiros e cargas, pelos rios do Estado do Amazonas. São os meios de transporte mais utilizados na região, esses barcos são construídos de madeira ou ferro e geralmente comportam entre 150 a 350 passageiros, com capacidade entre 150 a 250 toneladas. Após vários acidentes de naufrágios, a Marinha do Brasil determinou que os barcos que transportam passageiros sejam construídos à base

entre 150 a 220 passageiros) e que comporte entre 18 a 25 toneladas de carga, porque os professores vão ficar nas comunidades durante o período do ano letivo e precisam levar seus pertences necessários para melhor comodidade, durante a estada na comunidade ao qual foi selecionada para ministrar as aulas.

Figura 4 - Deslocamento dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

Fonte: SEMEC/LBR, 2018.

A imagem 4 demonstra o deslocamento dos professores no barco/motor que vão ministrar aulas nas comunidades do rio Purus. O barco/motor[19] precisa ser grande e espaçoso e com segurança para transportar os professores e familiares.

O período da viagem é bastante cansativo, pois as distribuições dos professores em cada comunidade precisam de pessoas ágeis e que estejam disponíveis para trabalhar, praticamente 24h por dia, porque no momento que

de ferro, para evitar a colisão com pedras e toras de madeiras, que descem o rio Purus e causadores de acidentes.

[19] Barco de grande porte, que são utilizados na Amazônia, para o transporte de cargas e passageiros.

chegar à determinada comunidade, os tripulantes precisam ajudar os professores a carregar seus pertences e acomodar o professor na escola, isso tanto faz ser durante o dia ou à noite (RELATÓRIO SEMEC/LBR, 2018).

Os professores levam seus pertences e seus materiais de apoio para ministrar suas aulas, isso atribui um volume grande de objetos pessoais, para serem descarregados na comunidade que o professor foi destinado. O material de apoio é de suma importância para o trabalho docente, principalmente para ajudar no diagnóstico que precisa ser realizado na comunidade. Como relata Munhoz, ao descrever sobre as matérias com as quais o docente trabalha:

> As matérias com as quais um docente trabalha não são sólidas. São fluxos, correntezas, escoamentos; em suma, movimentos e movimentações. O ensino não diz respeito a produzir uma forma, mostrar um caminho. O ensino torna-se o próprio movimento do pensar quando se faz resistente a tudo aquilo que o enfraquece (MUNHOZ, 2019, p. 435).

São esses movimentos do pensamento que movem os professores a trabalhar nessas comunidades, a esperança de poder melhorar a qualidade do ensino, uma forma de ganhar experiência profissional. Essa é a forma que a maioria dos professores, que são recém-formados, aproveitam para ter a oportunidade de ganhar experiência em sala de aula e algum dinheiro para realizar o sonho do que lhe foi planejado (MENEZES; SANTOS, 2020; OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017; PARENTE, 2014).

O material para apoiar os componentes curriculares é de fundamental importância, porque são as bases teóricas dos pensadores da educação, que ajudam os professores a realizar os diagnósticos do ensino e aprendizagem da turma, para planejar as aulas e o ano letivo na comunidade.

As viagens geralmente ocorrem durante o mês de março e duram entre seis dias ou mais. Primeiro vai o barco/motor deixando os professores, sendo que o início das aulas começa no mês de abril, quando a vazante do rio finaliza. Antes do início das aulas, outra equipe da SEMED/LBR passa distribuindo a merenda escolar em uma balsa de 400 toneladas, para levar a merenda escolar e os suprimentos para atendimento da escola, como: botijas de gás, diesel e materiais de expedientes, para limpeza das escolas nas comunidades (RELATÓRIO SEMED/LBR, 2018).

Figura 5 - Entrega da Merenda Escolar.

Fonte: SEMEC/LBR, 2018.

A viagem da balsa é mais demorada, em média entre seis a oito dias ou mais. Além do peso e comprimento para realizar as manobras nas curvas do rio Purus, o trajeto apresenta dificuldades de navegação, com passagens estreitas, presença de pedras, bancos de areia e a vazante do rio. Nesse sentido, existem lugares que apresenta menor profundidade e exigem habilidade do prático[20] da balsa, que precisa ter conhecimentos específicos dos movimentos das águas para não causar acidentes, ou encalhar em bancos de areia ou pedras (RELATÓRIO SEMEC/LBR, 2018).

O transporte da merenda é realizado por professores que lecionaram nas comunidades e agora ocupam funções de coordenadores dos polos e outras coordenações dentro da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC/LBR). Para a entrega da merenda escolar, a SEMEC/LBR conta com apoio de servidores da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA/LBR), que são

[20] O prático é conhecido como o professor dos rios, ele é responsável por pilotar as balsas e barco/motor, é como se fosse o comandante do navio. O prático conhece a profundidade e o curso do rio, ele precisa ser preciso para evitar bater em lugares onde o rio apresenta pouca profundidade e saber os locais determinados das comunidades, na qual são oferecidas as aulas.

convocados para realizar o trabalho do transporte da merenda escolar (RELATÓRIO DA SEMEC/LBR, 2018).

Os professores e os coordenadores carregam os mantimentos, fazem as reuniões com os professores, pais e alunos, para aproveitar o percurso da viagem e motivar os alunos a valorizarem o ensino e aprendizagem, e, não desistirem de estudar.

Como observado, o ensino no rio Purus tem passado por transformações significativas, mas as dificuldades de logísticas são os principais entraves para um pleno desenvolvimento, porque a região é extensa e precisa de pessoas com conhecimento apurado para transitar pelas as curvas e perigos do rio Purus, com locais com pedras, paus e banco de areia. Além de todas as adversidades, há locais em que o rio mudou seu curso, devido às constantes erosões, que fizeram com que o barranco criasse um novo curso para a passagem das águas, ficando duas bocas de rio no mesmo percurso. Portanto, somente uma pessoa experiente pode realizar a viagem com segurança e chegar aos destinos, para realizar o desafio de levar o ensino e aprendizagem aos lugares mais distantes do município de Lábrea/AM.

3.1 O planejamento das aulas e os conteúdos programáticos para as comunidades ribeirinhas do rio Purus

Nesta etapa, abordarei como são realizados os planejamentos das aulas e a seleção dos conteúdos ministrados nas escolas ribeirinhas do rio Purus. Sendo assim, para uma melhor abordagem deste tema, o trabalho será direcionado para autores que realizam pesquisas e discutem sobre o currículo, porque o currículo educacional, as atividades docentes de planejamento e os conteúdos a serem ministrados perpassam por este momento importante do ensino. Para contextualizar a importância da elaboração do currículo e a seleção dos conteúdos, Brígida e Ramos traçam comentários, falando que:

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) dá suporte para os municípios criarem seus currículos de acordo com sua realidade, principalmente em escolas do campo, que é o caso da educação ribeirinha (BRIGIDA; RAMOS, 2020, p. 204).

Sendo assim, para a compreensão do planejamento das aulas, faz-se necessário verificar se os conteúdos oferecidos nas comunidades ribeirinhas do rio Purus estão de acordo com a realidade local, para que os alunos tenham uma compreensão maior do processo de ensino e aprendizagem, sendo preciso que os docentes tenham conhecimento prévio da realidade da comunidade, onde irão realizar suas atividades laborais. Nesse sentido, Lopes e Macedo (2011) consideram como necessidade primordial que os conteúdos propostos nos currículos sejam definidos, como saberes e formas culturais. Munhoz (2019, p. 426) apresenta que: “Atrelar tal noção à docência implica abarcar tanto o movimento do currículo quanto o de um corpo que se dispõe a ensinar e aprender”. Seguindo essa linha de raciocínio, Brígida e Ramos falam da necessidade de um currículo diferenciado para as comunidades ribeirinhas, em virtude da realidade sociocultural, que a comunidade vive.

> A necessidade de um currículo ribeirinho é de extrema importância e urgência, já que as práticas pedagógicas que se aplicam a uma realidade urbana, nem sempre são adequadas à realidade ribeirinha, pois o currículo urbano não atende às necessidades de quem mora em uma comunidade rodeada por rios. As culturas, costumes e práticas socioculturais são diferenciados, e encontram-se em realidades opostas (BRIGIDA; RAMOS, 2020, p. 204).

Os professores realizam o planejamento das aulas de acordo com a realidade das comunidades. Porém, os conteúdos das aulas são os propostos no livro didático, com adaptações da realidade encontrada em cada comunidade. Nesse aspecto, para o embasamento da análise dos conteúdos, trabalharemos com as publicações de Bardin (2008), que realiza trabalhos voltados para avaliação dos conteúdos propostos em planejamentos, com a valorização das diversidades culturais.

Além disso, os conteúdos selecionados são de fundamental importância para a permanência e êxito dos alunos, por esse motivo o momento do planejamento deve ser de reflexão sobre a seleção dos conteúdos que serão ministrados. Freire complementa que:

> Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo

> de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção de saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 2015, p. 24).

Sendo assim, respeitando as tradições culturais e planejando no momento em que os docentes tiverem conhecimentos e contato com as pessoas das comunidades, os alunos irão trabalhar, mesmo porque é difícil imaginar um planejamento de aulas sem o conhecimento do ambiente de trabalho.

Ainda nesta perspectiva do planejamento, os professores precisam organizar seus objetivos e se torna impossível a organização dos objetivos sem o conhecimento da escola, do ambiente, da cultura e dos alunos. Sendo assim, Bourdieu comenta que:

> Tendo que preparar seus alunos para responder a problemas escolares, os professores são levados a organizar de antemão seus objetivos segundo a organização que seus alunos deverão reencontrar a fim de responder este problema (BOURDIEU, 2007, p. 215).

Nesse sentido, Arroyo e Fernandes (1999) afirmam que a educação oferecida aos moradores das comunidades tem que ser pensada e planejada em uma linha de raciocínio voltada para as atividades comunitárias. Não é viável que o currículo priorizado na cidade seja o mesmo ministrado nas comunidades ribeirinhas e rurais. Sendo assim, para relatar o contexto educacional, comentando sobre as escolas rurais, como configuração sócio histórica da inserção social, Souza e Meireles enfatizam que:

> As escolas rurais, de modo geral, desde o seu surgimento, centram-se num modelo de educação com princípios e políticas voltadas para a educação urbana. Trata-se, pois, de uma lógica urbana transferida para a escola rural, atentando para uma perspectiva que desconsidera o contexto rural e a cultura local. Neste sentido, a educação rural, foi e ainda hoje, é marcada por uma visão urbana-centrada que desvaloriza, desqualifica e por vezes negligencia as especificidades e singularidades do espaço rural (SOUZA; MEIRELES, 2014, p. 72).

Na contextualização das abordagens sobre ensino, aprendizagem e estratégias que poderão ser fundamentais no momento das escolhas dos conteúdos sobre a formação do professor reflexivo, Schön relata que:

> A estratégia de ensino baseada no saber escolar é análoga à estratégia e concepção do conhecimento implícitas na vaga atual de reformas educativas. Uma mensagem é difundida do centro para a periferia através de uma lógica de comunicação e de controle. O conhecimento emanado do centro é imposto na periferia, não se admitindo a sua reelaboração. De facto, quando o governo procura reformar a educação, tenta educar as escolas, do mesmo modo que estas procuram educar as crianças (SCHÖN, 1995, p. 82).

A partir dos embasamentos teóricos mencionados, em que defendem seus pontos de vistas sobre a educação levada para os jovens fora do domicílio urbano, e com a proposta apresentada sobre os conteúdos educacionais, diferentes dos ministrados nas aulas da zona urbana, embasamo-nos em trabalhos publicados por (LOPES, 2004, 2006, 2012, 2013; LIMA, 2013; RIBEIRO, 2016; PINHEIRO, 2009; PIONTKOVSKY; GOMES, 2012; PACHECO, 2013; LOPES; MACEDO, 2009; MACEDO; AMORIM, 2008; LOPES; MACEDO, 2011; SOUZA, 2011; MUNHOZ, 2019). Sendo assim, Schön (1995, p. 88) comenta que: “Todo o processo tem envolvido uma reflexão coletiva sobre a prática do sistema escolar e tem tido grande impacto nos professores”. Portanto, o planejamento precisa da participação da comunidade, para que o professor possa alcançar os objetivos propostos do ensino oferecido aos alunos das comunidades ribeirinhas, havendo troca de aprendizagem entre ambos e respeito às diversidades culturais.

Os planejamentos das aulas acontecem em dois momentos distintos, sendo o primeiro momento, após a contratação dos professores para o ano letivo corrente, que é realizado na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR). Nesse primeiro momento, são apresentados os objetivos, metas e planos de ação, para o início dos trabalhos do ano letivo. Esse planejamento é coletivo e construído com a equipe pedagógica da secretaria. Nesse sentido, Ferraz reforça a importância da participação dos envolvidos para a construção do planejamento coletivo.

> Reforça-se que a ideia de que o planejamento pedagógico deve se referir a um projeto geral de investigação, construído no coletivo, dado que diz respeito a todas as forças que constituem a prática pedagógica, e se fazem presentes nos múltiplos atravessamentos na organização escolar (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 220).

No segundo momento, o planejamento é realizado nas escolas polos e, após os professores estarem acomodados nas escolas, os mesmos conhecerem os alunos e a comunidade aos quais foram destinados. Nesse contexto, os planejamentos são mais específicos com a realidade da comunidade e dos alunos. Assim, as experiências são compartilhadas entre os professores para que os saberes possam alcançar êxito. Ao comentar sobre o planejamento compartilhado, Ferreira comenta que:

> Então faz-se necessário a opção pelo planejamento compartilhado como um momento de formação. Tanto para compartilhar as experiências entre educadores, como compartilhar os conhecimentos em momentos de diálogos e planejamentos coletivos a fim de possibilitar aos educandos o acesso com criticidade aos saberes produzidos historicamente (FERREIRA, 2010, p. 119).

O segundo planejamento é compartilhado entre os professores de cada polo e realizado durante uma semana. Assim, os docentes ficam hospedados na escola polo para facilitar os trabalhos da secretaria, devidos ao problema da logística do município. São 13 polos espalhados pelas zonas rurais e ribeirinhas do município de Lábrea (RELATÓRIO SEMEC, 2018).

A escola polo é escolhida pela sua centralização entre as comunidades que podem atender os professores durante o planejamento de aulas. A secretaria é a responsável pela condução dos coordenadores de polos até a escola escolhida e também pelo transporte e alimentação dos professores. O planejamento tem duração de uma semana e é o momento de conversar sobre a realização das atividades do ano letivo, relatar as dificuldades e os desafios que os professores irão enfrentar nas comunidades.

Em virtude das dificuldades de logística, custo das despesas de locomoção de servidores e do calendário especial de 08 meses para as comunidades, somente são realizados dois momentos de planejamento durante o ano letivo, sendo o primeiro anual, e o segundo dividido por bimestres (RELATÓRIO SEMEC, 2018). O professor fica responsável por planejar as atividades semanais e acompanhar o andamento do planejamento anual.

Segundo Martins (2015, p. 206), que realizou pesquisa nas escolas rurais e ribeirinhas do Vale do Juruá no Estado do Amazonas, “o professor ministra aulas de segunda a sábado, tendo apenas o domingo para realizar o planejamento das suas

atividades”. Essa informação é idêntica em todas as cidades do Estado do Amazonas, pois, como havia observado o calendário escolar de 2019, das comunidades rurais e ribeirinhas do município de Lábrea, foram programados 31 sábados letivos, para atender os 200 dias de aula, demonstrando que precisam utilizar o domingo para o planejamento semanal.

Os conteúdos ministrados nas escolas das comunidades ribeirinhas são os mesmos ofertados aos alunos da zona urbana, obedecendo ao cronograma educacional do livro didático. Nesse sentido, Brígida e Ramos fazem uma reflexão sobre a importância de vivenciar e diferenciar os conteúdos dos livros didáticos aproximando da realidade socioambiental existentes na comunidade, relatando que:

> Assim, a práxis educativa na escola ribeirinha é ultrapassar os conteúdos de português, matemática, história, geografia e demais disciplinas; é vivenciar as práticas socioculturais existentes na região e explorá-las, aproximando o aluno à sua realidade, sabendo que aquele conteúdo também é uma forma de conhecimento e necessita ter visibilidade (BRIGIDA; RAMOS, 2020, p. 205).

Os professores fazem adaptações de acordo com o ambiente em que estiverem trabalhando, aproveitam os ambientes naturais, para que os alunos possam compreender os assuntos ministrados em sala de aula, com dinâmicas pedagógicas que possam contemplar nos arredores da escola. Sendo assim, Gontijo destaca que:

> Destacamos que aqui não consideramos que a educação teria que ser diferente. Não há dever ser, não há perspectiva moral. Não há aonde se chegar, apenas experimentar lugares diferentes no campo educacional. Não há uma pré-definição do que será a utilidade, aplicabilidade da educação (GONTIJO, 2007, p. 102).

Os professores, para realizarem as adaptações dos conteúdos, precisam conhecer o ambiente, os alunos, os comunitários e realizar as atividades integradas aos conteúdos, aproveitando a vivência e experiência dos alunos, sobre o que se pode realizar nas aulas, sem sair da realidade vivida por eles na comunidade.

De acordo com Bardin (2008, p. 33), “parece difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois que, à primeira vista**”.** Por isso é importante o

planejamento na comunidade, após a estada do professor no local de trabalho. Isso posto, Munhoz acrescenta que:

> Assim, nenhuma atividade de pensar se dá em um lugar exterior ao próprio pensar, de modo que, nada adianta um professor organizar a sua prática, universalizando o que é útil, necessário e moralmente correto aos seus alunos, se ele não se fizer capaz de permitir que seus alunos se conectem a encontros e experiências intensivas, fazendo uso pleno das potências do seu pensamento. Contudo, não há nenhuma garantia de que os esforços daquele que ensina se converta em um pensamento ativo do aprendiz. O que podemos supor, tão somente, é que um ensinar vigoroso, ético e potente envolve um laborioso trabalho de pensamento, o qual, obviamente, não pode ser automaticamente replicado (MUNHOZ, 2019, p. 436).

Com relação ao ensino, os alunos não têm a mesma percepção de aprendizagem nivelada. Já foi comentado que os professores lecionam com séries e idades diferentes na mesma turma, o que caracteriza e compromete o trabalho do professor devido aos outros afazeres que estão atribuídos a sua responsabilidade na escola. Seguindo essa linha de pensamento, Oliveira, Santos e Souza comentam sobre a elaboração do planejamento para as salas multisseriadas, questionando que:

> Assim, elaborar um planejamento para classes multisseriadas exige muito da escola, em especial do coordenador, mais ainda do professor. É preciso atentar-se para as necessidades dos alunos, a elaboração das atividades as quais se destinam a eles, diversificando-as na perspectiva em atender a todos os educandos, em meio às suas idades, conhecimentos e séries distintas (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017, p. 77).

Sendo assim, Gontijo (2007, p. 105) alerta que: “Pode-se ocorrer um efeito retardado, o tempo de cada aluno não é o mesmo da aula, da exposição do conteúdo. O que provoca afetamentos em uns, não é o mesmo que em outros alunos”. Em uma sala de aula multisseriada essa situação é muito comum, até porque o professor atende a diferentes séries, com conteúdo de acordo com a série do aluno. Para elucidar ainda mais esse diálogo, Gontijo (2007, p. 108) conclui que “existe um conteúdo professor a ser apresentado aos alunos na qualidade de presença com o que coloca diante deles”. Pode-se observar que o professor se torna um conteúdo de esperanças para os alunos, mas que tem atribuições a mais, que impede de melhorar cada vez mais na profissão docente. Munhoz (2019, p. 429)

acrescenta que “de um lado, aquele que representa e interpreta o saber; de outro, aquele que conduz ou guia o outro”. Sendo assim, para complementar a fala de Munhoz, Teruya, et al comentam que:

> Diante da dificuldade de aprendizagem dos alunos em relação aos das escolas seriadas, dos altos índices de repetência e evasão e da má formação de professores nas escolas brasileiras, há uma tentativa de reverter esse quadro para consolidar uma estratégia de melhorias nas escolas rurais (TERUYA; et al. 2013, p. 569).

No contexto, está presente a relação professor/aluno/professor, por haver a expectativa de o aluno olhar o professor, projetando o futuro para o desenvolvimento da comunidade, e essa melhoria perpassa exatamente pela consolidação do ensino e aprendizagem nas escolas ribeirinhas do rio Purus.

Dentro desse contexto social da relação professor/aluno/comunidade, pode-se imaginar a importância das escolas nas comunidades rurais e ribeirinhas do município de Lábrea/AM, como o ambiente que possibilita a transformação social da comunidade.

> É importante salientar que, mesmo com todos os equívocos e descasos, a escola rural ainda é, referência importante para a possibilidade de transformação e mudança nas condições de vida para uma parcela significativa da população rural (SOUZA; MEIRELES, 2014, p. 75).

Esse fato é percebido nitidamente, durante a pesquisa de campo, quando os pais comentam sobre importância da escola nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, que possibilita aos filhos aprender a ler e escrever, pois os mesmos não tiveram a mesma sorte e falam da escola com bastante orgulho.

3.2 A seleção dos professores para comunidades ribeirinhas

Durante as entrevistas realizadas com os professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus e com os coordenadores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), no ano de 2021, perguntei aos profissionais da educação do município “como era realizada a seleção de professores para lecionar nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea”, e verifiquei que não é

realizado processo seletivo simplificado (PSS), para contratação dos professores, como rege a Lei N 915, de 15 de dezembro de 2011, que:

> Dispõe sobre a **contratação** de **professores**, por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1989, grifos nossos).

As contratações dos professores, em sua maioria, são por indicação política, através de encaminhamento de currículos à secretaria de educação, para que seja avaliada a capacitação profissional e o professor possa ser contratado pelo período do ano letivo para atender a comunidade, fato em que o político obteve uma votação expressiva.

Essa atitude é para demonstrar aos comunitários que o político está honrando o compromisso firmado na comunidade, durante o período de campanha eleitoral. Na realidade, é um mecanismo para controlar e manter a base eleitoreira na comunidade e garantir os votos dos eleitores nas próximas eleições. Para elucidar esse argumento, Oliveira cita Foucault, para explicar a arte de governar como forma de controle do indivíduo, comentando que:

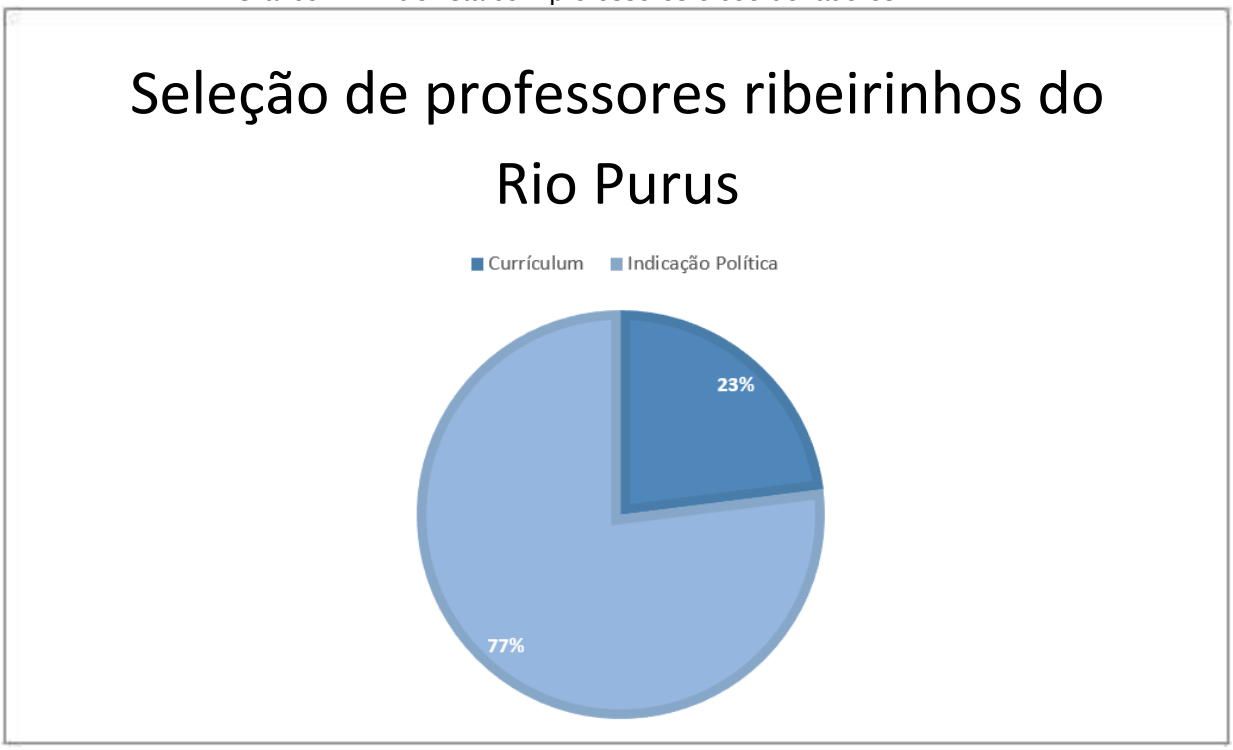
> As “técnicas de si”, exercidas a partir de uma “estética da existência” tem referência tanto numa arte de governar os outros, no exercício de seu poder, como uma arte de governar a si mesmo, na prática da liberdade. A partir da noção de “regiões da experiência”, Foucault nos permite pensar que os indivíduos, no processo de constituição de si mesmos enquanto sujeitos de uma experiência, encontram maneiras diferentes de agir com relação ao “código de ação”. O indivíduo é levado a se transformar em sujeito moral da sua conduta (OLIVEIRA, 2014, p. 92).

Segundo Reis (1977), essa forma de controle era denominada na Amazônia como coronel de barranco[21], na qual as pessoas que estavam no poder usavam do prestígio e influência, para controlar a política, a população e a região. Situação ainda presente nas escolhas dos professores, para trabalhar nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea/AM, como é demonstrado no resultado

[21]Termo **coronel de barranco** mantém o mesmo **significado** do restante do país: pessoa que manda na região e dita as regras, delegando funções em meio à floresta.

da pesquisa no gráfico a seguir, para observar a forma de controle, do poder político local, com as comunidades e os profissionais da educação.

Gráfico 1 - Entrevista com professores e coordenadores.



Fonte: Fábio Lima, 2022.

Foram entrevistados coordenadores e professores, os quais afirmaram que a contratação é por meio de orientação política e comentaram que é através de curriculum vitae, que são entregues aos políticos locais. Sendo assim, mesmo que os entrevistados afirmassem que a seleção de professores é realizada através de seleção por currículos, procurei os editais de seleção de professores, nos meios de comunicação, nas redes sociais, no site da prefeitura, site da Câmara de Vereadores e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Amazonas, para verificar a publicidade dos editais, para que todos os profissionais, com formações docentes pudessem participar do processo seletivo simplificado de forma igualitária e fossem selecionados de acordo com sua capacidade profissional, e não consegui localizá-los.

Na contratação por currículo, o político (prefeito, vice-prefeito, vereadores e secretários municipais) recebe e indica o currículo vitae do candidato para que a SEMEC realize a contratação, e não existe a publicação de edital do processo

seletivo simplificado, com vagas destinadas para cada comunidade e com os critérios de contratação. Inclusive o último edital publicado foi do concurso em 2008.

Sendo assim, o filósofo e professor Dalmi Alcântara, que desenvolveu uma pesquisa sobre ética e profissionalização docente, comenta que:

> As reflexões relacionadas ao resgate e desenvolvimento de princípios e fundamentos éticos, a qualidade da educação, sua função e fundamentos, que impulsionaram e deram sentido a essas e muitas outras questões envolvendo o trabalho dos profissionais que atuam na atividade educacional (ALCÂNTARA, p. 17, 2016).

Reservei-me a não publicar os nomes dos entrevistados, para evitar retaliações com os profissionais que nos concederam as entrevistas, mesmo que todos tenham assinado o termo de consentimento. Optei pela questão ética e para preservar o trabalho dos servidores.

A seleção de professores para lecionar nas zonas rurais e ribeirinhas do município de Lábrea é realizada através de indicações políticas, na maioria das vezes são os vereadores que encaminham os currículos dos professores para a Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC), mas com as denominações de contratações determinadas, para que seja realizada a seleção dos professores, ou seja, a seleção já foi realizada previamente pelo político que indicou, o encaminhamento do currículo vitae é somente para verificar se o docente apresenta os requisitos mínimos para a função. Vale ressaltar que os professores são contratados apenas para cumprir o período do ano letivo, que são oito meses de aulas com o contrato equivalente ao ano acadêmico.

As práticas políticas de controle comunitário, que demonstra ser uma forma de manter em evidência o nome do político que indicou o professor à comunidade, ficam lícitas à vigilância e ao controle do poder político sobre as comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea.

Essa prática de controle político é constante, pois existem mecanismos para contratação de profissionais para prestar serviços em órgãos públicos. Para Bourdieu, essa situação é uma forma de conduzir o poder econômico e político dentro das instituições de ensino, argumentando que:

> Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em

> particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU, 2007, p. 223).

O correto, pelo Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, é realizar processo seletivo simplificado, para contratação temporária, com ampla publicação do edital, para que as pessoas com formação exigida pela Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, possam concorrer dignamente às vagas disponíveis no edital. O processo seletivo simplificado poderia ser semelhante ao oferecido pela SEDUC, com contrato de 24 meses, podendo renovar por mais 24 meses, e o professor que trabalhou durante os 48 meses ainda ganhar experiência para participar do próximo edital de seleção de professor para lecionar nas comunidades como professor presencial, contando pontos em um dos itens do edital (RELATÓRIO SEDUC, 2018).

No ano de 2002, foi realizado concurso público municipal na cidade de Lábrea, com 200 vagas para professores do ensino fundamental, sendo distribuídas 100 vagas para a cidade e mais 100 vagas para as comunidades rurais e ribeirinhas. Porém, atualmente, nas comunidades rurais e ribeirinhas, só existem 04 professores concursados com regime de trabalho efetivo, o que dificulta a conclusão do trabalho com as turmas, devido à rotatividade de professores a cada ano letivo.

4 O PROFESSOR NÔMADE: CONCEITOS E TEORIAS

Às vezes a felicidade demora a chegar
Aí é que a gente não pode deixar de sonhar
Guerreiro não foge da luta e não pode correr
Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer

(Xande de Pilares; Gilson Bernini; Carlinhos Madureira, 2009).

Neste capítulo, apresento o resultado da pesquisa documental, para fazer o diagnóstico dos motivos que me levaram à pesquisa sobre os professores nômades, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Sendo assim, analisei os processos seletivos para contratação de professores, tempos de contratos, mudanças constantes de comunidades e as formações desses profissionais que foram contratados para trabalhar com ensino nas comunidades.

Para contextualizar esse capítulo, busquei referências em Marconi e Lakatos (2018, p. 53). Na concepção desses autores, a "característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias". Seguindo essa linha de raciocínio e, contribuindo para melhor elucidar as narrativas, Fachin (2017, p. 137) define que a "pesquisa documental corresponde a toda a informação coletada, seja de forma oral, escrita ou visualizada". Através dessas orientações metodológicas, realizei levantamento do processo de seleção para contratação dos professores, pela prefeitura municipal de Lábrea e o Estado do Amazonas, para observar se ocorreram muitas mudanças de professores em comunidades distintas, pois acredito que a continuidade da metodologia e profissionalismo contribui para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem (VASCONCELOS; PRAIA; ALMEIDA, 2003; ALMEIDA; GRUBISICH, 2011).

Analisando o contexto histórico do rio Purus, essas ações para levar o ensino às comunidades ribeirinhas ajudaram, mas ainda não são suficientes, devido à falta de profissionais para trabalhar nas comunidades. Por isso, analisei os meios de contratações desses profissionais do ensino, pois muitos que aceitam lecionar nas comunidades não apresentam formação superior completa, ou ainda estão cursando, sendo contratados para suprir a necessidade de profissionais. Sendo assim, Parente faz uma observação sobre a formação dos professores e a ineficiência das instituições que oferecem cursos de ensino superior na formação docente, que não preparam os professores para a realidade do cotidiano, declarando que:

> Muitos professores saem dos cursos de licenciaturas sem saber da existência de turmas multisseriadas. Isso é corroborado pela evidência empírica de que os cursos de formação de professores nas várias instituições de ensino superior brasileiras sequer tratam da questão, seja do ponto de vista político-legal, seja do ponto de vista metodológico (PARENTE, 2014, p. 64).

E nesse contexto, os professores que lecionam na modalidade de ensino multisseriada enfrentam uma realidade de precisar lidar com alunos de idade e séries diferentes, em um mesmo ambiente, e com professores que ainda não apresentam experiência na docência, mas que são responsáveis em ensinar os componentes curriculares de acordo com a série do aluno (OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2017; PARENTE, 2014; TERUYA; ET AL, 2013; REIS, 2012; SILVA, 2012; ANDRADE; ANDRADE, 2011).

Logicamente, também encontrei professores experientes e que realizam o trabalho de acordo com o cronograma de atividades destinadas pelas secretarias. Um exemplo são os professores presenciais do Ensino Médio Mediado por Mídia, ofertado pela SEDUC/AM em parceria com a SEMEC/LBR (PIRES, 2015). Esses, para serem aprovados no Processo Seletivo Simplificado, precisam apresentar diploma de ensino superior, pois, como professor presencial, ele é responsável por tirar as dúvidas dos alunos.

Nesse âmbito, a pesquisa documental e análise das fontes, juntamente com as abordagens teóricas, contribuíram para elucidar este capítulo com êxito e responder ao objetivo geral e aos específicos.

4.1 Os desafios de lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus

Para iniciar os trabalhos sobre a questão dos locais onde os professores vão ministrar suas aulas e, dialogando com os objetivos da pesquisa, é preciso entender os esquemas a serem percorridos pelos professores e os impactos culturais que vão enfrentar ao longo do ano letivo. Para tal compreensão, Laraia explica que:

> O Homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (LARAIA, 2014, p. 45).

Como havia comentado anteriormente, os docentes enfrentam desafios para trabalhar nas comunidades, com compromisso de levar ensino e aprendizagem aos jovens (WEISZ, 2002). Seguindo essa linha de raciocínio e enfatizando a importância do aprendizado, Chartier (1990, p. 151) enfatiza que: “Saber ler é outra coisa, que não é apenas poder decifrar um único livro, mas mobilizar, com utilidade ou por prazer, as múltiplas riquezas da cultura escrita”. Para o trabalho dos professores, os fatores que envolvem as questões culturais são estimulados quando os resultados aparecem no desejo de aprender dos alunos.

Dessa forma, Bourdieu (2004, p. 43) defende que “A cultura é essa espécie de saber gratuito, para todos os fins, que se adquire em geral numa idade em que ainda não se têm problemas para colocar”. Os professores selecionados para lecionar nas comunidades ribeirinhas precisam respeitar as condições e tradições culturais de cada comunidade. Seguindo esse contexto de comunidade, Lira e Chaves (2016, p. 69) afirmam que “comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura”.

Para contextualizar a responsabilidade cultural das comunidades ribeirinhas, reportamo-nos a Burke (1992, p. 346) que comenta que “Os defensores da narrativa, por outro lado, são encorajados a examinar a relação entre os acontecimentos e a cultura em que eles ocorrem”. Nessa mesma perspectiva, Veiga-Neto (2003, p. 05) relata que “são dificuldades que se colocam justamente quando, em vez de escrevermos cultura e educação, passamos a escrever culturas e educação”. Nesse

aspecto, é preciso avaliar a formação dos professores selecionados para ministrar aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, para verificar o respeito cultural que precisam adaptar-se com os moradores locais, os conteúdos que serão ministrados, o calendário escolar diferenciado, tendo em vista ser uma região com suas particularidades naturais.

Nesse capítulo, dialoguei com as teorias socioeducacionais de Pierre Bourdieu, para abordar as questões sociais relevantes, com as mudanças geográficas que estão acontecendo recentemente, na qual os professores precisam adaptar-se, por uma questão de sobrevivência e interatividades com os meios tecnológicos. Porém, em virtude do contexto social das comunidades, os aspectos culturais, a valorização da identidade e a vida ribeirinha precisam ser postas durante os planejamentos, pois a diversidade regional interfere no complemento do ensino e aprendizagem dos alunos.

Para tal compreensão, apresento as abordagens teóricas da identidade cultural (HALL, 2006), para observar como foram realizadas as entrevistas com professores, alunos, comunidade e comunitários, para a compreensão do contexto social e a identificação da escola com a valorização da cultura local.

Nessa etapa da pesquisa, para alcançar os objetivos, realizei viagens ao rio Purus, na qual apliquei o processo de estudo etnográfico, observando os participantes e o ambiente comunitário das comunidades ribeirinhas, onde ficam localizadas as escolas. Sendo assim, foi aplicada a técnica metodológica da observação das ações dos alunos, professores e pais de alunos, para saber se a formação dos professores atenderá às necessidades culturais, ideológicas e sociais de ensino e aprendizagem nas comunidades. Nesse sentido, Gil explica que:

> É muito importante na pesquisa etnográfica selecionar informantes-chaves: pessoas que dispõem de notável conhecimento acerca da cultura do grupo, organização ou comunidade que está sendo estudada. O informante não precisa ser um membro proeminente do grupo. Pode ser até mesmo uma pessoa que por qualquer razão já tenha se afastado. O que interessa é que seja capaz de fornecer informações que enriqueçam o trabalho de pesquisa (GIL, 2017, p. 116).

Dessa forma, foi observado se a formação dos professores é adequada para que o ensino e aprendizagem seja o ponto fundamental da valorização do

espaço em que a escola seja um ambiente que produza conhecimento e também trocas de conhecimentos.

Para tanto, analisei a formação de professores na perspectiva reflexiva defendida por Donald Schön, que apresenta vasta abordagem de ações que o professor precisa observar, no contexto do ensino e aprendizagem, para não perder o foco. As atividades são formas de avaliar o desempenho e aprendizagem dos alunos, como relata o autor:

> O que pode ser feito, creio, é incrementar os practicum reflexivas que já começaram a emergir e estimular a sua criação na formação inicial, nos espaços de supervisão e na formação continuada. Quando os professores e gestores trabalharem em conjunto, tentando produzir o tipo de experiência educacional que tenho estado a descrever, a própria escola pode tornar-se num practicu reflexiva para os professores. Deveríamos apoiar os indivíduos que já iniciaram este tipo de experiências, promovendo os contatos entre as pessoas e criando documentação sobre os melhores momentos da sua prática (SCHÖN, 1995, p. 91).

Nessa reflexão, o autor estimula as trocas de experiências, que são fundamentais, pois os relatos de quem vivenciou um período e produziu documentos comprobatórios devem servir como orientação de futuros professores que vão lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Ainda nessa perspectiva, Freire (2014, p. 33) comenta que “Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”. Sendo assim, essa reflexão é de fundamental importância para os professores selecionados para lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, para compreender o movimento da comunidade.

Para tanto, seria muito importante que os gestores pudessem solicitar relatórios das comunidades e montar um dossiê, para quando o professor em formação tivesse que se deslocar para uma comunidade, realizasse estudo preliminar do que vai enfrentar na comunidade. Seguindo essa linha de raciocínio, Bourdieu (2007, p. 215) comenta que: “Não há professores que não estejam obrigados a ter em conta a situação e a função pedagógica no tocante à elaboração de seu discurso professoral e, muitas vezes, de toda sua obra”.

Dessa maneira, a formação dos professores selecionados para lecionar nas comunidades ribeirinhas precisa respeitar os aspectos sociais das comunidades e

culturais, pois existe uma diferença para quem mora na cidade e em zonas afastadas das cidades, como rurais e ribeirinhas.

Da mesma forma que os comunitários e alunos aprendem com os professores, os professores precisam aprender a viver nessas comunidades, vivenciando o cotidiano dos comunitários.

Para elucidar melhor sobre o que pode ser definido como ensino e aprendizagem, para os alunos, o professor reflexivo precisa valorizar os conhecimentos dos alunos antes de ele iniciar sua vida acadêmica e, para os professores que lecionam em áreas ribeirinhas, isso é fundamental, pois as crianças desses ambientes se tornam independentes cedo. Ainda assim, Telma Weisz apresenta argumentos importantes que precisam ser valorizados na formação docente, para a valorização do conhecimento cultural, ou a identidade cultural.

> Para que o aluno possa pôr em jogo o que sabe, a escola precisa autorizá-lo e incentivar seus conhecimentos e experiências anteriores fazendo uso deles nas atividades escolares, o processo de ensino deve dialogar com o de aprendizagem (WEISZ, 2002, p. 67).

Nesse caso, como estou trabalhando com a metodologia etnográfica, esse conhecimento prévio dos alunos e a aprendizagem do ambiente pelo professor são fundamentais para o desenvolvimento educacional.

4.2 Planejamentos do calendário escolar sazonal

O calendário escolar precisa obedecer aos fenômenos naturais, pois, no Estado do Amazonas, existem invernos longos e períodos em que o verão é muito intenso e chega a deixar comunidades isoladas, devido às secas. O rio Purus faz parte do percurso das águas que inicia seu curso nas Cordilheiras dos Andes, no Peru, e deságua no rio Amazonas (SILVA, 2010; FERRARINI, 2009; TOCANTINS, 1982).

Como o rio Purus tem comunidades que moram na terra firme e áreas de várzeas, o fenômeno do rio interfere diretamente no calendário escolar, também no transporte das merendas escolares, pois, quando o rio está muito cheio, facilita a navegação, mas compromete o início das aulas. Quando o rio fica seco, a navegação fica comprometida devido aos bancos de areia. Nesse sentido, Vasconcelos explica que:

> O fenômeno da cheia dos rios é um fator que interfere diretamente no desenvolvimento do processo educativo, provocando mudanças na organização pedagógica e curricular, que tem início com elaboração do calendário escolar, que deve adequar-se às condições climáticas do lugar, passando pela atividade docente do professor e pelo planejamento das atividades curriculares (VASCONCELOS, 2017, p. 160).

Para complementar a respeito das condições climáticas, Brígida e Ramos comentam que o ajuste do calendário escolar é uma conquista da educação ribeirinha, porque precisa ser planejado de acordo com as mudanças naturais, afirmando que:

> No contexto da educação ribeirinha amazônica, alguns avanços foram alcançados, como exemplo, o ajuste do calendário escolar diferenciado, de acordo com a realidade amazônica, que se relaciona ao ciclo das águas e aos períodos de enchente e vazante dos rios (BRÍGIDA; RAMOS, 2020, p. 204).

As populações que moram nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, geralmente sofrem com invernos longos e verões intensos, com secas que chegam a deixar comunidades isoladas de acesso aos atendimentos essenciais de saúde, educação e abastecimento (SILVA, 2012; FERRARINI, 2009, 1985).

Nesse sentido, o calendário escolar do ano letivo precisa obedecer a esses fenômenos naturais, pois os acessos às comunidades são pelo rio e a necessidade de atender os alunos vai depender muito de como foi o inverno, ou está sendo o verão. Por isso, o calendário é planejado após o início das aulas na sede municipal. É um calendário diferenciado e que é planejado de acordo com o andamento dos fenômenos naturais.

No calendário de 2019, para atender o ensino nas zonas rurais e ribeirinhas do município de Lábrea/AM, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR), este apresenta duas datas do calendário letivo, sendo primeiro o início do ano escolar iniciado no dia 12/04/2019. O início do ano letivo nas escolas das comunidades rurais e ribeirinhas aconteceram no dia 24/04/2019 (CALENDÁRIO ESCOLAR SEMEC/LBR, 2019).

Essas disparidades de datas são em função do período de ajustes e preparação dos professores selecionados para lecionar nas comunidades citadas,

sendo que entre os dias 15 a 23/04/2019, é realizado o planejamento pedagógico, com a participação dos professores e coordenadores de polos.

Para o cumprimento do ano letivo, o calendário escolar de 2019 foi adaptado com 31 sábados letivos para completar os dias e horas do ano letivo, completando o ano letivo com 200 dias ou 800 horas. Assim, o ano escolar finaliza suas atividades com 210 dias de trabalho (CALENDÁRIO ESCOLAR SEMEC/LBR, 2019). De acordo com parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), o ano letivo deve ser cumprido como determina a Lei Nº 9.394/96, recomendando que:

> O mínimo de duzentos dias deverá ser rigorosamente cumprido, mesmo se disso implicar defasagem entre o ano letivo e o ano civil. Para reverter essa possível defasagem utilize dias normalmente não ocupados com o efetivo trabalho escolar, como períodos de férias e/ou sábados e domingos (BRASIL, 2002).

Nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, para o cumprimento do ano letivo e em virtude dos fenômenos da natureza, os professores, além de ministrar aulas em 31 sábados letivos, não têm direito ao recesso escolar no mês de julho, para atender o que determina a Lei.

Com relação à diferença entre o término do ano letivo e do ano escolar, isso se dá porque os professores precisam de um tempo para finalizar seus trabalhos, lançar as notas nos boletins, preencher e entregar seus diários de classe, fazer o relatório do período em que ficou hospedado na comunidade e aguardar o barco/motor passar recolhendo os professores para retornarem às suas residências na cidade de Lábrea.

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA COVID-19 PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO PURUS

É dia de sol, mas o tempo pode fechar
A chuva só vem quando tem que molhar
Na vida é preciso aprender
Se colhe o bem que plantar
É Deus quem aponta a estrela que tem que brilhar

(Xande de Pilares; Gilson Bernini; Carlinhos Madureira, 2009).

A pandemia do SARS-COV-2 (MAXIMIANO; FRANCO, 2020), (OLIVEIRA, 2020), (FURLIN, 2020), (VIRGINIO, 2020), (GUEDES, 2020) assombrou o mundo e chegou nos lugares mais longínquos possíveis, causando tristeza, dor, medo e preocupação. Por onde passava, contaminava a população, todavia, os cientistas estavam se empenhando em pesquisas, para desenvolver substância epidemiológica de prevenção e combate ao vírus da COVID - 19.

De acordo com Françoso (2020, p. 76): “Vindos do mundo selvagem, os coronavírus adentraram a vida humana tendo sido tomados como invasores do mundo biológico”. Todos foram surpreendidos pela rapidez e a forma de contágio em que os vírus se proliferam. Sendo assim, Olivar (2020, p. 112) afirma que: “A estratégia oficial é o isolamento e a domesticidade”, situação comum de isolamento dos moradores das comunidades ribeirinhas do rio Purus.

A forma de evitar a proliferação do vírus da COVID - 19, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), era com o isolamento social, uso de máscaras, álcool em gel e lavar sempre as mãos com água e sabão (FRANÇOSO; OLIVAR; NAKAMURA; SILVA; ROCHA; CARDOSO; BANDEIRA NETO; MAXIMIANO; FRANCO, 2020). Outra forma de evitar o contágio era se distanciar de pessoas que não faziam parte do seu convívio social, evitando a circulação de pessoas e o contato físico.

Seguindo as orientações repassadas pela OMS, em Lábrea, as autoridades locais apresentaram as diretrizes necessárias, para tentar evitar a proliferação do vírus, como explicam os autores a seguir:

> Em Lábrea/AM, assim como em todo o estado do Amazonas, a recomendação central é manter o isolamento social para conter a disseminação do vírus. O governo municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), seguindo as diretrizes do Governo do Estado do Amazonas que instituiu o Decreto nº 42.061, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo Coronavírus (2019-n CoV)", prontamente adotou medidas de contenção e monitoramento visando barrar a chegada do vírus ao município (MAXIMIANO; FRANCO, 2020, p. 207).

Mesmo assim, existia uma preocupação com as comunidades ribeirinhas, rurais e populações indígenas do município, pois as pessoas precisavam se abastecer de alimentos comprados nos comércios da cidade e, para a aquisição de alimentos, é necessário o deslocamento da comunidade até a sede municipal, saindo do isolamento e correndo o risco de levar o vírus para as comunidades.

Vale ressaltar que teoricamente os moradores das comunidades já viviam isolados superficialmente. Sendo assim, Laraia (2020, p. 322) descreve que: "preocupo-me, em particular, com as nossas populações indígenas, desprovidas da resistência necessária para enfrentar o terrível vírus que ameaça a humanidade". Seguindo essa preocupação, Maximiliano e Franco relatam a situação de como os indígenas do município de Lábrea/AM, foram criando mecanismos de defesas, para se proteger do contágio do vírus da COVID – 19, salientando que:

> Como os órgãos do governo não fazem efetivamente ações para conter a entrada de não-indígenas, os próprios indígenas têm criado estratégias para garantir, à sua maneira, o isolamento social e combate ao vírus. Os Jarawara, por exemplo, estão se isolando e entrando mais para mata, criando aldeias em locais mais distantes. Os Apurinã, estão criando barreias nos ramais de acesso a TI Caititu (MAXIMIANO; FRANCO, 2020, p. 210).

Essa preocupação é pertinente, tendo em vista a fragilidade da população indígena com doenças contagiosas. A movimentação naquele momento não era recomendável pelas autoridades locais e pelo protocolo de segurança da OMS (MAXIMIANO; FRANCO, 2020).

Nesse sentido, Nakamura e Silva apresentam a forma de prevenção da contaminação do vírus de COVID - 19, por meio das orientações apresentadas a

sociedades e divulgadas pela mídia, e também pelas autoridades em saúde pública mundial, com:

> O enfrentamento à Covid-19 impõe o isolamento social, o distanciamento físico e a restrição à mobilidade das pessoas como medidas fundamentais para evitar a rápida disseminação do vírus e o crescimento no número de casos da doença (NAKAMURA; SILVA, 2020, p. 161).

Atendendo às orientações durante o período da pandemia, os ambientes onde circulam grande quantidade de pessoas teve que ser isolado, e as famílias precisaram ficar em suas casas cuidando dos seus entes queridos, pois o contágio do coronavírus levava as vítimas ao óbito muito rápido, e a ciência ainda não havia descoberto os meios científicos de combater a proliferação do vírus.

Com as medidas de restrição ao contato social, as escolas do mundo inteiro foram obrigadas a suspender as atividades presenciais e se adaptar a novas tecnologias educacionais. As aulas foram tomando forma de educação a distância, para tentar evitar um prejuízo ainda maior para os jovens que estavam em atividade escolar. Nesse contexto, todos precisaram se reinventar, usaram tecnologias, plataformas e meios didáticos educacionais, porém não foi fácil essa mudança, como explica Suzana Cavalheiro de Jesus.

> Em épocas de Covid-19 não é possível esperar que profissionais que nunca trabalharam com educação a distância consigam fazê-lo de forma adequada. Também não é possível esperar que estudantes que não possuam bom suporte de internet, computadores com editor de texto e bons processadores consigam desenvolver suas atividades de aula (Jesus, 2020, p. 687).

Nessa situação, infelizmente, ninguém estava preparado para absorver as mudanças de oferta na modalidade de ensino a distância, mas precisavam implantar, para que os alunos não obtivessem um prejuízo educacional, ainda maior. Sendo assim, Romanelli (1986, p. 20) elucida que: “o processo de transformação do mundo e simultaneamente ao homem”, ou seja, buscaram orientação, formação e adaptação à nova modalidade de ensino, que a pandemia de COVID - 19 obrigou profissionais da educação, alunos e pais de alunos a se adaptar.

As secretarias estaduais e municipais, as escolas, os professores, os alunos e pais de alunos precisaram se preparar para encarar o novo formato de ensino que precisava ser implantado com urgência. Foi uma verdadeira avalanche de informações e formações para aprender a trabalhar com plataformas educacionais, que atendesse às aulas remotas, e que os alunos pudessem estudar de suas residências, para salvar o ano letivo.

Essa situação se perpetuou pelos anos de 2020, 2021 e no início de 2022, mas, com o desenvolvimento de vacinas de proteção contra a pandemia de coronavírus, a vida das pessoas e, consequentemente das escolas foram retomando sua normalidade gradativamente, de acordo com o quadro vacinal.

A expectativa do retorno dos alunos e professores às salas de aula foi bastante comemorada, pois percebemos as dificuldades do ensino a distância e a falta de estrutura de internet, energia elétrica, equipamentos de dados móveis e a habilidade de professores e alunos com essa nova modalidade de ensino, que precisou ser utilizada sem planejamento adequado às mudanças estruturais.

Na realidade, foi imposto de forma praticamente obrigatória, para não causar um prejuízo ainda maior no sistema educacional brasileiro. Seguindo essa linha de raciocínio, Albrecht (2020, p. 698) comenta que: “De forma semelhante, o Conselho Nacional de Educação chegou a afirmar que o ensino a distância (EaD) era a principal solução para a reorganização do calendário escolar em razão do avanço da pandemia”.

No Estado do Amazonas, não foi diferente, e os municípios amazonenses sofreram bastante com essa situação, principalmente as cidades mais distantes da capital, que ainda não têm estrutura de internet de qualidade e energia elétrica adequada para atender os moradores das comunidades rurais e ribeirinhas, conforme explica Virginio, ao comentar sobre a falta de infraestrutura e necessidade de medidas urgentes com meios de comunicação no Amazonas, devido às suas particularidades.

> Com efeito, as demandas específicas da Educação Básica, associadas à carência de infraestrutura geral na vida da população das periferias, torna urgente que o Estado tenha um planejamento que atente para os diferentes contextos em que a mesma ocorre. Como exemplo, no Estado do Amazonas, dada sua característica fluvial, já há experiências educacionais (Programa “Aula em Casa”) mediadas pelo uso do rádio e/ou da TV (VIRGÍNIO, 2020, p. 692).

A maioria das cidades do Estado do Amazonas tem o fornecimento de energia elétrica através de termelétricas, devido às particularidades do Estado, em sua estrutura logística e suas cidades serem interligadas através dos rios. Se imaginar que a região é precária de energia elétrica nas cidades, pode-se imaginar a distribuição dos serviços nas comunidades ribeirinhas e rurais dos municípios.

Além da precariedade da distribuição da energia elétrica, ainda temos bastantes locais nos quais os moradores não têm acesso à internet, o que acarretou na dificuldade das aulas remotas e que prejudicou milhares de alunos no Estado do Amazonas. Nesse sentido, a socióloga Furlin (2020, p. 694) comenta que: “A educação ficou no descaso”. Seguindo esse raciocínio, Virginio (2020, p. 691) acrescenta que: “as desigualdades educacionais no país ainda persistem”, principalmente para os menos favorecidos, que moram em comunidades distantes no Estado do Amazonas, que não dispõem de mecanismos de educação a distância para continuidade das atividades escolares, durante o período pandêmico.

No município de Lábrea, não foi diferente, pois são várias comunidades, como já foi apresentada neste trabalho, que ainda não têm energia elétrica interligada, quanto mais internet para os alunos estudarem.

O problema da pandemia da COVID - 19 também prejudicou o cronograma da pesquisa, porque as aulas nas comunidades do rio Purus foram totalmente suspensas, e fiquei sem condições de realizar a pesquisa de campo, dentro do cronograma desejado e precisei replanejar os trabalhos, para que pudesse realizar as entrevistas com os coordenadores, docentes, alunos, pais de alunos e moradores das comunidades ribeirinhas do rio Purus.

5.1 Suspensão das aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus devido a COVID - 19

No ano de 2020, havia planejado subir o rio Purus, juntamente com o barco/motor que fazia o transporte dos professores que são contratados para trabalhar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus no mês de abril, mas, devido à pandemia de COVID – 19, a viagem não foi realizada, e os alunos ficaram sem aulas presenciais e remotas durante todo o ano letivo de 2020, e até o mês de agosto de 2021, pois as recomendações de isolamento social precisavam ser respeitadas, e os

moradores das comunidades já vivem neste isolamento social, por morarem em comunidades isoladas das cidades localizadas no rio Purus.

No dia 16 de outubro de 2020, realizei uma viagem para a cidade de Lábrea/AM, na expectativa de poder conversar com os alunos, pais de alunos e moradores das comunidades ribeirinhas do rio Purus. A pandemia de COVID - 19 estava diminuindo, e pensei que seria a oportunidade de recuperar o tempo e o cronograma da pesquisa que havia planejado.

A cidade de Lábrea estava em plena campanha eleitoral, para eleições de vereadores, prefeito e vice-prefeito. Esse fato me favoreceu, pois fui bem recebido pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, que estava em campanha eleitoral, para reeleição do prefeito e vice-prefeito e de seu filho para o mandato de vereador.

Nessa viagem, consegui conversar com os coordenadores municipais e aproveitei a oportunidade para pesquisar documentos relacionados ao ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, como: mapa de matrículas, relatórios de professores que trabalharam nas comunidades ribeirinhas, relatório de distribuição de merenda escolar, planejamento da distribuição de professores por comunidades e falar também sobre as expectativas do retorno das aulas nas comunidades, com a redução dos casos da pandemia de COVID -19.

As aulas nas comunidades não chegaram a iniciar em 2020, já que o calendário acadêmico das comunidades ribeirinhas é diferenciado dos calendários acadêmicos da cidade, devido aos fenômenos naturais, enchentes longas, que impedem o início do ano letivo. Vale lembrar que o período do ano letivo é de 08 meses, devido às cheias do rio Purus e seus afluentes.

Durante as conversas, avisaram-me que as comunidades estavam sem aulas, mas que os alunos e comunitários poderiam me ajudar com as respostas dos questionários voltados para os alunos, pais de alunos e comunitários. Sendo assim, resolvemos subir o rio Purus no dia 20/10/2020.

Logicamente, os custos da viagem foram por conta do pesquisador, R$ 600,00 (seiscentos reais) de gasolina, R$ 100,00 (cem reais) de rancho. O prático e o apoio foram na base da amizade, pois meu tio pilotou a lancha e meu primo deu o apoio necessário para realizar a viagem. Vale ressaltar que minha filha, que na época tinha 09 anos de idade, foi junto, para conhecer as origens do pai.

Na comunidade da praia do Barranco do Bosque, subi e encontrei o professor fazendo a limpeza dos arredores da escola. O mesmo falou que não estava tendo aulas, mas que, como é morador da comunidade, estava cuidado da escola, para quando as aulas retornassem, os discentes a encontrasse limpa e preservada. Como demonstra a imagem abaixo, o professor está fazendo a roçagem ao redor da escola que visitamos.

Figura 6 - Professor fazendo a roçagem ao redor da escola.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

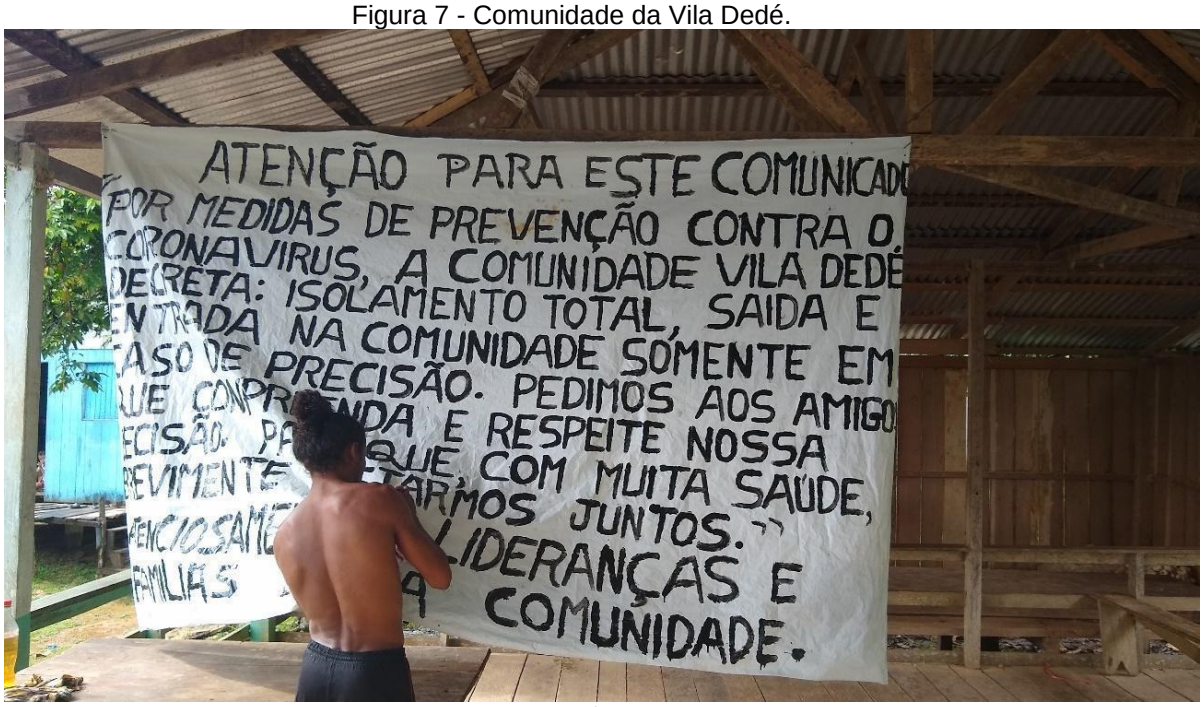
O professor parou para atender meus questionamentos, mas pediu que ficasse distante dele, pois estava com medo da pandemia de COVID – 19. Respeitei o pedido e conversei à distância de uns 10 metros, mesmo com máscaras e álcool em gel. Porém, fomos recomendados a não falar com os moradores, pois estavam isolados em suas residências, para evitar a contaminação de coronavírus na comunidade.

Segui viagem e, ao chegar à comunidade da Praia do Maciary, fui avisado pelos agentes comunitários de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lábrea/AM (SEMSA) que “os comunitários estavam evitando conversar com pessoas da cidade, pois estavam em isolamento social, em virtude da proliferação da COVID – 19, e que era melhor nós voltarmos para a cidade, pois não iríamos obter êxito na pesquisa”.

Segui com a viagem e, ao chegar à comunidade da Praia José Gonçalves, que antes se chamava Praia do Buraco, comunidade que nasci e iniciei minha vida escolar, sendo alfabetizado pela minha mãe, que com pouco conhecimento, tendo estudado no MOBRAL, ensinou a mim e minha irmã a ler, escrever e as 04 operações, descansei um pouco, almocei e despois segui viagem.

Resolvi seguir viagem, mas, ao chegar à comunidade da Praia do Capacini, encontrei com uma segunda equipe de agentes comunitários de saúde, que vinham descendo o rio Purus e avisaram para voltar, pois os moradores não estavam deixando as pessoas de fora subir nas comunidades, e me presentearam com a foto a seguir:

Figura 7 - Comunidade da Vila Dedé.



Fonte: SEMSA/LBR, 2020.

Seguindo orientações, retornei à cidade de Lábrea, na qual aproveitei para realizar pesquisa com os coordenadores dos polos comunitários e professores que haviam trabalhado nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

Como o período era eleitoral, conversei com as autoridades políticas e candidatos sobre os projetos educacionais para as comunidades ribeirinhas, mas percebi muita alteridade e propagandas pessoais sobre o que haviam realizado de oferta do ensino, reforma das escolas e qualificação de professores, que trabalham nas comunidades.

Em nenhum momento falaram sobre os mecanismos para os alunos não perderem o ano letivo de 2020, que havia sido suspenso, devido à pandemia de COVID – 19, e não apresentaram projetos para tentar sanar esse imbróglio educacional. Primeiramente, devido à distância da cidade até as comunidades, os custos das despesas de deslocamentos são grandes e, que para fazer ensino dirigido, teria que entregar as apostilas e depois passar recolhendo, mas sem a presença de professores nas comunidades, o que se tornaria inviável, pois a maioria dos pais são analfabetos e não poderiam ajudar os filhos.

Sendo assim, voltamos a insistir na necessidade de formação de moradores da comunidade para ministrar as aulas, pois, se analisar o período pandêmico, pode-se entender que a mensagem está sendo passada indiretamente e escrita nas entrelinhas da vida. As autoridades do município de Lábrea/AM precisam valorizar os jovens, moradores das comunidades, para que se formem em cursos de licenciatura e possam ministrar aulas em suas comunidades. O problema é que se os políticos locais fizerem isso, vai acabar com a imposição das indicações políticas dos vereadores, secretários, prefeito e vice-prefeito, de usar suas influências para controlar a comunidade, ao indicar os profissionais da educação e agentes comunitários de saúde para atender a comunidade que obtiveram votos.

Com essa situação periclitante, os alunos perderam o ano letivo de 2020 e irão tentar recuperar em 2021, mas, que se a pandemia continuar, os políticos do município de Lábrea precisam buscar uma solução para resolver esse problema, pois como preconiza a constituição federal de 1988, no Art. 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, se a pandemia continuar será necessária uma força tarefa para recuperar o período sem aulas, mas que o aprendizado da pandemia de COVID - 19 pode ser um alerta para que as autoridades busquem soluções adequadas, para resolver a falta de professores nas comunidades e, de preferência, comunitários formados para ocupar os espaços de trabalhos docentes nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

5.2 Retorno das aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, após a proliferação da COVID - 19 e a vacinação

Em 2021, retornei ao município de Lábrea para realizar as pesquisas de campo nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Com o retorno das aulas no mês de agosto, resolvemos viajar no dia 30/09/2021, para, enfim, conversar com os professores, alunos, pais de alunos e comunitários.

O planejamento da viagem contou com uma despesa considerável, pois os custos foram bancados por mim, o pesquisador. Os custos foram 307 litros de gasolina, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), rancho para 04 pessoas no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), aluguel da lancha no valor de R$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando um valor de R$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais), somente para o translado das comunidades do rio Purus. Apesar das adversidades, recebi ajuda com os condutores da lancha, pois meu tio não cobrou diárias para acompanhar a pesquisa e ainda conseguiu um apoio para revezar na direção da lancha, que também não cobrou diária, para o apoio técnico. Meu primo foi conosco, pois estava cursando o mestrado do programa de ensino tecnológico e aproveitou a viagem para me ajudar e realizar sua pesquisa de campo. Vale salientar que nas despesas não estão incluídas as passagens aéreas de Manaus/Lábrea, Lábrea/Manaus, impressão de folhas de entrevistas, banner e equipamentos de comunicação, somente os custos da viagem às comunidades do rio Purus. Levamos apetrechos de pesca e diminuir na despesa alimentar.

Ao chegar às comunidades, fomos bem recebidos por professores, alunos, pais de alunos e comunidade em geral. Fazia um mês que as aulas haviam retornado e os alunos estavam estudando o ano letivo de 2020. Antes do final do ano, estudaram o ano letivo de 2021, sendo realizada uma revisão para aplicar uma avaliação e os aprovados avançavam para o ano seguinte, segundo informações dos professores que conversei.

Vale lembrar que os alunos não haviam tido aulas no ano letivo de 2020, devido a proliferação da pandemia da COVID – 19. Nesse momento, com retorno das aulas, houve o planejamento para recuperar o ano perdido, que era uma revisão e uma avaliação para os alunos que se destacassem e fossem, automaticamente, aprovados para a série seguinte.

Para Oliveira, Santos e Souza (2017, p. 77), “é fundamental que se proponha sempre melhores formas metodológicas em prol da construção de um planejamento, não só eficiente, mas eficaz para as turmas”. Particularmente, percebi um descaso total com o ensino, pois, se as aulas foram suspensas no ano de 2020, não seria possível recuperar com apenas uma revisão e, muito menos, com uma avaliação, testar o conhecimento dos alunos.

Mesmo assim, os alunos e pais de alunos estavam felizes com o retorno das aulas e com o avanço da vacinação, para que a vida voltasse ao normal e suas comunidades pudessem ter aulas novamente nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus, sem o medo de proliferação do vírus da COVID - 19. Durante um longo período tiveram que conviver com regras e normas que assombravam o mundo e que precisavam ser absorvidas pela população, para evitar aglomerações, como explica Rocha ao falar do isolamento social e prevenção da proliferação do vírus da COVID - 19.

> A suspensão das aulas na rede de ensino municipal, o fechamento do comércio e a suspensão de atividades e serviços não essenciais, a proibição de eventos e aglomeração de pessoas, e restrições no funcionamento do transporte público (ROCHA, 2020, p. 203).

A citação serve para complementar a explicação sobre o isolamento e os cuidados que a população precisava cumprir para evitar a proliferação da COVID - 19, principalmente as comunidades que visitei e que vivem em situação de isolamento, onde as pessoas precisavam se proteger de quem chegava às comunidades. Cardoso e Bandeira Netto (2020, p. 77) comentam que: “O convívio por longos dias em um ambiente que não nos permite fuga evidencia a diversidade do humano e o universo que somos cada um de nós”. A situação pandêmica, fez-nos refletir sobre muitas coisas relacionadas à convivência em um lugar de isolamento, e o que percebi na pesquisa de campo é que a população que vive isolada, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus se alegram bastante com as visitas de pessoas desconhecidas, gostam de ouvir as conversas e de contar suas histórias, que são excelentes, para quem está realizando pesquisa de campo.

Vale ressaltar que todos que estavam na viagem já haviam tomado as duas doses da vacina, mas, mesmo assim, estávamos utilizando máscaras e álcool em

gel, e mantendo o distanciamento social, para proteger os moradores das comunidades.

O retorno das aulas se tornou uma forma de socialização dos jovens na escola, isolados pela pandemia da COVID – 19. Eles não só precisavam do espaço para a retomada dos estudos, como também da vida social, cultural e intelectual. Relacionado ao ambiente escolar, a professora Otaíza de Oliveira Romanelli, citando uma frase de Anísio Teixeira explica, que: “a educação precisa ser definida como ‘privilégio social’ (ROMANELLI,1986, p. 125)”. Nas comunidades ribeirinhas que visitamos e que as aulas foram suspensas durante o período pandêmico e sem opção, para atender os alunos, percebi que existe mais o privilégio político, que o privilégio social.

Passei 05 dias viajando, pois o rio estava muito seco e o perigo exposto, com galhos de madeiras, banco de areia e pedras, que dificultava o trajeto da viagem, além de muitas chuvas, que são comuns e constantes nesse período no rio Purus. As imagens abaixo demonstram os perigos que o rio proporciona, para quem não tem habilidade de navegação.

Figura 8 - Troncos de madeiras e pedras nas águas do rio Purus.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Essas imagens retratam as dificuldades que enfrentamos nesta viagem, mas que foi de fundamental importância para realizar a pesquisa e, principalmente, perceber os impactos que a COVID - 19 causou na vida acadêmica dos alunos e a falta de políticas públicas municipais para tentar resolver a ausência das aulas durante o período pandêmico, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

> Ademais, deve-se reconhecer a existência de outras questões como: espaço físico disponibilizado na residência do estudante para os estudos, necessidade de ele colaborar com as tarefas domésticas (acentuando-se aqui a desigualdade de gênero), a escolarização dos pais e a capacidade de acompanhar e auxiliar nas atividades escolares etc. Todos esses elementos incidem sobre o "sucesso escolar" (OLIVEIRA, 2020, p. 709).

Durante a pandemia da COVID – 19, não foi disponibilizada nenhuma forma de ensino para amenizar a situação, pois as justificativas eram os altos custos das viagens, com combustível, fretamento de barco/motor, pessoas capacitadas para navegação, professores para tirar dúvidas dos alunos e a proteção a vida dos comunitários, que naturalmente vivem isolados nas comunidades e protegidos pela forma de vida na qual vivem.

5.3 A Importância do professor natural da comunidade.

Nas comunidades ribeirinhas no Bananal do Vandi e Samaúma, havia 01 professor nascido em cada comunidade, que concluiu o Ensino Médio na escola comunitária e foi se graduar em Licenciatura em História e Pedagogia, respectivamente, na cidade de Lábrea/AM, mas voltaram para as comunidades que nasceram, para exercer a profissão docente. Sendo assim, Romanelli ao comentar que:

> O valor do ensino para um povo é determinado, historicamente, pelas vinculações da experiência educacional escolarizada com os interesses e os ideais sociais, particularistas ou comuns, das classes sociais existentes (ROMANELLI, 1986, p. 110).

Seguindo essa linha de raciocínio, Brandão faz um breve comentário sobre a valorização das pessoas que se espelham em profissionais da educação, quando valorizam suas origens e raízes, para compartilhar conhecimento e servir de inspiração aos jovens das comunidades, falando que:

> Pessoas que, desde o lugar de chão dos excluídos a que foram socialmente condenadas, acreditam com os seus educadores que a educação não muda o mundo. Mas que ela muda pessoas. E que as pessoas transformem os seus mundos (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 95).

Trouxemos em evidência essa questão para justificar a importância de preparar e incentivar os jovens na formação docente e o retorno à comunidade, porque sentimos o orgulho dos moradores, alunos e dos pais dos professores, em tê-los nas escolas ministrando as aulas, para os filhos de seus parentes, amigos e vizinhos.

Se os professores fossem moradores das comunidades, as aulas poderiam não ter sido interrompidas durante a paralisação, por conta da proliferação da pandemia da COVID - 19, pois os professores estavam isolados junto com os moradores. Contudo, para que isso acontecesse, seria necessário o trabalho de incentivo aos jovens da importância da educação para o desenvolvimento comunitário, trabalhando a importância da educação e da multiplicação dos mensageiros do ensino e aprendizagem, junto à comunidade. Vale lembrar que, dentro da área urbana, não tinha condições de continuar com as aulas presenciais, como afirmam Maximiano e Franco, sobre as instruções normativas do isolamento social:

> Frente a possibilidade da circulação do vírus, a dinâmica da cidade foi alterada pelas normativas institucionais de isolamento social que levou à paralisação das atividades no Instituto Federal de Educação (IFAM- campus Lábrea), da Universidade do Estado (UEA), unidade de Lábrea, seguida pelas escolas das redes estadual e municipal de educação (MAXIMIANO; FRANCO, 2020, p. 208).

Nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea/AM, se os professores fossem moradores das comunidades, as aulas poderiam não ter sido interrompidas, e o ano letivo continuaria, pois já estavam isolados e era somente evitar a circulação nas comunidades de pessoas de outros lugares.

Para que os comunitários possam entender essa motivação da formação de jovens para trabalhar nas escolas comunitárias, é preciso um trabalho de valorização da imagem do professor por parte das autoridades políticas, porque para os moradores acostumados com o trabalho braçal nas comunidades, a escola serve apenas para as crianças aprender a ler e a escrever. Como cita Brandão e Assumpção em uma conversa com camponês sobre a importância da educação, vejam o que esse camponês fala do entendimento da educação, para os moradores do campo:

> Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros (BRANDÃO, 2017, p. 379).

Nesse sentido, Romanelli acrescenta que:

> Em educação, esse nível de percepção, quando chega a distinguir a defasagem entre aquilo que a escola oferece e aquilo de que carece o desenvolvimento, tende a provocar mudanças que procuram tão-somente escolher modelos de estrutura educacional mais avançados, sem se preocupar com a análise crítica da situação que provocou e alimentou a defasagem (ROMANELLI, 1986, p. 25).

É necessário que seja realizado um trabalho para mudança de mentalidade, para que seja valorizada a cultura local, mas com a valorização da educação e o incentivo dos jovens a estudar, para melhorar a condição de vida dos moradores da comunidade e trabalhar políticas públicas, que possam contratar os professores oriundos das comunidades.

Sendo assim, apresento uma vivência na comunidade do Bananal do Vandi, onde um dos professores é filho de morador da comunidade. É emocionante o depoimento dele, ao ver o filho ministrando aulas na escola da comunidade:

> Sento todos os dias nesta varando, para olhar meu filho, nascido aqui, ensinando os alunos da nossa comunidade, às vezes choro de emoção, pois passamos por tantas dificuldades e hoje ele está aí, contribuindo com o povo dele e pra mim, pai é um orgulho e exemplo para os outros alunos. Minha filha está em Lábrea estudando, para também voltar a comunidade e vai completar a minha alegria, não tenho como decifrar tanta alegria, vejam ele ali e eu não sei assinar meu nome é meu filho sabe ensinar (ENTREVISTA REALIZADA COM SENHOR SANTOS, NA COMUNIDADE BANANAL DO VANDI EM 2021).

Esse depoimento emocionado faz a gente refletir na dimensão geográfica do nosso país, pois somente quem está presente nesses momentos sente a importância da educação para as pessoas que têm a coragem de manifestar a sua condição de analfabeto, por não ter tido a oportunidade de estudar, mas, mesmo com dificuldades, incentivou os filhos a estudarem e se tornarem exemplo para os jovens da comunidade.

Esse exemplo é que precisa ser trabalhado e seguido, para reduzir a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, como também, em uma situação pandemia, como a que houve durante o período de 2020 e meados de 2022. Assim, as aulas não sejam interrompidas por falta de professores, em virtude das condições de isolamento para evitar a proliferação do vírus, até porque os moradores das comunidades já se encontram isolados, mas que a vida continua, e que os alunos não podem ser prejudicados por falta de políticas públicas emergenciais para manter o ambiente escolar, durante o período de isolamento social.

Para que essa situação cômoda seja resolvida, é necessário que ocorram políticas educacionais no município de Lábrea, para que a influência política, na contratação dos professores e professoras, não seja usada como mecanismo de controle das comunidades ribeirinhas do rio Purus. Os candidatos às vagas docentes disponíveis em editais de processo seletivo ou concurso público, deveriam conquistar por mérito profissional, com estabilidade para lecionar, com as garantias constitucionais.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação precisa realizar concurso ou processo seletivo simplificado, sem a interferência das indicações dos políticos locais, possibilitando a oportunidade para todos os habilitados participar dos processos de seleção, sem o aval de indicação por políticos locais, mas sim por competências, mérito e formação. Segundo Brandão e Assumpção (2009, p. 94), “Esta é também a diferença entre o ‘fazer a vida vencer’ e o ‘vencer na vida’". Incentivar a formação de moradores ribeirinhos em cursos de licenciatura e valorizar a comunidade com oportunidades e qualidade de vida.

A educação é um direito de todos e, mesmo com a pandemia, a secretaria deveria ter apresentado soluções para não prejudicar os alunos, os gastos com educação não podem ser considerados gastos financeiros, mas sim investimento intelectual.

6 PROPOSTAS PARA O ENSINO NAS COMUNIDADES DO RIO PURUS

Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé
Manda essa tristeza embora
Basta acreditar que um novo dia vai raiar
Sua hora vai chegar.

(Xande de Pilares; Gilson Bernini; Carlinhos Madureira, 2009).

A partir dos resultados das etapas anteriores, neste capítulo, apresentamos uma sugestão para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem, nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, após analisar as dificuldades, as possibilidades, as vantagens e desvantagens, o compromisso, o desenvolvimento cultural, o desenvolvimento educacional e o desenvolvimento social, observando se o ensino proposto, ofertado nas comunidades, atendem as necessidades e o respeito às diversidades culturais. Começo com a sugestão de uma provável solução para diminuir a rotatividade dos professores nômades no rio Purus.

Para a fundamentação teórica desta etapa, buscamos respostas nas publicações de Deleuze e Guattari (1992, p. 13), porque os autores definem que uma “filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos”. Sendo assim, aproveitamos a autonomia da filosofia para sugerir a solução para tentar amenizar a rotatividade dos professores que lecionam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

Para Deleuze (2003, p. 89): “às verdades da filosofia faltam à necessidade e à marca da necessidade. De fato, a verdade não se dá, se trai; não se comunica, se interpreta; não é voluntária, é involuntária”. Ainda nessa perspectiva, Vasconcellos (2005, p. 1220) explica que: “Pensar é romper com a passividade, é sofrer a ação de forças externas que o mobilizem. Pensar é, além disso, interpretar. Dito de outro modo, pensar é explicar, desenvolver, decifrar, traduzir signos”. Portanto,

pretendemos apresentar uma proposta que possa amenizar a rotatividade dos professores, que lecionam nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea, através da educação mediada por tecnologia, ofertadas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/AM).

6.1 Proposta para melhoria da rotatividade dos professores nômades nas comunidades ribeirinhas do rio Purus

A sugestão para amenizar a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, que denominei de nômade, inicia com a proposta de ofertar o ensino superior nas comunidades, através da modalidade de Ensino à Distância (EaD), com a utilização do sistema de mídia, nos mesmos moldes que é ofertado para o ensino médio mediado, em parceria entre Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC/LBR) e a Prefeitura Municipal de Lábrea (PML).

Nesse âmbito das discussões sobre a questão desta propositura, Gallina (2004, p. 369) alerta que: “O conceito não pode ser confundido com uma proposição, porque ele não tem um valor de verdade, não se refere a estados de coisas, como é o caso das proposições da ciência”. A proposta é um direcionamento para a compreensão dos fatos, é definir um diálogo entre as questões que envolvem o ensino, o trabalho do docente e a mudança de ambiente para realização do seu trabalho.

Na contextualização da sugestão, estão intrínsecas as questões sociais, culturais e desenvolvimento comunitário. Sendo assim, busquei referências com os argumentos apresentados por Bourdieu (2004; 2007), para a valorização da identidade, dialogando com as abordagens teóricas de Hall (2015). Dessa maneira, consegui atingir os objetivos, ao apresentar conceitos que norteiam o sistema de ensino e aprendizagem, que são ofertados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Sendo assim, para elucidar a proposta, Galuch e Crochík comentam que:

> Diante do exposto, observa-se a existência de um espaço para reflexões sobre se a tendência que se coloca favorável ao desenvolvimento de sujeitos capazes de se adaptarem às condições sociais da atualidade, entendendo essa formação como a que promoveria a autonomia e a criticidade, transforma-se em propostas de prática pedagógica para os anos

> iniciais do ensino fundamental, que, de certa forma, expressam as reformas pedagógicas (GALUCH; CROCHÍK, 2016, p. 237).

Ao falar de professores nômades, relato os motivos da escolha do termo para o desenvolvimento da tese. Como foram apresentados nos capítulos anteriores, os professores mudam da sua casa, saem da cidade de Lábrea e enfrentam os desafios de lecionar em comunidades ribeirinhas do rio Purus por um período de oito meses. Por esse motivo, denominei o tema da pesquisa de professores nômades, em virtude desta mudança de ambiente social, cultural e profissional.

Para elucidar melhor a ideia do tema, apresento dois conceitos relacionados aos nômades, em tempos distintos. O primeiro conceito de forma tradicional, na qual os autores relatam que:

> Os nômades foram povos datados do período paleolítico, que se deslocavam constantemente em busca de alimentos e água para sobreviver, quando estes itens ficavam escassos naquela região. Até hoje ainda há pessoas que não têm moradia fixa e levam um estilo de vida andarilho, além disso, esse nomadismo não se limita apenas a mudança de endereço, tampouco a busca por alimento ou água (LIMA; CÉSAR, 2020, p. 121).

Já no segundo conceito, apresento as abordagens sobre o tema, dentro da perspectiva moderna, na qual a necessidade de estabilidade profissional e financeira proporciona a mudança constante de lugar e de espaço de trabalho.

> El nomadismo (al igual que el desierto), es un sistema de interpretación, es un modelo desde el cual se piensa, hace e interpreta lo que se hace. Y es un conjunto de dinámicas que responden a ese modelo. En tanto modelo y dinámica no es estático, sino que se va transformando históricamente en función de procesos sociales, culturales, jurídico-políticos y económicos determinados, los cuales a su vez determinan su categorización social, reconocimiento y forma de corporalización pública (KATZER, 202, p. 162)

Nesse contexto, os professores que saem das suas residências na cidade de Lábrea estão em busca de trabalho remunerado e são profissionais, em sua maioria, recém-formados que estão em busca do seu espaço de trabalho, mesmo que seu contrato seja de apenas para o ano letivo vigente, mas que o salário possa ajudar a realizar sonhos, como reforma da casa, comprar veículo, viajar. São

andarilhos, mediante as condições de contrato de trabalho docente, porque não têm a garantia que irão retornar à mesma comunidade no ano seguinte. Há, também, a possibilidade de serem postos em uma comunidade mais próxima da cidade e, logicamente, farão a mudança de comunidade no ano seguinte. Para Gontijo, o professor nômade está relacionado com o espírito aventureiro, explicando que:

> O professor nômade não busca ser a atração, pelo contrário, seu modo de ser entregue a deveres minoritários atraem muitas vezes a repulsa e a marginalização de sua postura. Aceitar se relacionar com o mundo como relações de devir, é relacionar com as coisas com espírito aventureiro (GONTIJO, 2007, p. 109 e 110).

Os professores que lecionam nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, com o contexto das viagens de deslocamento demonstram espírito aventureiro, pois enfrentam obstáculos que lhe são apresentados, como os invernos prolongados, ou o forte verão, além das dificuldades de falta de energia, carregar água no balde para o consumo diário, as atividades de caça, pesca, enfrentar animais peçonhentos, fazer suas necessidades fisiológicas nas casinhas, que são conhecidas na região como privadas sem fossa, apenas com um buraco cavado no chão e, além das dificuldades, esses profissionais não têm a garantia de continuidade dos trabalhos no ano seguinte, porque seu contrato é limitado para o ano corrente e vai depender se o político o indicar novamente, para a comunidade. Sendo assim, Pereira e Pedrosa, ao falarem dos fundamentos que embasam uma pesquisa, comentam que:

> Os fundamentos que embasam esta pesquisa nos fazem compreender que a relação entre trabalho e educação se assenta na concepção materialista histórica e dialética do homem enquanto ser social e histórico e, a partir dos estudos de Marx, entendemos que a constituição da natureza humana está relacionada com a própria forma do homem produzir a existência material e social, por meio do trabalho, no decurso da história. Na relação que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens é que são elaborados e reelaborados os conhecimentos, a cultura, a tecnologia e a própria humanidade. Nesse movimento os indivíduos se educam e criam os instrumentos que medeiam a educação das gerações futuras. Portanto, para intervir na realidade produzindo sua existência, o homem também, dialeticamente, foi criando o seu jeito de educar, o qual busca responder aos problemas e necessidades que a cada momento histórico se apresentam (PEREIRA; PEDROSA, 2020, p. 05).

Umas das possibilidades que apresento é que as instituições que envolvem o ensino, no Estado do Amazonas, possam dialogar para ofertar o curso superior em

pedagogia e licenciaturas diversas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, porque acreditamos que os jovens que permanecem estudando no ensino médio mediado, não sairão mais da comunidade, possibilitando evitar as constantes mudanças de professores e dando a oportunidade de valorização dos jovens das comunidades. Acredito que essa proposta possa ser reproduzida para atender as demandas de professores não só em outras cidades do Estado do Amazonas, como também em todo o Brasil.

Deve-se, assim, levar em consideração o quantitativo de instituições de ensino superior, que ofertam cursos de graduações no município de Lábrea, nas modalidades de ensino presencial e a distância, que possam possibilitar a oferta dos cursos nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, com a finalidade de desenvolvimento social, educacional e intelectual dos moradores.

Sendo assim, apresentarei as instituições de ensino superior e os cursos ofertados no município de Lábrea/AM. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) oferta os cursos de Licenciaturas em História, Letras em língua inglesa, Matemática, Computação, Tecnologia em Alimentos, Bacharéis em Administração e Direito. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferta os cursos superiores em Pedagogia, Educação Física, Ciências Naturais, Artes Plásticas, Ciências Agrárias e Formação Pedagógica para Educação, com cursos na modalidade de ensino a distância. O Centro Universitário Educacional da Lapa (UNIFAEL) oferta os cursos em Administração, Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Aeronáuticas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Educação Especial, Educação Física, Formação Pedagógica Docente em Matemática, Formação Pedagógica Docente em Pedagogia, Geografia, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Serviços Jurídicos e Notórias, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, História, Letras em Espanhol, Letras em Inglês, Letras em Português, Logística, Marketing, Matemática e Segurança Pública.

A oferta dos cursos é diversificada com modalidades que possibilitam o desenvolvimento econômico, agrário, educacional e social das comunidades ribeirinhas do rio Purus. Com a expertise da modalidade de ensino mediado por tecnologia, existe a possibilidade de utilizar as ferramentas do curso tecnólogo e

ofertar cursos superiores nas comunidades ribeirinhas e rurais do município de Lábrea/AM.

Com a possibilidade de qualificação dos jovens, para a prática da docência nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, o projeto pode ser estendido para a formação em outras áreas como saúde e produção agrícola, com formação de enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos em agropecuária, técnicos em floresta, técnicos em recursos pesqueiros e técnicos em meio ambiente, profissionalizantes necessários para o desenvolvimento das comunidades, já que são serviços básicos fundamentais para atender as necessidades da população.

Depois de qualificados, a prefeitura deverá realizar concurso público para as áreas de ensino, saúde e produção, para evitar as manobras políticas e dar estabilidade para os profissionais realizarem seus trabalhos, com tranquilidade e perseverança.

A possibilidade existe, porque as instituições poderiam utilizar da mesma estrutura que é ofertado o ensino médio, ou o sistema da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), com o sistema de IPTV. O sistema ainda precisa melhorar, mas existe esta possibilidade a ser analisada, para ajudar na disponibilidade da assistência dos serviços básicos, para atender as comunidades do rio Purus.

6.2 Proposta didático-pedagógica para auxiliar o professor do rio Purus

A proposta didático-pedagógica, de apoio aos professores nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus, carece ser pensada a partir do diagnóstico do ano letivo anterior, registrado nos relatórios dos professores, que desenvolvem suas atividades laborais de ensino e aprendizagem na comunidade, para buscar melhorias que possibilitem a permanência e êxito dos alunos nas aulas e na formação intelectual, cultural e social.

Isso posto, durante o percurso da pesquisa, analisei trabalhos publicados sobre a temática, com ênfase no ensino com qualidade e aprendizagem com eficiência. A ideia é que os professores possam utilizar a proposta, como referência para aprimorar seus desempenhos na sala de aula.

Na primeira vertente, o professor deve buscar práticas pedagógicas relacionadas ao ambiente, às lendas, ao rio, à floresta, a terra e aos animais, que possam complementar as atividades, contextualizando com os conteúdos do livro

didático para enriquecer a troca de experiências entre professor/alunos/professor, para aprimorar o conhecimento científico, intelectual, e despertar nos alunos a possibilidade de desempenho nas atividades corriqueiras do seu cotidiano.

Na segunda vertente, devem-se desenvolver atividades de educação física, com aperfeiçoamento das brincadeiras que são comuns nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, como nadar, jogar futebol, correr, subir no pé de açaí, subir em árvores, brincar de cabra cega, brincar de esconde e competições de remo em canoas comuns do cotidiano dos alunos (OLIVEIRA; PERALTA, 2020).

Essas atividades são comuns, mas precisam ser aperfeiçoadas com a postura correta para não prejudicar a saúde dos alunos no futuro. Galuch e Crochík (2016, p. 245), ao comentar sobre a inclusão das brincadeiras, para o entendimento dos assuntos postos no livro didático, descrevem que: “Como a ênfase é dada à forma de organizar o ensino, outro aspecto que se repete nos livros didáticos é a tendência de inovação, mediante a inclusão de jogos, brincadeiras e diversões”. Porém, vale destacar que nas comunidades visitadas não há o profissional dos componentes curriculares específicos, apenas os professores com formações distintas, que vão se adaptando ao ambiente, de acordo com os conteúdos e conhecimentos locais.

Durante a pesquisa de campo, acompanhei uma aula do professor na comunidade do Bananal do Vandi, na qual trabalhava uma dinâmica com os alunos fazendo comparações de imagens de frutas do livro didático, com as frutas semelhantes que os alunos conheciam na comunidade. Participei de uma dinâmica em que o professor trouxe as imagens das frutas, para a realidade local.

> O sujeito participa com a certeza de que os problemas da comunidade devem ser resolvidos pelos seus próprios membros, por meio de ações voluntárias, sem que compreendam a questão para além do que observam no cotidiano. Ao se dizer que é preciso partir do concreto, do imediato, da realidade, como sinônimo de ensino contextualizado, sem entender o particular como parte da totalidade, uma questão social, objetiva, personifica-se como vivências de indivíduos isolados (GALUCH; CROCHÍK, 2016, p. 250).

Essas atividades têm uma importância pedagógica interessante, pois demonstram que a proximidade do conhecimento das frutas locais apresenta as

semelhanças necessárias com as publicadas nas imagens dos livros didáticos e possibilita aos alunos despertar sua imaginação do mundo.

Segundo Pedro e Matos (2015, p. 16): “A escola é um exemplo de um dispositivo intencional para promover aprendizagens em domínios em que o contexto social e o ambiente habitual das pessoas são menos ricas”. Nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, os alunos são filhos de agricultores, coletores, caçadores e pescadores, mas buscam o conhecimento, pois a escola abre as portas da imaginação.

Na comunidade do Marahã, devido às chuvas fortes, os alunos aproveitam para pular no rio e tomar banho, pois haviam sido liberados mais cedo, devido à situação que fica o porto de acesso à escola da comunidade, como demonstra a imagem a seguir.

Figura 9 - Porto da Escola Comunidade Ribeirinha do Maraã.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Os moradores precisam de equilíbrio para se manter de pé na subida e descida do porto. Esse porto da imagem é o mesmo de acesso à escola e, como choveu, os professores resolveram liberar os alunos, antes do final da aula, para retornarem às suas residências, mas os alunos resolveram tomar banho no rio Purus. Aproveitei o momento para observar e admirar as habilidades dos alunos para nadar, mergulhar e aproveitar o momento de distração e brincadeiras locais.

Para elucidar esses momentos, que consideramos de lazer para as crianças das comunidades ribeirinhas do rio Purus, Oliveira e Peralta comentam que:

> Nas comunidades ribeirinhas, apesar de também fazer parte das atividades de lazer, o nado está associado aos meios de vida. Essa comparação, apesar de aparentemente ser trivial, tem relevância, pois nas comunidades ribeirinhas as crianças, desde muito cedo, estão imersas nas águas. Nadar envolve corpo, ambiente, interação entre gerações, é uma prática integrada ao modo de vida das populações ribeirinhas (OLIVEIRA; PERALTA, 2020, p. 05).

Como se pode perceber, os alunos apresentam habilidades para a natação. Nesses momentos, os professores também servem de segurança para as crianças transitar no rio Purus, pois, como o meio de transporte são canoas e pequenas embarcações, os pais se tranquilizam, quando os filhos sabem nadar. Para elucidar o momento que descrevi de tranquilidade, vou postar uma imagem do transporte dos alunos, com a presença de alguns pais que acompanham o trajeto da casa até a escola em uma canoa, com o mínimo de estrutura e o motor rabeta[22] fazendo o movimento do translado.

Figura 10 - Transporte de alunos.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

[22] A rabeta é um barco de pequeno porte, considerado uma canoa que utiliza motor de rabeta, ou de centro-rabeta, como também é chamado, que fica acoplado ao casco do barco, ocupando menos espaço.

Observei que a canoa é construída de alumínio, não existe colete salva-vidas e nem o número estipulado de passageiros para serem transportados nesta pequena embarcação, porém alguns pais acompanham o trajeto, com medo de algum sinistro e que possam ajudar os filhos, se acontecer.

Nessa realidade, existe a necessidade das crianças ribeirinhas aprenderem a nadar, pois os rios são os caminhos de deslocamentos e as águas são as vias de acesso para a movimentação de um determinado lugar a outro. Também são as águas o local preferido dos alunos para as brincadeiras, onde demonstram suas agilidades de natação, como retrata a imagem abaixo no momento de descontração e alegria dos alunos, ao se banhar nas águas barrentas do rio Purus.

Figura 11 - Alunos tomando banho no porto da Escola Comunidade Ribeirinho do Maraã.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Os alunos têm uma habilidade incrível para nadar, mergulhar e realizar brincadeiras locais e os professores poderiam utilizam as habilidades para a valorização do conhecimento cultural e científico, corrigindo a postura de natação e

respiração, para aumentar a resistência física e motora, uma vez que com aplicação dessa metodologia possibilita tornar as aulas mais interessantes e atraentes. Nesse contexto, Oliveira e Peralta afirmam que:

> Mas, saber nadar é um requisito essencial para a criança ter a autonomia para circular por diferentes espaços de forma mais independente. Assim, a aprendizagem do nado é um fato importante na vida das crianças. Aprender a nadar amplia a autonomia infantil e a interação com as crianças de outros grupos domésticos (OLIVEIRA; PERALTA, 2020, p. 11).

Saber nadar para os alunos das escolas ribeirinhas do rio Purus não se torna um privilegio, além da diversão, é motivo de necessidade, pois nos percursos entre as casas dos alunos e a escola, os alunos acabam enfrentado perigos dentro das canoas, ou pequenas embarcações, mas, quando o aluno sabe nadar, tranquiliza a família, mesmo com todos os perigos que as águas podem apresentar, como animais ferozes, profundezas das águas, redemoinhos e chuvas torrenciais.

As habilidades de natação são culturais dentro das comunidades ribeirinhas, pois as crianças crescem na convivência com as águas, já que os rios, igarapés e paranás são ambientes do convívio natural, que está relacionada ao desenvolvimento cultural, que é utilizado pelos professores, em suas atividades físicas. Os alunos também gostam de futebol, corrida e gincanas. Todas as atividades fazem parte da recreação nas escolas que visitei.

6.3 Vozes Ocultas

Durante as duas viagens realizadas ao município de Lábrea/AM, para a pesquisa de campo, fiz o mapeamento das escolas localizadas nas comunidades, de forma estratégicas, que pudesse analisar o desempenho do professor nômade, da seguinte maneira: escolhemos 02 escolas próximas do município de Lábrea/AM, mais 02 escolas na parte central entre a cidade de Lábrea/AM e a cidade de Pauini/AM e, por último, duas escolas nas proximidades da cidade de Pauini/AM. Infelizmente, devido à COVID - 19 e as questões ambientais, não consegui chegar às escolas das comunidades próximas da cidade de Pauini/AM, consegui apenas tirar uma métrica positiva da metodologia de pesquisa, com a visita em 06 comunidades distintas, pois algumas não permitiram a nossa presença, tendo em vista ainda estarem assustados com a Covid – 19, principalmente as comunidades

que tinham a presença de indígenas, como relatam Maximiano e Franco, comentando que:

> Quanto aos povos indígenas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através de uma Portaria n. 41 de 17 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do "novo Coronavírus" orientou a permanência nas Terras Indígenas (TI's), proibindo expressamente a entrada de pessoas não autorizadas nos territórios (MAXIMIANO; FRANCO, 2020, p. 209).

Mesmo com as dificuldades encontradas e rejeições enfrentadas, conseguimos reprogramar nossa viagem e realizar a pesquisa de campo, para apresentar à sociedade acadêmica a realidade de várias situações vivenciadas por professores e alunos, para lecionar, ensinar e aprender nos lugares mais distintos do Brasil.

Quando apresentei, a proposta era observar o período mais prolongado da permanência do professor lecionando nas escolas das comunidades ribeirinhas do rio Purus, de acordo com a proximidade e facilidade de acesso às cidades citadas. Segundo Horkheimer (2000, p. 46): "A rápida apreensão dos fatos substitui a penetração intelectual do fenômeno da experiência". Logicamente, essa situação vai ajudar a compreender a dinâmica do professor nômade pela movimentação nos trabalhos realizados nas comunidades.

Apresento, neste momento, os gráficos com os resultados das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. A ordem dos gráficos vai iniciar com as entrevistas dos alunos, professores, pais de alunos e coordenadores da Secretaria de Educação Municipal.

Vivenciando o contexto de desenvolvimento social e as condições precárias das comunidades, conversando com alguns alunos, ouvi relatos de que "estudar em alguns momentos se tornam apenas aprender a ler e escrever, sem perspectiva de melhorar as condições de vida no ambiente comunitário e oferecer o conforto mínimo à família". Nesse sentido, Brandão e Assumpção explicam que:

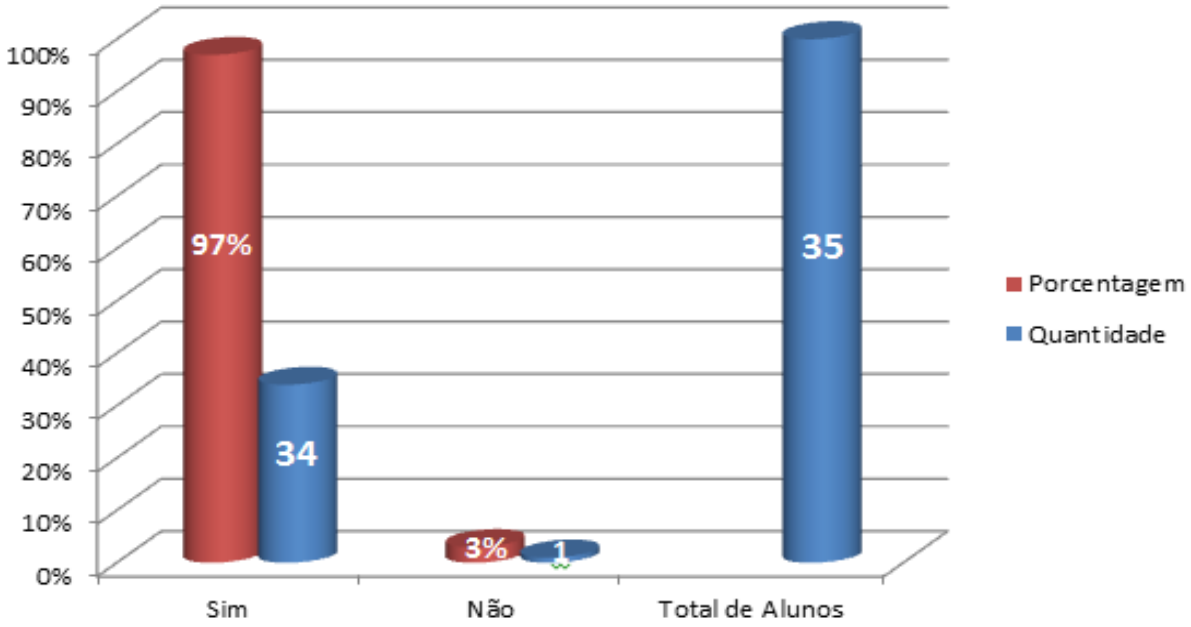
> A escola pública, estendida por governos de Estados e municípios a populações rurais e urbanas do país, durante muitos anos afastadas do ensino escolar, é um dos resultados dessa primeira mobilização nacional pela educação universal (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 16).

Nesse sentido, Romanelli, ao falar da importância da educação para o desenvolvimento econômico e social, acrescenta que:

> Na relação entre educação e desenvolvimento, parece-nos correto fazer-se a análise partindo da questão de saber que o papel desempenha nessa relação as necessidades econômicas, a demanda social da educação e o resultado da pressão desses dois fatores, que se traduz pela oferta do ensino (ROMANELLI, 1986, p. 27).

Dessa forma, perguntamos aos alunos: Você gosta de estudar? A resposta dos resultados está no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Entrevistas com alunos



Fonte: Fábio Lima, 2022.

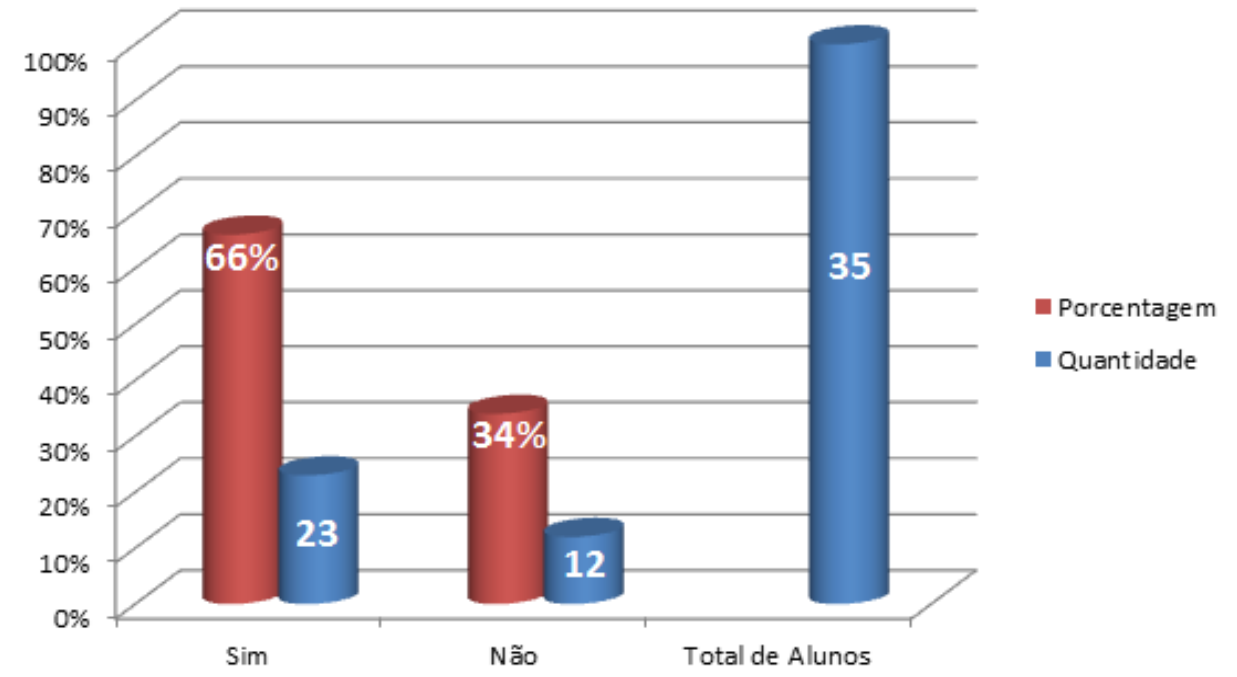
Dos 35 alunos que nos concederam as entrevistas, apenas 01 não gosta de estudar e justificou que, para o ambiente onde vive, o estudo não tem tanta importância. Sendo assim, a maioria, o equivalente a 34 alunos respondeu que gostam de estudar e apresentam como exemplo os professores que saíram das comunidades, estudaram e retornaram, para ministrar aulas na comunidade onde nasceram.

O interessante é que os alunos associam às condições de vida dos professores, como exemplo de valorização dos estudos, que a melhor casa da comunidade é a do professor, a que tem mais conforto e o professor é que tem

condições para passar o natal na cidade de Lábrea/AM e comprar presentes para a família.

A segunda pergunta foi relacionada aos conteúdos ministrados na sala de aula. Então, perguntei: Os conteúdos ministrados em sala de aula fazem parte da realidade da comunidade?

Gráfico 3 - Entrevistas com alunos



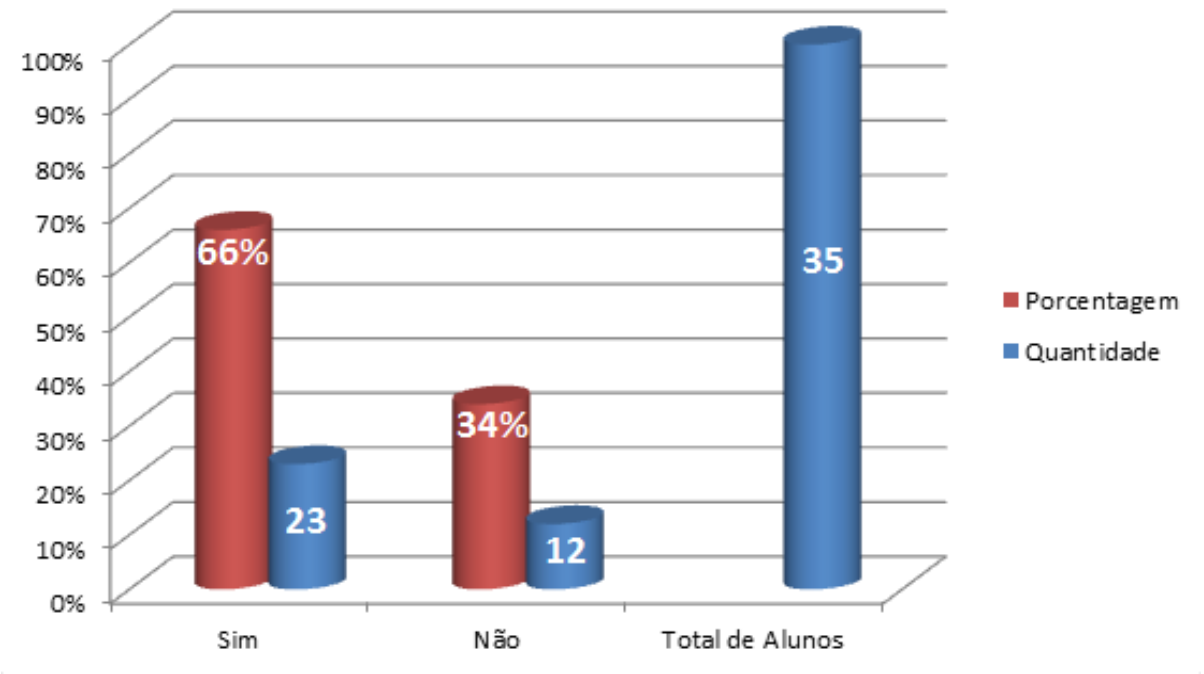
Fonte: Fábio Lima, 2022.

O resultado da resposta foi surpreendente, pois apresentou um quantitativo menor de respostas negativas, e 23 alunos entrevistados falaram que os conteúdos ensinados nas comunidades não condizem com a realidade do cotidiano deles. Inclusive, falaram que têm coisas que são passadas no livro didático, que eles nunca viram. Porém, lembrei-me da dinâmica que o professor da Comunidade do Bananal do Vandi utilizou para aprimorar o ensino e aprendizagem, com a realidade da comunidade. Uma estratégia que deveria ser adotada por mais professores, pois faz com que o entendimento seja mais esclarecido.

Mesmo assim, percebemos um quantitativo de alunos que responderam que os conteúdos fazem parte da realidade da comunidade, alegaram que eles precisam conhecer o desconhecido do ambiente no qual vivem, pois, quando saírem da comunidade e for à cidade, não passam a vergonha de olhar uma coisa e não saber o que é.

Com os resultados das respostas, realizei uma pergunta de mudança da comunidade perguntando: Você tem vontade de sair da comunidade e estudar na cidade?

Gráfico 4 - Entrevistas com os alunos.



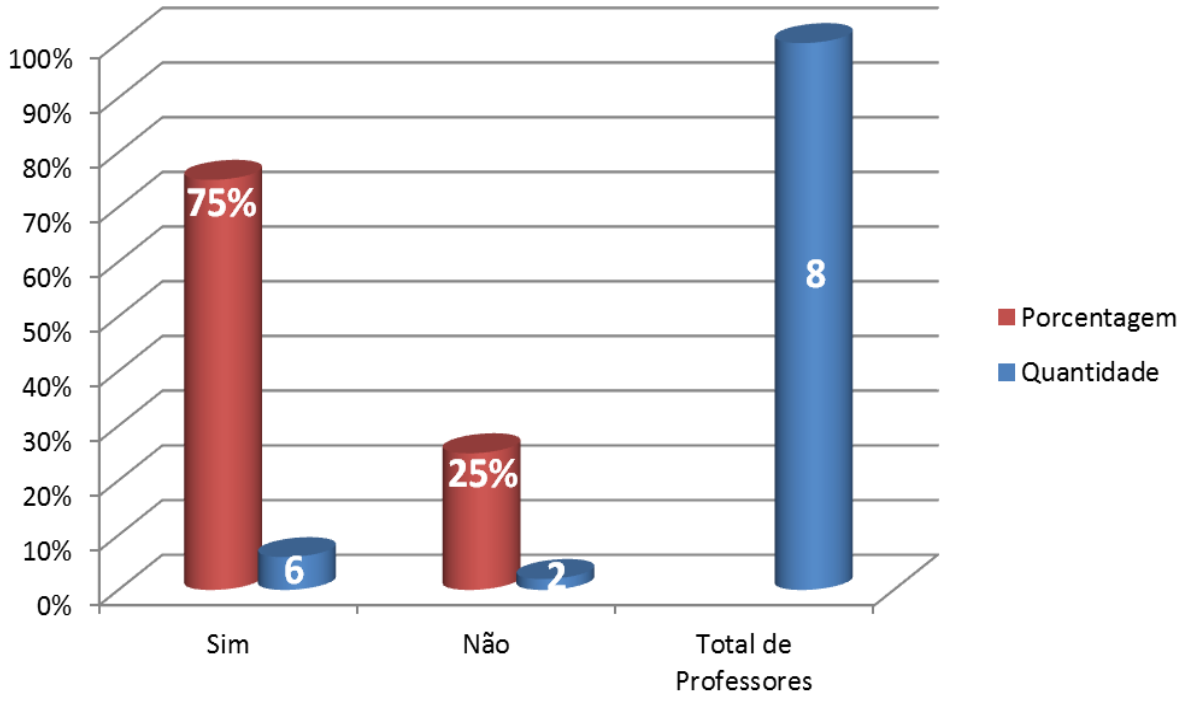
Fonte: Fábio Lima, 2022.

As respostas, com 66%, foram as mesmas dos conteúdos. O que nos leva a pensar que os alunos pretendem sair das comunidades em busca de melhores condições de sobrevivência, pois a vida que presenciaram dos pais e, mesmo as que levam nas comunidades, fazem com que sonhem em ter uma vida melhor na cidade.

Após conversar com os alunos, iniciamos as entrevistas com os professores e apresento os resultados de alguns pontos que são relevantes para as abordagens dos professores nômades e o desenvolvimento do ensino e aprendizagem nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.

A primeira pergunta que fizemos foi relacionada à movimentação dos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus. Então perguntei: A comunidade que o(a) senhor(a) vai lecionar este ano é a mesma dos anos anteriores?

Gráfico 5 - Entrevistas com professores.

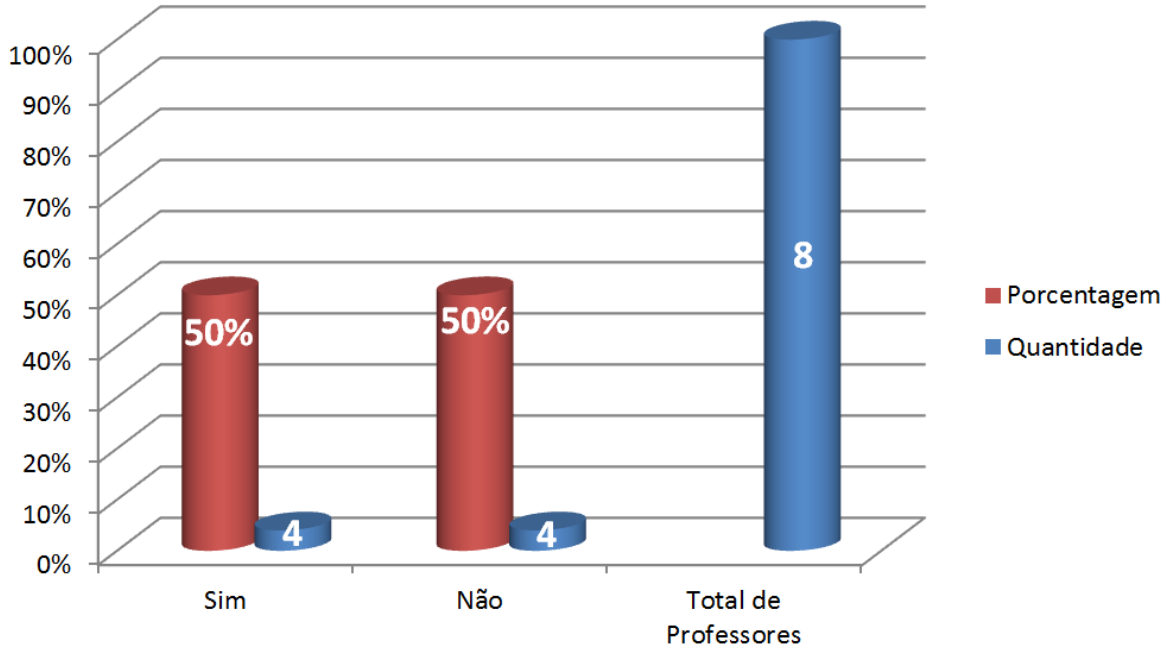


Fonte: Fábio Lima, 2022.

Consegui entrevistar 08 professores, e apenas 02 estavam na mesma comunidade do ano letivo anterior, pois, por coincidência, são professores moradores das comunidades que pesquisamos.

A segunda pergunta foi conjugada, mas com o mesmo sentido das respostas obtidas. O(A) senhor(a) gosta de lecionar na comunidade? Se tivesse a chance de ficar na cidade, o senhor (a) escolhia a cidade ou comunidade?

Gráfico 6 - Entrevistas com professores.

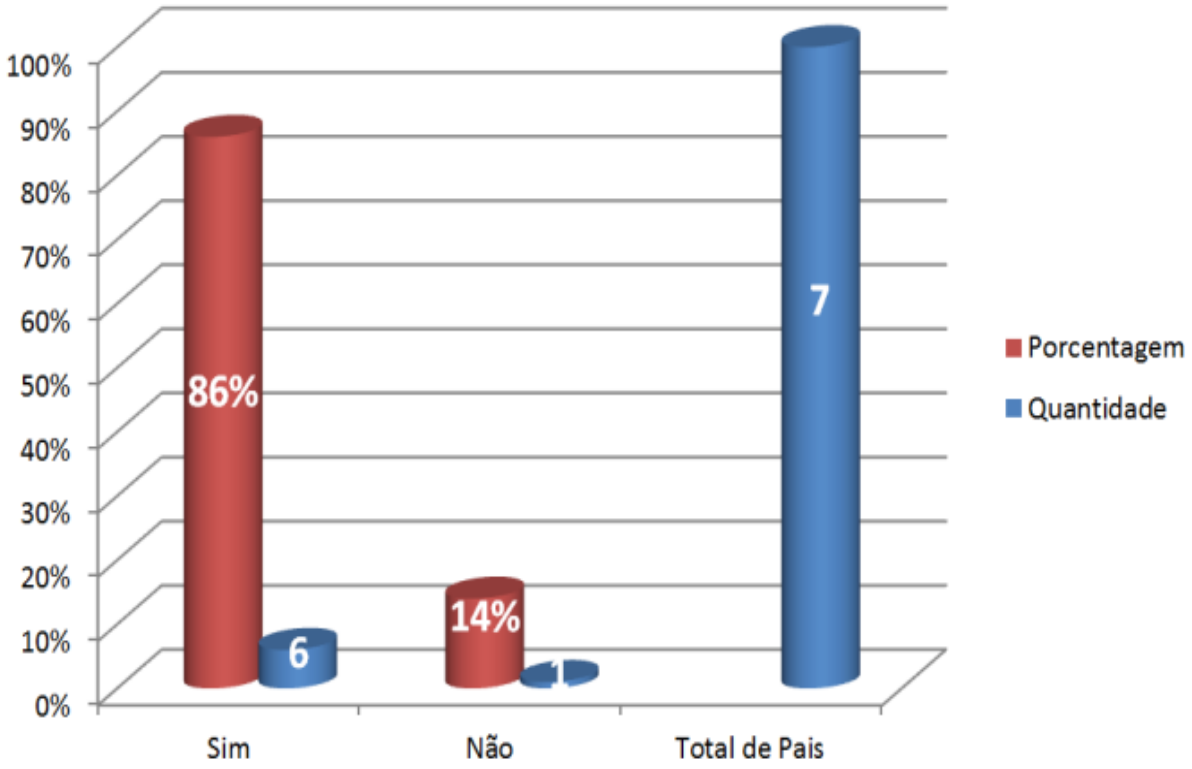


Fonte: Fábio Lima, 2022.

Ficamos surpreendidos pelas respostas, pois o resultado foi meio a meio, o que percebo certo desconforto dos professores ao responder à pergunta, pois demonstra ser uma pergunta que coloca em xeque a permanência dos mesmos nas comunidades. Por esse motivo, resolvemos preservar o nome dos professores que contribuíram conosco.

Em seguida, apresento o resultado da pesquisa realizada com os pais de alunos, para ter uma noção da importância da escola na comunidade ribeirinha do rio Purus. A primeira pergunta selecionada para colocar neste trabalho é a seguinte: Seu filho consegue aprender a ler e escrever com clareza estudando na comunidade?

Gráfico 7 - Entrevistas com pais de alunos.

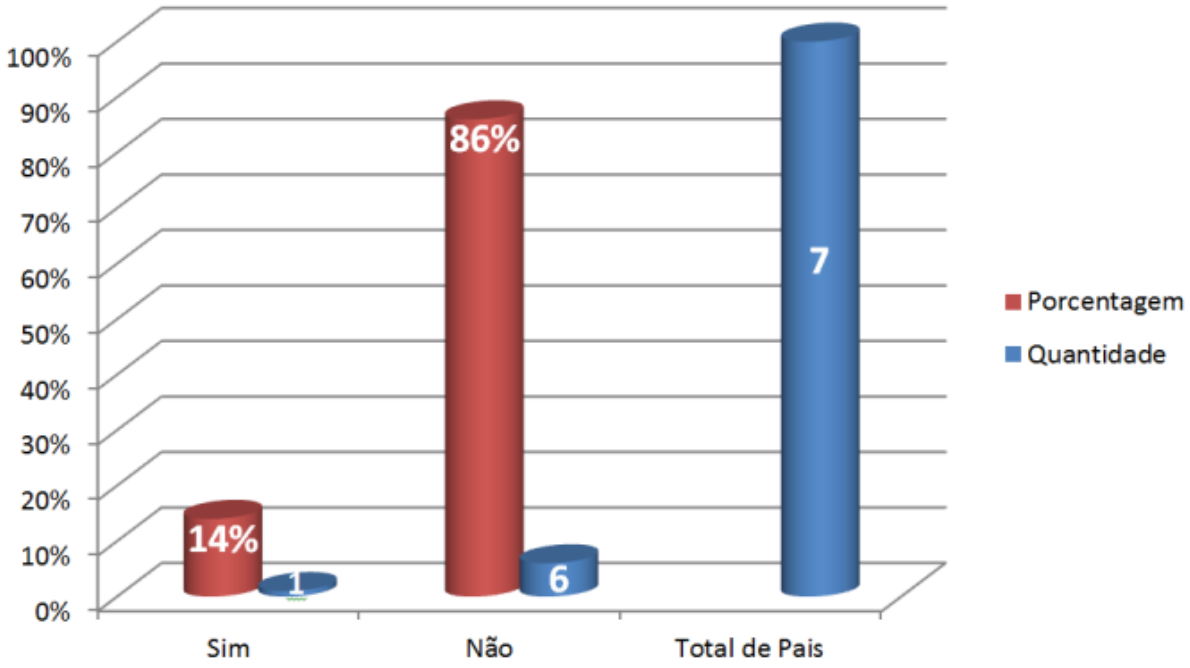


Fonte: Fábio Lima, 2022.

Percebe-se que, em porcentagem, os valores são altos, mas, em número real, a quantidade é bastante baixa. Gostaria também de justificar que 15 pais ficaram envergonhados de responder as perguntas, e que também havia pais que tinham até 06 filhos estudando, o que diminui a participação nas entrevistas.

A segunda pergunta que fiz foi planejada pensando no futuro dos filhos, pois os pais são sabedores das dificuldades que é morar em uma comunidade praticamente isolada no rio Purus, no meio da floresta Amazônica. Então fizemos uma pergunta conjugada: O(A) senhor(a) pretende sair da comunidade? Por quê?

Gráfico 8 - Entrevistas com pais dos alunos.



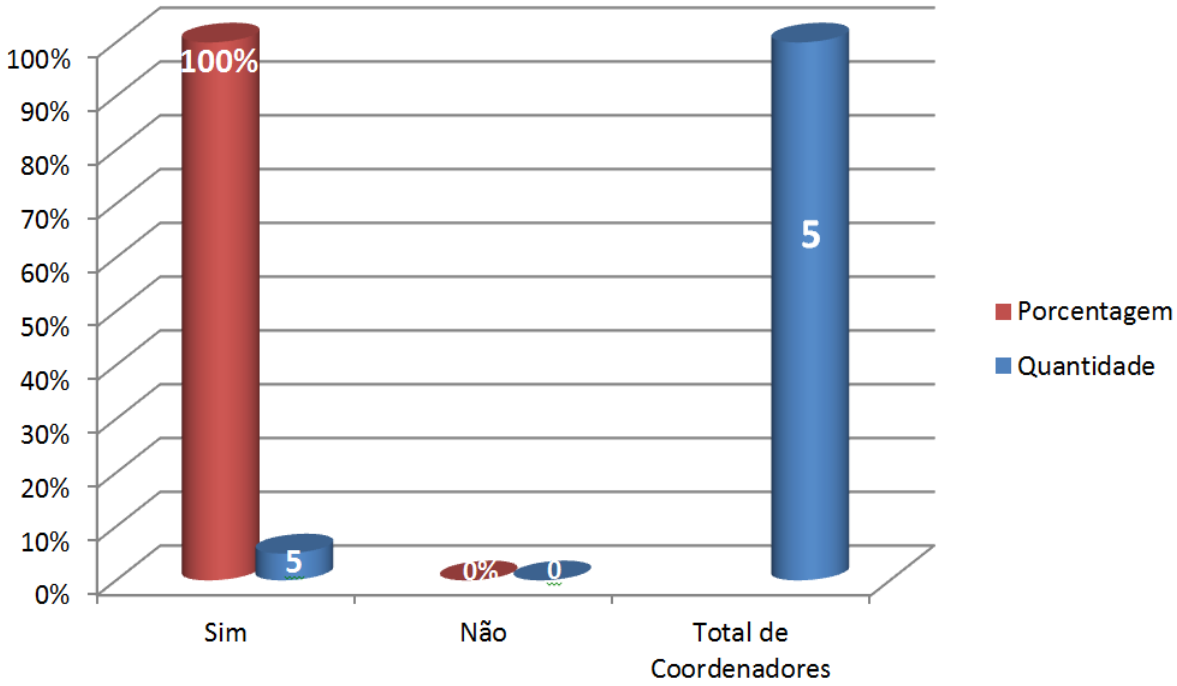
Fonte: Fábio Lima 2022.

As respostas foram opostas à pergunta anterior, pois apenas um pai de alunos respondeu que desejava sair da comunidade, para que os filhos pudessem estudar e ter um futuro melhor. Os que responderam “não”, justificaram que na cidade não teriam como sobreviver, pois não tinham profissão para trabalhar nos empregos que a cidade oferece, já que somente sabem trabalhar com a agricultura, e a cidade exige escolaridade para as pessoas conseguirem emprego. Portanto, eles preferiam continuar nas comunidades e, se tivessem condições e lugar para os filhos morarem, mandavam os filhos para estudar na cidade de Lábrea e Pauini.

Para fechar o trabalho de campo, fui entrevistar os coordenadores na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), para compararmos com o trabalho colhido nas comunidades visitadas. Dessa forma, consegui que apenas 05 coordenadores respondessem nossas perguntas. Percebi certo receio em responder as perguntas, pois poderiam contrariar o sistema dominante politicamente pelo poder público local.

Da mesma forma que fiz com os outros segmentos da sociedade envolvidos na pesquisa, selecionei os resultados mais pertinentes, para expor neste trabalho. A primeira pergunta foi: É comum a troca de professores por comunidade?

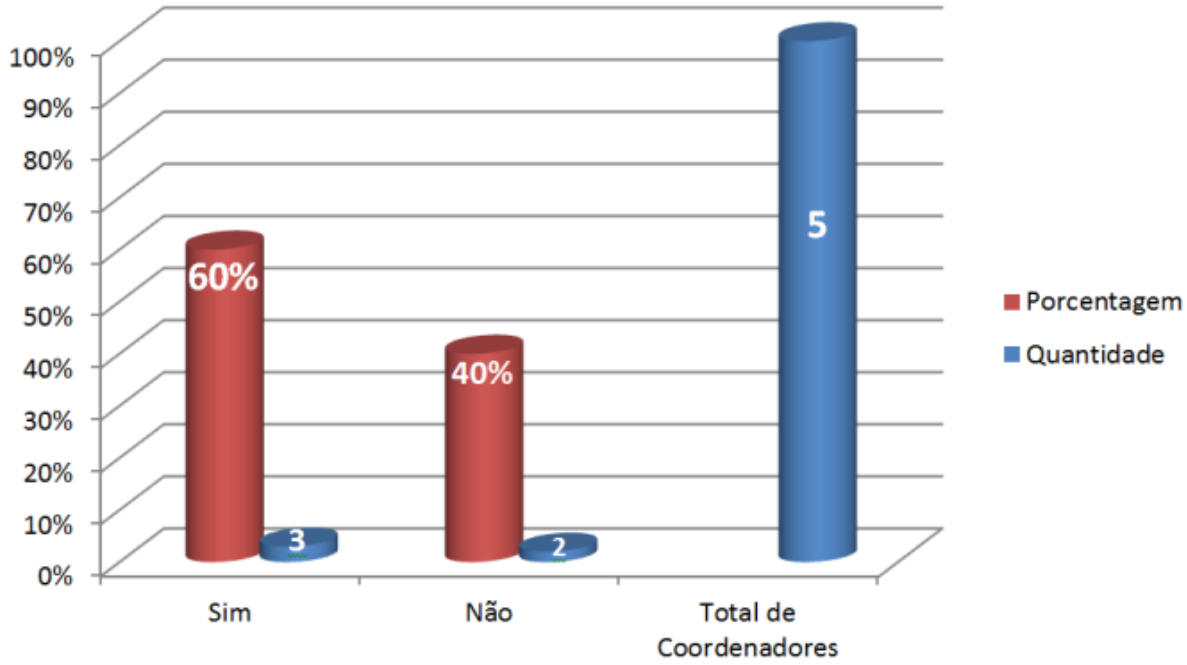
Gráfico 9 - Entrevistas com coordenadores



Fonte: Fábio Lima, 2022.

O resultado me deixou bastante incomodado, porque defendo que o ensino seja prioridade para todos os cidadãos brasileiros e, quando o trabalho é interrompido, demonstra que a preocupação com o conhecimento não está sendo prioridade por parte do poder público local. Na segunda pergunta, questionei sobre a disponibilidade de material didático para os alunos matriculados. A pergunta foi: Os materiais didáticos estão disponíveis para os alunos nas comunidades?

Gráfico 10 - Entrevistas com coordenadores.



Fonte: Fábio Lima, 2022.

Realizei essa pergunta para fazer um contraponto com a questão do conhecimento adquirido e a forma de ensino adotado por professores das comunidades ribeirinhas do rio Purus, para adaptar o conteúdo à realidade local, mas se os alunos não receberem os materiais didáticos, fica ainda mais difícil para essa adaptação.

Sendo assim, agradeci os que colaboraram com nossa pesquisa e principalmente as pessoas solidárias, que disponibilizaram estada para a equipe passar a noite, em casas de desconhecidos, que aceitaram contribuir com as entrevistas e nos acolher em suas residências. O aprendizado na pesquisa é fenomenal, quando vivenciamos a realidade de alguns lugares, em que é comemorada a presença de professor, mesmo que ainda não tenha uma formação concluída, mas que para os comunitários é uma grande vitória, saber que os filhos estão aprendendo a ler e a escrever. Portanto, fica aqui esse registro de agradecimento e de vivência da pesquisa de campo, que é fabulosa.

7 REFLEXÕES FINAIS

A pesquisa sobre professores nômades do rio Purus é uma forma de apresentar à sociedade as dificuldades e desafios que são enfrentados pelos gestores municipais, para levar o ensino além das “barrancas” dos rios da Amazônia. Isso envolve logística, contratação de professores, contratação de transporte seguro, para entregar a merenda escolar e principalmente respeitar os fenômenos naturais, porque na Amazônia temos anos com verão muito intenso e invernos prolongados, o que dificulta o planejamento do ano letivo das escolas ribeirinhas.

O meio de transporte mais utilizado no Amazonas são os barcos que viajam pelos rios, para atender as comunidades mais distantes das sedes municipais e, dentre os obstáculos enfrentados pelos gestores municipais, estão o ensino e a saúde, que são essenciais para o desenvolvimento e bem-estar da população. O ensino apresenta uma dificuldade mais particular, porque envolve ano letivo, cumprimento de carga horária, e as crianças aprenderem na idade certa.

Os professores, ao serem selecionados para ministrar aulas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, precisam realizar uma verdadeira maratona, que envolve mudança da cidade para a comunidade destinada, encarar um ambiente social diferente do que estava acostumado a viver, adaptar-se a uma nova conduta de vida, conhecer o desconhecido, aprender uma nova cultura social e respeitar as tradições culturais que a comunidade cultiva e acreditar que seu trabalho pode fazer a diferença no desenvolvimento educacional da comunidade que estiver ministrando suas aulas.

As dificuldades são inúmeras, porque os professores selecionados para lecionar nas comunidades levam consigo os familiares e os objetos pessoais, para ficarem na comunidade por um período de 08 meses de trabalho, que consolida o ano letivo do ensino nas comunidades das zonas rurais e ribeirinhas. Conforme

informado anteriormente, o ano letivo é planejado para iniciar no mês de abril e finalizar no mês de dezembro. Porém, vale ressaltar que, durante o período letivo, são respeitados somente os feriados religiosos, são trabalhados 31 sábados letivos, não tem o recesso escolar no meio do ano, para que se possam cumprir os 200 dias (CALENDÁRIO ESCOLAR, 2019).

Os professores selecionados para lecionar em áreas ribeirinhas se deparam com situações de precariedades, que não fazem parte do cotidiano das pessoas que são acostumados a viver na cidade, que mesmo com as deficiências que existem de infraestruturas das cidades amazônicas, suas casas têm uma estrutura física de acordo com suas necessidades, energia elétrica, água encanada, internet, TV a cabo, banheiro com vaso sanitário e chuveiro.

Na cidade, existe a facilidade de os professores usufruírem do supermercado, do transporte, do lazer, da igreja, dos postos de saúde, da praça e ter a família sempre por perto, o que faz com que os professores possam se sentir em um lugar confortável. Porém, nas comunidades, os professores se deparam com a falta de tudo que podemos caracterizar de “conforto mínimo”, para desfrutar com a família. Em muitas comunidades, precisam carregar água do rio, subindo e descendo barrancos inclinados, fazer suas necessidades fisiológicas nas casinhas conhecidas como privadas, com um buraco no chão cercado de madeira, tomar banho no rio sem privacidades, precisam saber pescar e caçar, defender-se de animais perigosos e peçonhentos, a energia elétrica oferecida é somente das 18h às 22h. A vida é somente dentro da comunidade, sem acesso a outros ambientes de diversão, como aos domingos jogam futebol, ou saírem em grandes grupos para pescar e aproveitar as piracemas.

Como a energia elétrica é através de motores a diesel, nem mesmo no domingo essa energia fica disponível para os professores assistirem a algum programa televisivo, o diesel é calculado para os dias do mês e dentro do horário destinado. Alguns professores adquiriram placas de energia solar, para que no domingo possam assistir TV, e a escola acabar virando um cinema comunitário.

Essa situação de isolamento acaba criando um desconforto aos professores, pois, quando retornam à cidade de Lábrea, solicitam remoção para a área urbana da cidade, ou até mesmo para comunidades mais próximas da cidade, na qual possam passar os finais de semanas na cidade de Lábrea.

Como as mudanças de professores são constantes, o ensino fica comprometido, porque o próximo professor que chegar, também irá passar pelo mesmo processo de adaptação, mudança cultural, saber respeitar as tradições e, quando finalizar o ano letivo, vai lutar para retornar para à cidade, ou a uma comunidade mais próxima da cidade.

Quando falamos de comunidades distantes da sede municipal, falamos de comunidades que ficam entre 12h a quatro dias de viagem de barco até a cidade de Lábrea, e, além do mais, há comunidades que ficam mais próximas dos limites territoriais de cidades vizinhas à Lábrea, tais como Canutama e Pauini, do que próximo da sede municipal de Lábrea.

A única situação que os professores relatam como positivo é que durante o período que ficam nas comunidades trabalhando, os pagamentos dos salários acumulam e geram uma renda que, segundo os professores, “dá para comprar o que precisam”. Isso porque durante o período de trabalho nas comunidades, os professores não têm muitos gastos, porque as comunidades não têm comércios ativos para realizar as compras. A opção viável de compra é o conhecido **regatão** que, subindo e descendo o rio Purus uma vez por mês, devido à logística, tornam-se comerciantes fluviais, que realizam o comércio com as comunidades, vendendo produtos industrializados e comprando os produtos naturais e a produção agrícola. Em alguns casos, ainda realizam o sistema de escambo, porque o dinheiro não circula nas comunidades, e os moradores precisam comprar produtos e, como não têm dinheiro em espécie, fazem a troca dos produtos. Logicamente, os produtos industrializados são bem caros, porque os donos dos regatões inserem nos preços os valores do combustível e dos trabalhadores (SILVA, 2010; SILVA, 2012).

Por esses motivos, quando os professores são selecionados para lecionar nas comunidades, precisam organizar uma estrutura, desde alimentação, vestimentas e medicamentos, para garantir o conforto da sua família durante os oito meses de trabalho nas comunidades destinadas.

O ensino nas comunidades ribeirinhas do rio Purus é um desafio para gestores municipais, professores, pais e alunos. Entende-se que, mesmo com as dificuldades, percebe-se que existe uma evolução educacional, que iniciou com o Coronel Labre, ao ensinar os indígenas no século XIX, chegada do MOBRAL na década de 1970, o ensino fundamental I, na década de 1990, fundamental II, na

década de 2008 e, na década de 2010, a chegada do Ensino Médio através do sistema mediado por transmissão de TV, conectado ao sistema da SEDUC/AM.

Durante o levantamento de informações na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), para o desenvolvimento da pesquisa, um fator que está chamando atenção é a falta de concursos públicos no município, para preenchimento das vagas de servidores municipais, inclusive vagas de professores.

Durante a pesquisa sobre a oferta do Ensino Médio mediada pela mídia, percebemos uma alternativa que poderá atender à necessidade de profissionais nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, com a possibilidade de formar profissionais com graduação pelo sistema mediado, inclusive profissional para trabalhar com as atividades do ensino.

Essa situação depende da força de vontade dos gestores municipais e estaduais, com a realização de parcerias para ofertar cursos de graduação para suprir as necessidades com profissionais qualificados para as comunidades, nas cidades do Estado do Amazonas, atendendo o ensino, a saúde, a agropecuária e gestão, que uma sociedade precisa para seu pleno desenvolvimento. Formação de profissionais na comunidade é para atender as necessidades dos comunitários.

O trabalho foi um grande desafio, mas realizei a pesquisa com dedicação para atingir os objetivos. Porém, não poderia deixar de relatar que foi prazeroso pesquisar sobre o tema e perceber as dificuldades do trabalho dos professores nas comunidades, pois apresentam suas particularidades, suas tradições culturais, ao mesmo tempo em que se percebe o abandono por parte do serviço público na garantia de serviços essenciais aos moradores dessas comunidades distantes da sede municipal de Lábrea.

O Brasil é gigante, e trazermos à tona essas dificuldades para demonstrar a importância do ensino e a valorização da educação, independentemente do local onde estiverem. A educação é direito constitucional e precisa ser oferecida com qualidade e eficiência.

Na proposta apresentada no projeto, teve a pesquisa de campo, que demorou a ser realizada em virtude da pandemia da COVID - 19, mas com o desenvolvimento da ciência, com a disponibilidade de vacinas e os cuidados necessários orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), consegui aplica

as atividades da pesquisa com sucesso e aproveito este momento para relatar a experiência única vivenciada durante a viagem.

Realizei 02 viagens para realizar as entrevistas, sendo a primeira sem sucesso, devido aos decretos estaduais e municipais de isolamento da COVID - 19. Porém, na segunda viagem, consegui realizar as entrevistas, não como havia programado, mas com as observações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa.

A população ribeirinha do rio Purus é receptiva, e fui bem recebido em todas as comunidades que autorizaram nossa subida. Os alunos, professores, comunitários foram acessíveis e prestativos. Ganhei frutas, tomei café, fui convidado para almoçar e, em algumas comunidades, ofereceram-me estada para passar a noite e não dormir na lancha.

A experiência é única e precisa ser descrita, para que as pessoas se sintam valorizadas, pois abriram as portas das suas casas para receber pessoas desconhecidas em um período pandêmico.

Em anexo, coloco fotos das escolas ribeirinhas, tiradas pelos coordenadores de polo nos anos de 2019 e 2020, também registros fotográficos das viagens que fiz, para realizar a pesquisa em Lábrea, nas comunidades do rio Purus, nas escolas, com alunos, professores, pais de alunos e momentos de descontração durante a trajetória da pesquisa.

Acredito que consegui atingir os objetivos e apresentar para a comunidade acadêmica o resultado da pesquisa, com um trabalho consistente, pois, vivenciar toda essa experiência, é para ficar na memória para sempre, pois enfrentei portos escorregadios, peguei chuva e sol escaldante, viajei a noite, dormi nas praias desertas do rio Purus, pesquei, comi nas casas dos comunitários e realizei uma verdadeira pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60.** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002.

ALBRECHT, Nayara. **OS DILEMAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: TECNOLOGIA, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 698 – 702.

ALCÂNTARA, Dalmi. **Ética e Profissionalização docente.** Goiânia: Kelps, 2016.

ALMEIDA, José Luís Vieira de; GRUBISICH, Teresa Maria. **O Ensino e a Aprendizagem na Sala de Aula numa Perspectiva Dialética.** Revista Lusófona de Educação JCR. V.17, p. 65-74, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

ANDRADE, Roberto Ferreira Coelho de; ANDRADE, Aldair Oliveira de. **DILEMAS DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ENSINO:** reflexões sobre a política de educação em comunidades ribeirinhas. São Luís, V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

ASSIS, Mariane Carvalho de.; GURGEL, Helena da Costa.; ANGELIS, Carlos Frederico de. **A relação entre a dinâmica da malária e problemas socioambientais na bacia do rio Purus**. In: III Simpósio Nacional de Geografia da Saúde e I Fórum Internacional de Geografia da Saúde, 2007.

BARBOSA, Gisele Silva. **O Desenvolvimento Sustentável**. In: Revista Visões 4ª Edição, nº 4, Volume 1 – Jan/Jun, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos:** considerações históricas. In: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Edição nº 1, Volume 2 – pp. 196-209, 2015.

BERREYRO, Gladys Beatriz. **O "Programa Alfabetização Solidária":** terceirização no contexto da reforma do Estado. Educar em Revista. Curitiba, nº 38. Editora UFPR, p. 175-191. Set/dez, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura:** Memórias dos anos sessenta> Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 23, nº 49, p. 377-407, set/dez, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde:** escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 01/2002/DF**. Brasília: Ministério da Educação, 29 de janeiro de 2002.

BRIGIDA, Alexsander Luiz Braga Santa; RAMOS, Evandro de Morais. **Banzeiros do Rio Negro e a Escola Ribeirinha:** as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. Revista Teias, v. 21, n. 61, abril/junho de 2020.

BURKER, Peter. **A Escrita da História:** Novas perspectivas; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo:** Traços de uma identidade. In: Kolling, Edgar Jorge et al (org). **Educação do Campo:** Identidade e Políticas Públicas. Coleção por uma Educação do Campo. Nº 04, Brasília: DF. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CARDOSO, Denise Machado; BANDEIRA NETTO, Felipe. **REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE VIVER E CONVIVER EM FAMÍLIA NO ISOLAMENTO SOCIAL**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 226-229, 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

Colares, Anselmo Alencar. **História da Educação na Amazônia:** Questões de Natureza Teórico-Metodológico Críticas e Proposições. Revista HISTEDBR (online). Campinas, número especial, p. 187-202, out/2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2. ed. Trad. de Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2019.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto:** Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007.

DORNAS, Roberto. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** comentários e anotações. Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1997.

ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação - SEDUC. **Relatório das aulas mediadas por mídia nas comunidades ribeirinhas do rio Purus**. Lábrea/AM, 2018.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenice Sangoi. **A CULTURA ESCRITA PARA ALÉM DO AMBIENTE FORMAL DE APRENDIZAGEM:** interagindo com possibilidades do meio rural e urbano. IN: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenice Sangoi. (org.). **Desafios e Perspectivas na Educação Rural:** fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba, Paraná: CRV, p. 114-122, 2014.

FERRARINI, Sebastião Antônio. **Rio Purus:** história, cultura, ecologia. São Paulo: FTD, 2009.

FERRARINI, Sebastião. **Progresso e Desenvolvimento no Purus**. São Paulo: FTD, 1985.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **E o rio, entra na escola? Cotidiano de uma escola ribeirinha no município de Benjamin Constant/AM e a formação de seus professores.** 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRANÇOSO, Luís Michel. **A CULTURA DA COVID-19 E A NATUREZA HUMANA**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 75-78, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007 1129. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

FURLIN, Neiva. **DA EDUCAÇÃO PRESENCIAL À EDUCAÇÃO REMOTA: A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 690-693, 2020.

GADOTTI, Moacir. **Ecopedagogia, Pedagogia da Terra, Pedagogia da Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para a Cidadania Planetária**. In: http:// www.paulofreire.org/Cpf/Cpf Acervo 000137, 2009.

GALLINA, Simone. **O Ensino de Filosofia e a Criação de Conceitos**. Campinas, Vol. 24, n. 64, p. 359-371, 2004.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda; CROCHÍK, José Leon. **Propostas Pedagógicas em Livros Didáticos:** reflexões sobre a pseudoformação. Revista Cadernos de Pesquisas V. 46, nº 159, p. 234-258, jan/mar, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa quantitativa e suas possibilidades**. ERA – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONTIJO, Pedro Ergnaldo. **Pensando uma Docência Nômade:** apontamentos a partir do Deleuze (alunos e professor) do ABECEDÁRIO. Revista Sul-americana de Filosofia e Educação – RESAFE, v. 7, nº 6, p. 101-111, abril, 2007.

GUEDES, Cristiane Montalvão. **OS RIBEIRINHOS E O NOVO CORONAVÍRUS**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 333-336, 2020.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. **Analfabetismo entre Jovens e Adultos no Brasil.** Revista Brasileira de Alfabetização – ABALF, Vitória/ES, v. 1, n. 2, p. 88-110, 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HATOUM, Milton. **Um Solitário à Espreita:** crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2017. Rio de Janeiro: **IBGE**. **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

JACKSON, Joe. **O Ladrão no Fim do Mundo:** Como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha; tradução Saulo Adriam. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JESUS, Suzana Cavalheiro de. **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 685 – 689, 2020.

KATZER, Letícia. **Dinamizando el concepto de normandismo. Notas teóricas y etnográficos sobre um modelo territorial no reconocido**. Tabula Rosa, 37, 151-167. Universidad Nacional de Cuyo-Conuet, Argentina, 2020.

KREUTZ, Marcos Rogério; et al. **Educação Patrimonial:** dinâmicas da colonização humana no Vale do Taquari. Lajeado/RS: Ed. Univates, 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **CIÊNCIAS SOCIAIS E O CORONAVÍRUS**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 322-323, 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LIMA, Emerson dos Santos; CÉSAR, Rozevania Valadares de Meneses. **Professores Nômades: (Re) Construindo Táticas Pedagógicas no Ciberespaço.** Revista Docência e Cibercultura – REDOC. Rio de Janeiro, v. 4, nº 2, p. 119 – 142, maio/agosto, 2020.

LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de. **Formação Inicial dos Professores que Trabalham em Comunidades Ribeirinhos do Sudeste da Amazônia**. XI – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. II – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E

EDUCAÇÃO – SIRSSE. IV – SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE – SIPD/CÁTEDRA UNESCO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, de 23 a 26/09/2013.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria de Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades Ribeirinhas da Amazônia:** organização sociocultural e política. Interações (UCDB). V.17, p. 66-76, 2016.

LOBATO, Vivian Silva; DAVIS, Claudia Leme Ferreira. **Saberes e Profissionalidade de Egressos do Curso de Pedagogia das Águas:** a formação inicial em foco. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 167-185, nov/dez, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. **Democracia nas políticas de currículo.** Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 42, p. 700-715, 2012.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias Pós-críticas, Política e Currículo.** Revista Educação, Sociedade e Cultura**,** nº 39, p. 7-23, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas Políticas de Currículo**. Revista Currículo sem Fronteiras. Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, p. 33-52, jul/dez, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos?** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, nº 26, p. 109-119, 2004.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Nota Introdutória – Cultura e Política: implicações para o currículo**. Revista Currículo sem Fronteira. Rio de Janeiro, v. 9, nº 2, p. 5-10, jul/dez, 2009.

LOPES, Ronilson de Souza. **Navegando**. *In*: LEITE, Antônia Paula Vasconcelos. **Navegando em Poesia**. Lábrea-AM, Independente, 2021.

MACEDO, Elizabeth; MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antônio Carlos (ORGs.). **Como Nossas Pesquisas Concebem a Prática e com ela Dialogam?** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2008.

MARCONI, Marisa de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marisa de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Francisca Adma de Oliveira. **A Construção da Identidade Formativa e Profissional do Professor na Escola Rural Ribeirinha do Vale do Juruá:** a pedagogia das águas. 2015. 288f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARTINS, Kézia Siméia da Silva. **Identidades, Saberes e Currículos das Escolas de Ensino Fundamental em Parintins-AM**. 2016. 204f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MATOS, Cleuza Maria Alves de. **Construção do Conhecimento e a Alfabetização Solidária**. Revista Uningé, nº 4, p. 83-90. Abr/jun, 2005.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo; FRANCO, Marcelo Horta Messias. **LÁBREA E O "NOVO CORONAVÍRUS":** BIOPOLÍTICA E OS IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MÉDIO PURUS, AM. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de; MIRIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MELO], Eriki Aleixo de. (org.). **Pandemia e Território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020. p. 203 - 238.

MENDES, Leila Said Assef; et al. **A prática docente em uma escola ribeirinha na ilha do Marajó:** um estudo preliminar em contexto naturalístico. Revista Educação, Porto Alegre, V. 31, nº 1, p. 80-87, jan/abr. 2008.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Alfabetização Solidária. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - *Educabrasil***. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/alfabetizacao-solidaria/>. Acesso em: 24 de out. 2020.

MOURÃO, Andreza Bastos. **Educação Presencial Mediada por Tecnologia com Interatividade em Tempo Real.** 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Computação e Sistemas Digitais) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MUNHOZ, Angélica Vier. **Por uma Docência Nômade:** em defesa de uma política do movimento. Revista de Educação Unisinos. São Leopoldo, v. 23, nº 3, julho – setembro, p. 425 – 438, 2019.

MUNICÍPIO DE LÁBREA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SEMEC. **Relatório das aulas do ensino fundamental nas escolas ribeirinhas do rio Purus**. Lábrea/AM, 2018.

NASCIMENTO, Janilse Trindade do. **Ensino Médio presencial com mediação tecnológica numa escola ribeirinha do Amazonas**. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

NAKAMURA, Eunice; SILVA, Cristiane Gonçalves da. **O CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19:** DESIGUALDADES SOCIAIS, VULNERABILIDADE E CAMINHOS POSSÍVEIS. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 165-167, 2020.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **MUNDOS, VIDA E VIDAS EM JOGO – FABULAÇÕES SOBRE QUARENTENA EIMAGINAÇÃO**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 108 – 113, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. **OS DILEMAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA:** TECNOLOGIA, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 707 – 710, 2020.

OLIVEIRA, Franciele Jesus de; SANTOS, William; SOUZA, Anderson Teixeira de. **Entre Desafios e Possibilidades:** práticas docentes desenvolvidas em classes multisseriadas. Revista Científica da FASETE, v. 3, p. 68-83, 2017.

OLIVEIRA, José Sávio Bicho de. **Os ribeirinhos da Amazônia:** das práticas em curso à educação escolar. Revista de Ciências da Educação. Americana, SP. Ano XVII, N. 32, p. 73-95. Jan/Jun, 2015.

OLIVEIRA, Rônisson Souza de.; PERALTA, Nelissa. **O Rio Comanda a Vida:** Aprendizagem do nado em uma comunidade ribeirinha do Amazonas. Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud, 18(1), 1-27, 2020, http://dx.doi.org/ 10.11600/1692715x.18104

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **PESQUISAR NAS NARRATIVAS DE VIDA COM MICHEL FOUCAULT:** a noção de cuidado de si na formação docente. IN: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenice Sangoi. (org.). **Desafios e Perspectivas na Educação Rural:** fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba, Paraná: CRV, 2014. P. 87-97.

OSTI, Andréia; BRENELLI, Rosely Palermo. **Análise Comparativa das Relações entre Ensino e Aprendizagem por Professores e Alunos**. Psicologia Escolar e Educacional (Impresso), V.17, p. 55-63, 2013.

PACHECO, José Augusto. **Teoria (Pós) Crítico:** passado, presente e futuro a partir de uma análise dos estudos curriculares. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 11, nº 1, p. 6-22, abr, 2013.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. **Perfil, concepções e práticas pedagógicas de professores que atuam em turmas multisseriadas de escolas públicas de Sergipe**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (oline), Brasília, v. 95, nº 241, p. 676-695, set/dez, 2014.

PEDRO, Neuza; MATOS, João Filipe. **NOVOS DESIGNS, FERRAMENTAS E PEDAGOGIAS**. IN: RIBAS, Arilson Sartorelli; et tal. (org.). **Seminário Nacional Investigando Práticas de Ensino em Sala de Aula (3. 2015: São Paulo, SP). Seminário Internacional de Práticas Pedagógicas Inovadoras (1. 2015: São Paulo, SP.). Ensinar a aprender:** o saber de práticas de ensino inovadoras: **atas digitais do 3º Seminário Nacional Investigando Práticas de Ensino em Sala de**

Aula, 1º Seminário Internacional de Práticas Pedagógicas Inovadoras. – Dados eletrônicos – tic EDUCA, 2016 EVENTO SATÉLITE: 2015, São Paulo.

PEREIRA, Simone Maria de Souza; PEDROSA, Eliane Maria Pinto. **Proposta Didática à Luz da Pedagogia Histórico-Crítica:** da prática social inicial à prática social final. IFM/PROFEPT, Maranhão, 2020.

PINHEIRO, Geslani Cristina Grzyb. **Teoria Curricular Críticas e Pós-Críticas:** uma perspectiva para a formação inicial de professores para a educação básica. Revista Analecta. Guarapuava, Paraná, v. 10, nº 2, p. 11-25, jul/dez, 2009.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros:** trabalho e conflito no Porto de Manaus 1899-1925. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado e Cultura/Editora da Universidade Federal do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas, 2003.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. In: ANPAE, 2007, Rio Grande do Sul. Cadernos ANPAE. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

PIONTKOVSKY, Danielle; GOMES, Maria Regina Lopes. **Currículos Problematização em Práticas e Políticas.** Revista Teias, v. 13, n° 27, p. 299-317, jan/abr, 2012.

PIRES, Wanessa Andrade; et al. **Populações Ribeirinhas do Rio Amazonas**. Ribeirão Preto/SP, UNAERP, 2015.

POJO, Eliana Campos. **Processo educativo em comunidades ribeirinhas da Amazônia**. In: Programa de Pós-graduação em Mestrado da UMESP/SP, 2003.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1977.

REIS, Daniela Castro dos. **Araraiana e Combu:** em estudo comparativo de dois contextos ribeirinhos amazônicos. Belém/PA. Temas em Psicologia, vol. 20, nº 2 p. 429-438, 2012.

RIBEIRO, Márden de Pádua. **Teorias Críticas e Pós-Críticas:** pelo encontro em detrimento do radicalismo. Revista Movimento de Educação, ano 3, nº 5, p. 284-371, 2016.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL:** notas para uma reflexão. Ribeirão Preto/SP. Paidéia, FFCLRP – USP. N. 4, Fev/Jul, p. 15-30, 1993.

RIVERA, Medardo Namutche; et al. **O Papel Social do Professor em Comunidade Ribeirinhas dos Municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant/ AM**. Revista – RECH. Ano 2. Vol. III. N. 2, jul/dez, 2018, p. 209-231.

ROCHA, Hélio Rodrigues da. **Maciary, ou para além do encontro das águas**. São Paulo: Baraúna, 2012.

ROCHA, Hélio Rodrigues da. **Gaívotas**. São Paulo: Penalux, 2015.

ROCHA, Hélio Rodrigues da. **Coronel Labre**. São Carlos: Scienza, 2016.

ROCHA, Maria Mendes da. **OS GOVERNOS MUNICIPAIS FRENTE AO CORONAVÍRUS**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 202 – 205, 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAMPAIO, Danusa Teodoro. **Sustentabilidade Urbana:** Conceitos e Controvérsias. In: V - Encontro Latino-Americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. ELECS. Recife, 2009.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista:** guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. Manaus: EDUA, 2002.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. **Mobral:** A Representação Ideológica do Regime Militar nas Entrelinhas da Alfabetização de Adultos. Revista Crítica de História, ano V, nº 10, dezembro, 2014.

SANTOS, Lúcia Regina Silva dos. **Ensino Presencial Mediado por Tecnologia do Estado do Amazonas.** 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) – Universidade Fernando de Pessoa, Porto, 2017.

SCHÖN, Donald A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, António (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SCHULZ, Almiro; GOMES, Valéria Rodrigues Dias; DOMINONI, Marta Lúcia Rezende. **O Impacto da Alfabetização Solidária Sobre a Formação dos Alfabetizadores**. Revista Espaço Pedagógico – REP. Passo Fundo, v.15, nº 1, p. 150-161, jan/jun, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Antônio Carlos Galvão da. **O Seringal no Município de Lábrea:** o espaço vivido e a resistência de um tempo. São Paulo: Scortecci, 2012.

SILVA, Lourdes Helena da. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância:** A experiência brasileira. In: Revista de Ciências da Educação. Nº 05, Jan/ABR, Viçosa/MG, 2007.

SILVA, Maria Aparecida Nascimento da. **Currículo da Escola Ribeirinha na Amazônia e a Produção da Identidade Cultural dos Docentes e Alunos das Classes Multisseriadas do Ensino Fundamental**. 2015. 186f. Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SILVA, Pedro Pires da. **Retratos sul-amazônicos:** fragmentos da história do Rio Purus. São Paulo: Scortecci, 2010.

SOUZA, Dayana Viviany Silva de. **Currículo e Saberes Culturais das Universidades dos Discentes Ribeirinhos do Curso de Pedagogia das Águas de Abaetetuba – Pará**. 2011. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Mariana Martins de. "**A FORMA DA OUTRA BEIRA":** escolas rurais – entre invisibilidades, permanências e perspectivas. IN: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenice Sangoi. (org.). **Desafios e Perspectivas na Educação Rural:** fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba, Paraná: CRV, 2014. P. 69-85.

TEKUYA, Tereza Kazuko; et al. **Classes Multisseriadas no Acre**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. (online), Brasília, v. 94, nº 237, p. 564-584, mai/ago, 2013.

THIES, Vania Grim. **A Pesquisa no Meio Rural**: escritos ordinários e a relação com alfabetização e letramento. IN: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenice Sangoi. (org.). **Desafios e Perspectivas na Educação Rural:** fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares. Curitiba, Paraná: CRV, p. 04-19, 2014.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

VASCONCELOS, Clara Maria da Silva de; PRAIA, João Félix; ALMEIDA, Leandro da Silva. **Teorias de Aprendizagem e o Ensino/ Aprendizagem:** da instrução à aprendizagem. Psicologia Escolar e Educacional. V. 7. V.1, p. 11-19, 2003.

VASCONCELOS, Corina Fátima Costa. **Pedagogia da Identidade:** interculturalidade e formação de professores. 2016. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

VASCONCELOS, Georgina Terezinha Brito de. **Educação Básica Ribeirinha:** um estudo etnográfico na região amazônica. 2017. 179f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados e, Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

VASCONCELLOS, Jorge. **A Filosofia e Seus Intercessores:** Deleuze e a Não-Filosofia. Campinas, Vol. 26, n. 93, p. 1217-1227, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, Culturas e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V. 23, p. 05-15, 2003.

Vendramini, Célia Regina. **Educação e trabalho:** reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. CEDES, vol. 27 Nº 72, Ago., 2007.

VIEIRA, Felipe de Souza; SILVA, Simone Souza; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas Ribeirinhas de Parintins/AM**. VI – FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED. Campina Grande, Vol. 1. Ed. 4, Realiza, 2015.

VIRGINIO, Alexandre Silva. **EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E COVID-19**. IN: GOSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo. (org.). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS, Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 690 – 693.

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.

ANEXOS

FOTOS DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS DO RIO PURUS 2019.

Foto 01: Escola Municipal Novo Marahã.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 02: Escola Municipal Sebastopol.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 03: Escola Municipal Santo Antônio.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019. Fonte:

Foto 04: Escola Municipal São Pedro.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 05: Escola Municipal São José.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 06: Escola Municipal N. Sra. da Conceição

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 07: Escola Municipal Isabel Pinheiro.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 08: Escola Municipal São Francisco.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 09: Escola Municipal Santa Rita de Cássia.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 10: Escola Municipal 7 de Setembro.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 11: Escola Municipal Rdo. Bento Crispim.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 12: Escola Municipal Enoque Gomes,

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 13: Escola Municipal Natal.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 14: Escola Municipal João Firmino.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 15: Escola Municipal Gomes Filho.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 16: Escola Municipal Humberlino Bezerra.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 17: Escola Municipal N. Sra. da Conceição.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

Foto 18: Escola Municipal Deuzelite.

Fonte: SEMEC/LBR, 2019.

FOTOS DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS DO RIO PURUS 2020.

Foto 19: Escola Municipal Coronel Labre.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 20: Escola Municipal São Sebastião.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 21: Escola Municipal São Francisco Ituxi.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 22: Escola Municipal N. Sra. de Fátima.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 23: Escola Municipal Santa Inês.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 24: Escola Municipal Getúlio Vargas.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 25: Escola Municipal Nova Esperança.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 25: Escola Municipal Santa Vera.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 26: Escola Municipal Santo Antônio.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 27: Escola Municipal São Francisco.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 28: Escola Municipal São Bartolomeu.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 29: Escola Municipal São Sebastião.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 30: Escola Municipal São João.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 31: Escola Municipal São Francisco.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 32: Escola Municipal São José.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 33: Escola Municipal Nova Marahã.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 34: Escola Municipal Gonçalves de Farias.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 35: Escola Municipal José Cezar.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 36: Escola Municipal N. Sra. de Fátima.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 37: Escola Municipal Sebastopol.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 38: Escola Municipal Maria de Nazaré.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 39: Escola Municipal São Francisco Amparo

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 40: Escola Municipal Santo Antônio do Sitia.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 41: Escola Municipal São Pedro.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 42: Escola Municipal São José.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 43: Escola Municipal N. Sra. da Conceição.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 44: Escola Municipal Isabel Pinheiros

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 45: Escola Municipal Nova Morada.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 46: Escola Municipal São Pedro do Cacau.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 47: Escola Municipal São Francisco Acimã.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 48: Escola Municipal São Francisco d Maloca.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 49: Escola Municipal Rda Bento Crispin.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 50: Escola Municipal N. Sra. de Nazaré.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 51: Escola Municipal Santa Hilda.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 52: Escola Municipal Santa Fé.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 53: Escola Municipal Boa Esperança.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 54: Escola Municipal Rdo Gabriel dos Santos.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 55: Escola Municipal Pirapuru.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

FOTOS QUE RETRATAM AS DIFICULDADES DE ACESSO ÀS ESCOLAS RIBEBINHAS DO RIO PURUS.

Foto 56: Desembarcando utensílios professores.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 57: Carregando combustível para gerador.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 58: Esvasiando os galões de combustível.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 59: Rancho dos professores.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 60: Porto de acesso à comunidade.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 61: O equilibrismo nas toras de madeira.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 62: Voadeira para entrega de mereda.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 63: Cozinha da escola.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 64: Gerador de energia elétrica.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 65: Transporte dos alunos.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 66: Abastecimento das escolas.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 69: Carregando a merenda escolar.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 70: Coordenadores abastecendo as escolas.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 71: Abatsecimento com a voadeira.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 72: Porto com toras de madeira.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 73: Entrega da merenda escolas ao professor

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 74: Porto de acesso à escola.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 75: Momento de lazer dos coordenadores.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 76: Ornamentação da escola.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 77: Cantinho da leitura.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 78: Limpeza do terreno da escola.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

Foto 79: Entrega da merenda, praia descoberta.

Fonte: SEMEC/LBR, 2020.

FOTOS DA PESQUISA DE 2020

Foto 80: Pescando com minha filha no Purus.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

Foto 81: Pescando com meu primo.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

Foto 82: Tentando realizar a pesquisa.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

Foto 83: Tarrafiando para pescar o almoço.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

Foto 84: Aguardando os peixes se manifestar.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

Foto 85: Preparando o lance.

Fonte: Fábio Lima, 2020.

FOTOS DA PESQUISA DE 2021

Foto 86: Pesquisa na SEMEC.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 87: Preparando para pesquisa em 2021.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 88: Aguardano o prático, para viajar.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 89: Saindo de Lábrea.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 90: Iniciando a viagem da pesquisa de campo.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 91: Comunidade ribeirinha.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 92: Visitando os comunitários

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 93: A tranquilidade da comunidade ribeirinha.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 94: Comunidade ribeirinha praia da Lábrea.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 95: Cortando a melancia doado por alunos.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 96: Porto escorregadio da comunidada.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 97: Aplicando o questionário.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 98: Construção de barco pelo comunitários.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 99: Estrutura da comunidade.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 100: Paz da comunidade.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

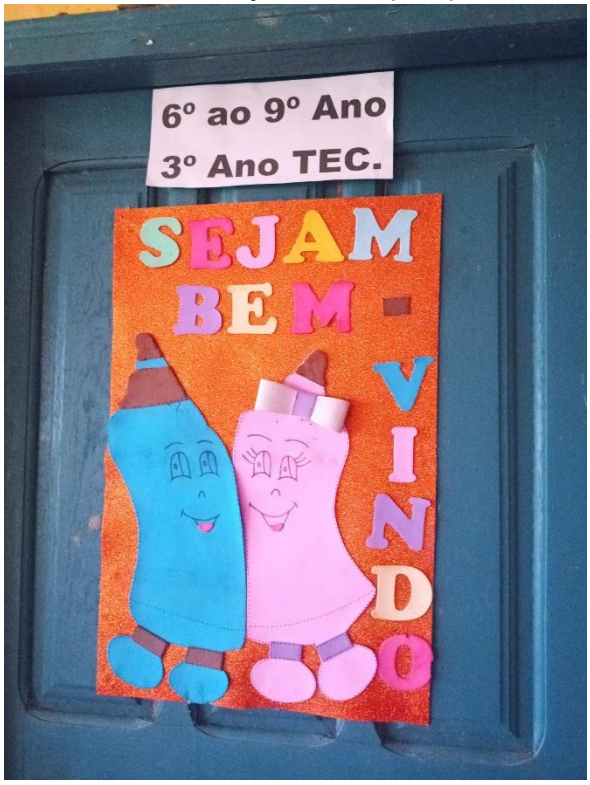
Foto 101: Aplicando questionário às professoras.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 102: Sistema de internet da comunidade.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 103: Indentificação da sala pelo professor.



Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 104: Identificação da porta da sala de aula.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 105: Cozinha da escola.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 106: Aplicando questinário aos alunos.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 107: Alunos respondendo o questinário.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 108: Alunos concentrados no questionário.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 109: Pescado para o almoço.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 110: Cansado da pescaria.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 111: Escola da comunidade vista de longe.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 112: Condições do porto após chuva.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 113: Tora de madeira da subida à comunidade

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 114: Frente da escola.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 115: Aplicação dos questionários.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 116: Ornamentação da escola.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

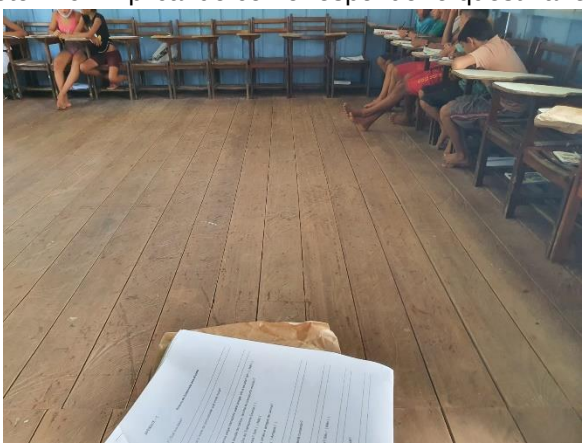
Foto 117: Professores respondendo o questinário.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 118: Barco de transporte de alunos.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 119: Explicando como responder o questinário.



Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 120: Dificuldade de subi o porto após chuva.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 121: Entrevistando pai de alunos.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 122: Subindo o porto escorregadio.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 123: Mostrando a difícil vida de pesquisador.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 124: Vista do rio para a comunidade.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 125: Comunidade de São João, vista do rio.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 126: Plantio de mandioca no porto da escola.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 127: A calmaria das águas.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 128: Alunos tomando banho na água.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 129: Mostrando o resultado da tarrafiada.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 130: Observando a competição de barcos.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

Foto 131: Aguardando passar a chuva.

Fonte: Fábio Lima, 2021.

APÊNDICE

Apêndice – A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **PROFESSORES NÔMADES: a trajetória do ensino nas comunidades ribeirinha no rio Purus, Lábrea, Amazonas, Brasil,** desenvolvida por **Fábio Teixeira Lima**, discente do Doutorado em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates, sob orientação da Professora Dra. Neli Teresinha Galarce Machado.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é analisar a rotatividade de professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus durante o período de 2015 a 2020.

Por que o participante está sendo convidado (critério de inclusão)

O convite a sua participação se deve **ao objetivo da pesquisa que visa ouvir e dar voz a percepção dos alunos sobre o ensino e aprendizagem ofertada nas comunidades ribeirinhas do rio Purus.**

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento.

Você não será penalizado de nenhuma maneira, caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário ao pesquisador do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado (a).

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 40 minutos.

Guardados os dados do material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o entrevistado e o pesquisador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 05 anos, conforme Resolução CNS n^{o} 466/12.

Explicitar benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é contribuir com valorização do ensino e aprendizagem, para as comunidades ribeirinhas do rio Purus.

Previsão de riscos ou desconfortos

Toda pesquisa possui riscos potenciais, porém, ao aceitar participar, você será exposto a riscos mínimos, como emoções e recordações.

Sobre divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados serão divulgados em artigos científicos e na tese.

_____

FÁBIO TEIXEIRA LIMA

Manaus/AM _____/_____/2021

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Apêndice – B

TERMO DE ASSENTIMENTO (no caso do menor)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "**PROFESSORES NÔMADES: A TRAJETÓRIA DO ENSINO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO RIO PURUS, LÁBREA, AMAZONAS, BRASIL**". Neste estudo, pretendemos construir um conceito para a pedagogia ribeirinha, sendo uma modalidade de ensino e aprendizagem para os alunos do rio Purus, no município de Lábrea/AM; e como objetivos específicos de: verificar os critérios de seleção dos professores, para lecionar nas comunidades ribeirinhas; averiguar a formação dos professores que irão lecionar nas comunidades ribeirinhas do rio Purus; analisar o planejamento das aulas e os conteúdos ministrados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus; avaliar a proposta do conceito de pedagogia ribeirinha.

O que nos motivou a estudar esse assunto são as particularidades que envolvem o ensino e aprendizagem ofertados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, os conteúdos ministrados, o calendário escolar que precisa respeitar os fenômenos da natureza, as aulas multisseriadas, formação dos professores e mudança constante dos professores por comunidades.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): A pesquisa será organizada a partir de seis procedimentos metodológicos (1) pesquisa bibliográfica, para verificar o que já foi publicado sobre a temática através do estado da arte; (2) pesquisa documental, verificar os documentos, processos seletivos e formação dos professores; (3) pesquisa de campo, para observar a realidade no deslocamento dos professores; (4) produção de dados através de entrevistas, para elucidar os questionamentos sobre o ensino e aprendizagem nas comunidades ribeirinhas (5) fotos com os participantes das entrevistas e dos locais visitados; (6) vídeos da viagem, para elucidar o contexto social; A produção de dados será feita por meio das entrevistas individuais, com alunos, pais de alunos, professores e servidores das secretarias de educação municipal e estadual.

Para participar deste estudo, seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre

para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do seu responsável. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Lábrea/AM, ____ de _____ de20___ _ .

_____

Assinatura do (a) menor

_____

Assinatura do (a) responsável

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: FÁBIO TEIXEIRA LIMA

Fone: (92) 99601-4655. E-mail: fabio.lima1@universo.univates.br

Apêndice – C

Roteiro de Entrevista aos alunos

1°) Qual sua idade?

_____

_____

2°) Qual o nome da comunidade que você mora?

_____

_____

3°) Você precisa pegar transporte para chegar até a escola? Sim ( ) Não ( )

Você chega à escola de canoa, lancha do transporte escolar?

Canoa ( ) Lancha do transporte escolar ( )

É trazido pelos pais? Sim ( ) Não ( )

Vem sozinho com irmão e amigos de canoa?

Sozinho ( ) Irmão ( ) Amigos ( )

_____

_____

4°) Qual a série você está cursando?

_____

_____

5°) Você gosta de estudar? Sim ( ) Não ( )

_____

_____

6º) O que é a escola para você?

_____

_____

7°) Como você avalia o ensino e aprendizagem, ensinado na escola?

_____

_____

8°) Os conteúdos ministrados em sala de aula fazem parte da realidade da comunidade?

_____

_____

9°) Você tem vontade de sair da comunidade e estudar na cidade?

_____

_____

_____

10°) Em que profissão você quer se formar?

_____

_____

Apêndice – D

Roteiro de Entrevista aos pais de alunos

1°) Qual sua idade e a quanto tempo o senhor mora na comunidade?

_____

_____

2°) Qual o nome da comunidade que você mora?

_____

_____

3°) O(A) senhor (a) estudou até que série?

( ) ensino fundamental incompleto;

( ) ensino fundamental completo;

( ) ensino médio incompleto;

( ) ensino médio completo;

( ) superior incompleto;

( ) superior completo.

_____

_____

4°) O(A) senhor(a) estudou nesta escola comunitária? Em que ano? Estudou até que série? Concluiu o ensino médio? Se não finalizou o ensino médio, por quê?

_____

_____

5°) Como o(a) senhor(a) vê a qualidade do ensino e aprendizagem ofertado nas escolas das comunidades ribeirinhas oferecido aos seus filhos?

_____

_____

6º) Seu filho consegue aprender a ler e escrever com clareza estudando na comunidade?

_____

_____

7°) Qual a importância do ensino e aprendizagem, ensinado na escola para o desenvolvimento da comunidade?

_____

_____

8°) O(A) senhor(a) acompanhou os conteúdos ministrados na escola para seus filhos? Esses conteúdos fazem parte da realidade da comunidade?

_____

_____

9°) O(A) senhor(a) pretende sair da comunidade? Por quê?

_____

_____

_____

10°) Em que profissão o(a) senhor (a) gostaria de ver seu filho formado?

_____

_____

Apêndice – E

Roteiro de Entrevista para os professores

1°) Qual sua idade?

_____

_____

2°) Qual a formação do(a) senhor(a)?

_____

_____

3°) Qual o nome da comunidade que o(a) senhor (a) vai ministrar aulas?

_____

_____

4°) Há quantos anos o(a) senhor(a) trabalha nesta comunidade?

_____

_____

5°) A comunidade que o(a) senhor(a) vai lecionar este ano é a mesma dos anos anteriores?

_____

_____

6º) Além das aulas, o(a) senhor(a) exerce outra atividade na escola? Quais?

_____

_____

7°) Como o(a) senhor(a) observa o desempenho dos alunos?

_____

_____

8°) Como o(a) senhor(a) observa os conteúdos ministrados em sala de aulas, sendo que são os mesmos conteúdos da cidade?

_____

_____

9°) O(A) senhor(a) gosta de lecionar na comunidade? Se tivesse a chance de ficar na cidade, o(a) senhor(a) escolhia a cidade ou comunidade?

_____

_____

_____

10°) Qual o seu sonho como docente desses alunos das comunidades ribeirinhas do rio Purus?

_____

_____

Apêndice – F

Roteiro de Entrevista para os servidores das secretarias de educação municipal e estadual

1°) Qual sua função na secretaria?

_____

_____

2°) Como é realizada a seleção de professores para lecionar nas comunidades?

_____

_____

3°) Qual o critério para fazer a deslocamento de professores por comunidade?

_____

_____

4°) Existe um período de tempo para cada professor ficar em uma comunidade?

_____

_____

5°) É comum a troca de professores por comunidade?

_____

_____

6º) Todos os materiais didáticos estão disponíveis para os alunos nas comunidades?

_____

_____

7°) Existe muito abandono de alunos durante o ano letivo nas escolas das zonas ribeirinhas? O(A) senhor(a) tem um diagnóstico dos motivos?

_____

_____

8°) Como o(a) senhor(a) avalia a evolução do ensino e aprendizagem, ofertados nas comunidades ribeirinhas do rio Purus?

_____

_____

9°) Como o(a) senhor(a) avalia o desempenho dos alunos e o trabalho desenvolvido pelos professores nas comunidades ribeirinhas do rio Purus?

_____

_____

_____

10°) Em que o(a) senhor(a) acha que ainda precisa melhorar, para que os alunos não abandonem os estudos e nem as comunidades?

_____

_____